



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MICAELLI LOBO DOS SANTOS

GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: UMA
ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA AGENDA 2030 NO PLANO DE METAS DO
MUNICÍPIO DE BARUERI/SP.

LARANJEIRAS DO SUL

2021

MICAELLI LOBO DOS SANTOS

**GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: UMA
ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA AGENDA 2030 NO PLANO DE METAS DO
MUNICÍPIO DE BARUERI/SP.**

Trabalho de conclusão do curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^ª. Ms^ª. Ceyça Lia Palerosi Borges

**LARANJEIRAS DO SUL
2021**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Micaelli Lobo dos

Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma análise da aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas do município de Barueri/SP / Micaelli Lobo dos Santos. -- 2021.

167 f.

Orientadora: Mestre Ceyça Lia Palerosi Borges

Co-orientador: Doutor Antonio Maria da Silva Carpes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. Urbanização. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). 3. Programa Cidades Sustentáveis (PCS). I. Borges, Ceyça Lia Palerosi, orient. II. Carpes, Antonio Maria da Silva, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

MICAELLI LOBO DOS SANTOS

**GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL:
UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA AGENDA 2030 NO PLANO DE METAS DO
MUNICÍPIO DE BARUERI/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de bacharela.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/07/2021

BANCA EXAMINADORA

(Por Antônio Maria da Silva Carpes, Coordenador de Monografia do Curso de Ciências Econômicas)



Prof^ª. Ma. Ceyça Lia Palerosi Borges – UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Antônio Maria da Silva Carpes – UFFS
Coorientador



Prof^ª. Dr^ª. Janete Stoffel – UFFS
Avaliadora



Prof^ª. Dr^ª. Leticia da Costa e Silva – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho ao meu pai Alipio Severiano Lobo (*in memoriam*), que me deu todo o apoio, amor, carinho, ensinamentos e esperança para eu seguir acreditando e lutando pelos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por permitir que eu chegasse até aqui, por abençoar a minha vida desde o meu nascimento e se fazer presente em todos os momentos.

Aos meus pais, Alipio Severiano Lobo (*in memoriam*) e Luzana Lacerda Lobo por me ensinarem a importância da humildade, do amor e da fé, por me incentivarem a sempre estudar e buscar o meu melhor, por tornarem muitos dos meus sonhos em realidade e por terem acompanhado de perto toda a minha trajetória.

À minha mãe biológica Milcar Lacerda Lobo (*in memoriam*) por estar ao meu lado, mesmo que somente por alguns meses, sei que parte do seu sorriso está em mim e pretendo levá-lo comigo por muitos e muitos anos. À minha família, Meire Lobo, Midiã Lobo, Merabe Lobo, Ana Lobo, Jailton Mendes, Lucas Lacerda, Cauã Lobo e Raphael Lobo, por alegrarem a minha vida e fazerem parte dela todos os dias. Obrigada por tudo que fizeram por mim.

Ao Edidouglas de Souza, por todo o amor, companheirismo e incentivo. Aos amigos e colegas, Debora Romano, Rayssa Krüger, Luana Brutscher, Joice Pszebiszeski, Leonardo Giovanetti, Nicolle Palerosi, Vinícius Pazzini, Matheus Ataíde, Jonathan Barbosa e Paulo de Silos, que tive a honra de conhecê-los durante a graduação.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a todo o seu corpo docente, em especial à minha orientadora professora Ceyça Lia Palerosi Borges, que muito mais do que uma professora, tornou-se uma grande amiga, sou muito grata pelas oportunidades e conselhos recebidos. Ao professor Lisandro Bonome, por tornar este período de graduação muito mais multidisciplinar.

Ao professor Antonio Carpes, por todo o aprendizado e por ter me guiado neste momento de execução da monografia. À professora Deise Bourscheidt, que também me incentivou a permanecer neste caminho de construção de sociedades justas e pacíficas. À minha banca examinadora, professoras Janete Stoffel por acompanhar minha trajetória acadêmica e Letícia da Costa e Silva, na qual ambas contribuíram com este trabalho.

À Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri/SP, em especial à Sra. Yara Garbelotto, pelo apoio necessário para a realização desta pesquisa. E por fim, ao Núcleo ODS Barueri, em especial à Sra. Roberta Carvalheira, por ter cedido seu tempo e contribuído com este estudo.

[...] em que reside o maravilhoso? No que não compreendemos. O que é um bem verdadeiramente desejável? O que não podemos possuir. Ora, ver coisas que não posso compreender, proporcionar-me coisas impossíveis de possuir, eis o estudo de toda a minha vida (ALEXANDRE DUMAS, 2008, p.693).

RESUMO

O processo acelerado de urbanização intensificou os problemas ambientais que vêm afetando toda a sociedade, sobretudo as regiões com grandes densidades populacionais que impõem desafios aos gestores públicos locais, referentes ao fornecimento de infraestrutura e serviços básicos essenciais. Nesta perspectiva, é imprescindível um planejamento urbano sustentável e inclusivo, a fim de contribuir para a transformação social e ambiental das cidades que permitem o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) dispostos na Agenda 2030 proposta pela ONU. Diante do exposto, esta pesquisa buscou analisar como as metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP. Quanto ao método, a pesquisa classifica-se como qualitativa, de objetivo exploratório-descritivo, na qual os procedimentos de coleta de dados foram uma revisão integrativa da literatura, pesquisa documental cujos dados foram obtidos por meio de um estudo de caso e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam que das 134 metas selecionadas da Agenda 2030 que podem ser aplicadas a nível municipal, Barueri contemplou em seu Plano de Metas, 69 metas específicas da agenda, o que demonstra cerca de 51,49% das metas dos ODSs contempladas no documento municipal. Ademais, salienta-se que a empregabilidade das ferramentas de gestão do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) permitiu a implementação da Agenda 2030 no município, fomentando um desenvolvimento urbano sustentável. Ressalta-se ainda, a participação da Sociedade Civil Organizada nas discussões referentes aos programas ambientais e o fortalecimento da relação destes agentes com o Poder Público Local. A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, entende-se que o município de Barueri/SP apresenta boas condições para a consolidação dos ODSs até 2030, o que indica que o município possui uma perspectiva assertiva para um desenvolvimento urbano sustentável. Destaca-se a necessidade de uma maior sensibilização de todos os atores municipais, conforme exposto pelos entrevistados, uma vez que a Agenda 2030 salienta a importância das parcerias para a implementação dos ODSs, evidenciando que todos os *stakeholders* possuem um papel a cumprir diante do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Urbanização. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

ABSTRACT

The accelerated urbanization process intensified the environmental issues that have been affecting the whole society, mainly densely populated regions which demand challenges from the local public managers, due to basic infrastructure, and essential services provision. In this perspective, it is indispensable a sustainable and inclusive urban plan, for contributing with the social and environmental changing of the cities which allow the compliance with the Sustainable Development Goals (SDG) provided by the 2030 Agenda, proposed by the UN. Facing the current situation, the aim of this research is analyzing how the specific 2030 Agenda SDG is being contemplated by the Target Plan, drawn up by Barueri Sustainable City Committee, from Barueri City, São Paulo. This research is qualified as qualitative, with an exploratory descriptive aim, in which data collection procedure was a literature review and a documentary research. All the data was collected through a study case and a semi-structured interview. The results indicate that, from the 134 selected goals by the 2030 Agenda, which can be applied at the municipal level, Barueri city managed to contemplate the 69 more specific goals, what means about 51.49% of the Sustainable Development Goals (SDG), contemplated by the municipal document. In addition it is noted that the usage of the Sustainable City Program management tools enabled the implementation of the 2030 Agenda in the city, fostering the urban sustainable development. The participation of the Organized Civil Society in discussions about the environment and the empowerment of these agents' relationship with the local public authorities are also emphasized. As from the results found in this research it is understood that Barueri city/ SP shows good conditions to consolidate the SDGs by 2030, what suggests that the city has a good and assertive perspective to a sustainable urban development. It is highlighted the importance of a bigger awareness among all the municipal agents, as shown by the interviewers, once the 2030 Agenda points out the importance of the partnership to implement the SDGs, emphasizing that all the stakeholders have their role to accomplish in the face of the sustainable development.

Keywords: Urbanization. Sustainable Development Goals (SDG). Sustainable Cities Program (SCP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030	44
Figura 02 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- As dimensões políticas (nacional e internacional) do desenvolvimento sustentável propostas por Sachs	37
Quadro 02- Instrumentos de coleta de dados	69
Quadro 03 - Análise dos estudos que enfatizam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis	78
Quadro 04 - Análise dos estudos que enfatizam as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis	83
Quadro 05 - Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável consideradas e descartadas	99
Quadro 06 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de alta aderência no Plano de Metas de Barueri/SP	125
Quadro 07 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de média aderência no Plano de Metas de Barueri/SP	128
Quadro 08 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de baixa aderência no Plano de Metas de Barueri/SP	132
Quadro 09 - Principais apontamentos referentes aos ODSs sem aderência no Plano de Metas de Barueri/SP	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Quantidade de publicações na base <i>Web of Science</i> no período de 2015-2020	75
Gráfico 02 - Quantidade de publicações por idioma na base <i>Web of Science</i> no período de 2015-2020	76
Gráfico 03 - Metas municipais voltadas às metas do ODS 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	101
Gráfico 04 - Metas municipais voltadas ao ODS 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	102
Gráfico 05 - Metas municipais voltadas ao ODS 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	103
Gráfico 06 - Metas municipais voltadas ao ODS 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	104
Gráfico 07 - Metas municipais voltadas ao ODS 5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	105
Gráfico 08 - Metas municipais voltadas ao ODS 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	106
Gráfico 09 - Metas municipais voltadas ao ODS 9 Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	107
Gráfico 10 - Metas municipais voltadas ao ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	108
Gráfico 11 - Metas municipais voltadas ao ODS 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis	109
Gráfico 12 - Metas municipais voltadas ao ODS 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	111
Gráfico 13 - Metas municipais voltadas ao ODS 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	112
Gráfico 14 - Metas municipais voltadas ao ODS 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	113
Gráfico 15 - Metas municipais voltadas ao ODS 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	114

Gráfico 16 - Metas municipais voltadas ao ODS 17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável 115

Gráfico 17 - Transversalidade dos ODSs aplicados no município de Barueri/SP 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Quantidade de estudos por descritores encontrada na base <i>Web of Science</i> no período de 2015-2020	74
Tabela 02 - Quantidade de publicações na base <i>Web of Science</i> no período de 2015-2020 por revista e país	77
Tabela 03 - Aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP	118

LISTA DE SIGLAS

CBCS	Comitê Barueri Cidade Sustentável
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CI	<i>Conservation International</i>
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMTEMA	Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente
DPA	Departamento de Planejamento Ambiental
EFSs	Entidades Fiscalizadoras Superiores
ETEC	Escola Técnica Estadual
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GFHS	<i>Global Forum on Human Settlements</i>
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras
INTOSAI	<i>International Organization of Supreme Audit Institutions</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODMs	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODSs	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OLACEFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PDM	Plano Diretor Municipal
PDFA	Projeto de Desenvolvimento da Fiscalização Ambiental
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SEAS	Secretaria Especial de Articulação Social
SEMA	Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SP	São Paulo
TCU	Tribunal de Contas da União
TNC	<i>Nature Conservancy</i>
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	21
1.1.1 Problemática de estudo	21
1.1.2 Objetivos	26
<i>1.1.2.1 Objetivo geral</i>	<i>26</i>
<i>1.1.2.2 Objetivos específicos</i>	<i>26</i>
1.1.3 Justificativa	26
2. REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 AS DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO	29
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	33
2.3 AGENDA 2030: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	40
2.4 GESTÃO PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	45
2.4.1 Cidades sustentáveis e inteligentes	55
<i>2.4.1.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS)</i>	<i>57</i>
3. METODOLOGIA	61
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	61
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	63
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	70
4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS	73
4.1 REVISÃO INTEGRATIVA	73
4.1.1 Análise quantitativa da Gestão Pública, Agenda 2030 e Programa Cidades Sustentáveis nos estudos selecionados	74
4.1.2 Análise qualitativa da Gestão Pública, Agenda 2030 e Programa Cidades Sustentáveis nos estudos selecionados	78
<i>4.1.2.1 Estudos que enfatizam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e/ou outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis</i>	<i>78</i>
<i>4.1.2.2 Estudos que discutem as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis</i>	<i>82</i>
4.1.3 Discussão sobre o tema Gestão Pública, Agenda 2030 e Programas Cidades Sustentáveis	86
4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE (SEMA) DE BARUERI/SP	91
4.2.1 Histórico e Caracterização da Área de Estudo	91
4.2.2 Estrutura Organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP	94
4.3 NÍVEL DE ADERÊNCIA DA AGENDA 2030 NO PLANO DE METAS DE BARUERI/SP	97

4.4 PERCEPÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS LOCAIS E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	125
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICE A - CARTA COMPROMISSO	161
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO LOCAL SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEMA	163
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO LOCAL	164
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	166

1. INTRODUÇÃO

A discussão do desenvolvimento se tornou necessária a partir dos anos 1950 e 1960 dada a intensificação das preocupações sociais, tais como: as condições de vida das pessoas, miséria, altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil (SOUZA, 2012). Estas preocupações foram geradas primordialmente pelo resultado das flutuações econômicas ocorridas neste período que trouxeram as situações de concentração de renda e riqueza dado o surgimento de poucos países industrializados que propiciou a pertinência das diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (VEIGA, 2015).

A partir da crise do modelo desenvolvimentista nos anos 70 e 80 surge uma visão conservadora da natureza, na qual defende-se a tese do congelamento do crescimento populacional e do capital industrial (BRÜSEKE, 1994). O adjetivo “sustentável” passou a ser utilizado neste mesmo período para qualificar um almejado futuro para as sociedades humanas e posteriormente para qualificar o desenvolvimento ideal (VEIGA, 2015).

Com os problemas ambientais cada vez mais crescentes no final do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo. Esse evento permitiu a criação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), na qual publicaram em 1987 o Relatório de Brundtland, denominado “Nosso Futuro Comum” que trouxe a conceitualização do desenvolvimento sustentável propriamente dito (VEIGA, 2015).

O desenvolvimento sustentável passou a ser conhecido como aquele que atende as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades, garantindo oportunidades iguais para todos (ONU, 1987). Assim, Silva (2016) defende que o desenvolvimento sustentável depende da capacidade evolutiva da sociedade. E para isto, as agendas globais de desenvolvimento tornam-se cruciais para que os acordos entre os países sejam firmados a fim de melhorar a qualidade de vida, renda, uso dos recursos naturais, entre outros.

Dentre as diversas conferências acontecidas ao longo dos anos, ressalta-se um evento da ONU ocorrido em setembro de 2015, que reconheceu a erradicação da pobreza como o maior desafio global da humanidade, sendo um requisito indispensável para o

desenvolvimento sustentável (ONU, 2015). Os membros da reunião adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, comprometendo-se em tomar medidas ousadas e transformadoras para promover tal objetivo.

A Agenda 2030 é um plano de ação que almeja fortalecer a paz universal, indicando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas para extinguir a pobreza e promover um padrão de vida digno para as pessoas, respeitando os limites do planeta (ONU, 2015). Aproximadamente 65% das metas dos ODSs contempladas na Agenda 2030, podem ser cumpridas se forem implementadas pelas cidades, considerando que a cooperação local é fundamental nas estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Para atender as metas estabelecidas pelas agendas mundiais é imprescindível uma abordagem integrada, sistêmica e resiliente para o desenvolvimento propriamente dito (BRANDI, 2018).

Portanto, de acordo com Nardone (2018) o desenvolvimento sustentável deve abranger uma harmonização entre os interesses econômicos, preservação e racionalização dos recursos ambientais, buscando a qualidade de vida dos indivíduos a partir da justiça social exprimida pela oferta de serviços públicos de qualidade para todos. Logo, a participação popular é crucial desde as etapas de planejamento que envolvem os processos legislativos compostos nos instrumentos de planejamento público, promovendo uma gestão democrática e a produção de um diagnóstico consistente com a realidade e as demandas sociais.

A incorporação dos ODSs às políticas públicas dos municípios implica no pensar globalmente e agir localmente, para isto, os responsáveis pela elaboração das ações e das políticas públicas, assim como os legisladores que as avaliam e as aprovam, o setor privado, os órgãos de controle externo e a sociedade civil organizada, devem trabalhar mutuamente para alcançar o desenvolvimento sustentável (NARDONE, 2018).

Diante do exposto, a gestão pública assume um papel primordial na implementação de estratégias que vão de encontro às perturbações ambientais e sociais, a fim de promover o desenvolvimento supracitado. Portanto, Turra (2016) salienta que a gestão pública a nível municipal é de extrema importância por possuir instrumentos de planejamento e de controle, como o estratégico, que permitem uma análise da disposição dos gastos e da aplicação de

recursos em políticas públicas em prol do atendimento das agendas propostas pela ONU, bem como dos programas nacionais de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar como as metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma análise da aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas do município de Barueri/SP.

1.1.1 Problemática de estudo

Os problemas ambientais têm sido entrepostos nas discussões que pleiteiam todos os setores da sociedade, principalmente aqueles voltados às mudanças ambientais globais que exprimem uma série de desafios ambientais locais, nacionais ou regionais. Dentre estes desafios, as áreas urbanas são aquelas que sofrem efeitos mais severos e são responsáveis por incutir transformações na forma de consumo de recursos, uso do solo e geração de resíduos urbanos sólidos (SEIDEL, 2010).

Segundo Jacobi (1993) as cidades dos países subdesenvolvidos¹ apresentam primordialmente um padrão de urbanização devastador que provoca os problemas ambientais, afligindo primordialmente as classes sociais mais inferiores da população. Ainda para o autor, o fato da América Latina possuir uma das áreas mais urbanizadas no mundo, a prioridade do meio urbano em enfrentar a questão ambiental é irrefutável, especialmente quando a relação entre a degradação do meio ambiente e a pobreza é persistente.

As cidades e a tendência global de urbanização são elementos centrais e decisórios no cumprimento do desenvolvimento sustentável no mundo e ainda possuem um papel de suma importância no sucesso esperado da Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Isto porque atualmente existem mais pessoas vivendo em áreas urbanas do que rurais, sendo que em 2050 dois terços da população mundial estará vivendo

¹ Entende-se neste estudo países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e/ou emergentes como sinônimos.

na zona urbana e 90% desse crescimento urbano acontecerá em países em desenvolvimento (BRANDI, 2018).

Aproximadamente 65% das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) contempladas na Agenda 2030, podem ser cumpridas se forem implementadas pelas cidades, visto que a cooperação local é uma medida crucial na implantação de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável. Além disso, a tendência à urbanização deve ser ajustada para atender as metas estabelecidas pelas agendas mundiais e nacionais de desenvolvimento sustentável e para isso é essencial uma abordagem integrada, sistêmica e resiliente para o desenvolvimento propriamente dito (BRANDI, 2018).

A urbanização deve ser um fenômeno compatível com a qualidade ambiental e a concentração populacional e servir de embasamento para o acesso garantido à saúde, educação e aos serviços de saneamento básico. Contudo, a negligência por parte do Poder Público com as questões de infraestrutura ambiental atrelada ao crescimento acelerado das cidades, agrava ainda mais os problemas ambientais, sendo a adoção de políticas públicas ações utilizadas para minimizar o impacto ambiental (HOGAN, 1993).

Destaca-se também que a infraestrutura construída para atender as necessidades da população urbana deve ser desenvolvida para cumprir os objetivos globais de redução da pobreza e da desigualdade, conforme a proposta da Agenda 2030. Segundo Brandi (2018) grande parte da população urbana dos países em desenvolvimento vive sob condições de vulnerabilidade socioeconômica, além de não possuírem acesso à infraestrutura e serviços sociais básicos, sofrendo pelos desafios governamentais e ficando expostos às desigualdades cada vez mais crescentes.

Nesta perspectiva, se o planejamento urbano continuar seguindo os padrões de desenvolvimento atual, o esgotamento do nível limitado de terras e recursos naturais será inevitável e o cumprimento dos ODSs impossível. Para impedir esta situação, o planejamento urbano sustentável e inclusivo é fundamental, tendo em vista que as cidades impulsionam o desenvolvimento por fomentar as economias de aglomeração e por obter um potencial de inovação que contribui para a transformação social e ambiental ideal para o cumprimento dos

ODS. Assim, é importante que os compromissos multilaterais assumidos nas agendas globais sejam agregados nos planos de ação nos âmbitos nacional e local (BRANDI, 2018).

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988 permitiu a descentralização administrativa sob um contexto de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais, o que propiciou a valorização da implementação de políticas públicas atreladas ao desenvolvimento sustentável. Desta maneira, os municípios assumiram a responsabilidade de enfrentar os desafios concernentes às políticas de descentralização e às demandas sociais voltadas aos direitos humanos, combate à pobreza e exclusão social, acesso à moradia, segurança e proteção ambiental (CARLO, 2006).

Sob um contexto de restrição orçamentária, muitos municípios são dependentes dos esforços de arrecadação tributária e das melhorias na qualidade do gasto público para avaliar e monitorar as políticas públicas. Porém, a principal contingência não se encontra apenas na insuficiência de recursos públicos, mas também na ineficácia do uso dos mesmos, pela falta de planejamento, controle social e institucional e coordenação (CARLO, 2006).

Segundo Carlo (2006) as políticas ambientais dependem de uma integração total entre a capacitação dos gestores locais e a realização e compartilhamento dos diagnósticos socioambientais. Portanto, um bom resultado de um desenvolvimento local sustentável vem precedido de um planejamento que contemple a racionalização dos gastos públicos e a integração de diferentes políticas por meio de diálogos com a sociedade civil.

Outras alternativas para as gestões administrativas municipais e para a implementação de políticas públicas que permeiam o debate acerca do desenvolvimento sustentável e do crescimento exacerbado da urbanização, são as práticas relacionadas às cidades inteligentes e sustentáveis que se apresentam como uma oportunidade para mitigar os problemas que afetam as cidades. Dentre os problemas ambientais urbanos mais comuns, podemos destacar: demasiado gasto energético, poluição ambiental em todos os aspectos, mudanças climáticas, congestionamentos, entre outros (BACHENDORF *et al.*, 2018).

No Brasil, é realizado desde 2015 um estudo pela *Urban Systems* e a *Sator* que apresenta o *Ranking Connected Smart Cities*, que introduz uma plataforma de discussão e negócios sobre as cidades inteligentes. Esse ranking possui 11 eixos temáticos e 70

indicadores que se conectam entre si, apontando o desenvolvimento das cidades brasileiras para o seu desenvolvimento inteligente, sustentável e humano. Além disto, a *Urban Systems* incentiva a realização de um diagnóstico por parte dos municípios e oferece subsídios de consultoria para o plano estratégico da cidade enfatizando o desenvolvimento sustentável e inteligente (URBAN SYSTEMS, 2019).

Levando em consideração os conflitos socioambientais dos 5570 municípios brasileiros (IBGE, 2017), as regiões metropolitanas são aquelas que mais exibem desafios da falta de planejamento das cidades, que consequentemente traz degradação ambiental e exclusão socioespacial. Assim, dentre as 21 mega cidades do mundo com mais de 10 milhões de habitantes, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) se destaca, contendo aproximadamente 21,7 milhões de habitantes (IBGE, 2019). As regiões com grandes densidades populacionais impõem desafios aos urbanistas, gestores locais, prefeitos, administradores e aos responsáveis pelo fornecimento de infraestrutura e serviços básicos essenciais (RUIZ *et al.*, 2016).

A RMSP é composta por 39 municípios, sendo reconhecida por ser o maior polo de riqueza nacional, com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 17,7% do total brasileiro e metade do PIB estadual de São Paulo, cerca de 54,35% em 2016. Esta metrópole é agrupada em sub regiões e centraliza os mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros que dinamizam as atividades econômicas brasileiras. Entretanto, para esta pesquisa o estudo se concentrará no município de Barueri/SP inserido na região oeste da RMSP, com uma população de 271.306 habitantes em 2018 (EMPLASA; GIP/CID, 2019).

Barueri é um dos municípios que mais gera empregos na Grande São Paulo devido a sua estrutura de serviços e indústrias, além de um nível de formação profissional privilegiado por contar com escolas municipais de ensino técnico, faculdade municipal, unidades do SENAI, ETEC, FATEC e Mackenzie. Desde 2017, a gestão governamental vem trabalhando com o lema “Barueri Cidade Inteligente” e com a assinatura da Carta Compromisso do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), evidenciando o compromisso com um desenvolvimento urbano inteligente que compreende a sustentabilidade em todas as dimensões da administração municipal (BARUERI, 2019).

A Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) participa de dois grupos com vários representantes da sociedade civil para discutir o planejamento do desenvolvimento sustentável do município (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO BARUERI, 2016), nas quais o primeiro é o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) cuja a SEMA coordena e o segundo é o Núcleo Barueri para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa da sociedade civil organizada em que a SEMA faz parte (BARUERI, 2019).

Salienta-se neste estudo, as atividades desenvolvidas pelo CBCS que foi instituído em 2017 por meio do Decreto nº 8633/2017 com a nomeação dos seus integrantes pela Portaria nº 3203/2017 (BARUERI, 2017). Em 2019, este comitê foi atualizado por meio do Decreto nº 8903/2019, ampliando o escopo do CBCS que agregou outros órgãos municipais, buscando um caráter sistêmico e holístico para o desenvolvimento sustentável (BARUERI, 2019).

Enfatiza-se também que desde o primeiro decreto em 2017, a composição e atribuições do CBCS já indicaram um alinhamento entre o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) propostos pela Agenda 2030 da ONU (BARUERI, 2019) em prol de um desenvolvimento urbano sustentável para o município.

Em 2021, o município classifica-se na posição 36 dos 770 municípios analisados no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras (IDSC-BR), indicando os avanços da gestão pública municipal em um caminho sustentável (IDSC-BR, 2021). Ademais, Barueri tem recebido premiações no *Ranking Connected Smart Cities*, no Programa Cidades Sustentáveis e tem se destacado na RMSP no Programa Município Verde Azul. Além de ser o único representante brasileiro a receber o prêmio internacional “Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis” entregue no *Global Forum on Human Settlements* (GFHS) em 2018, sob o título “Promovendo as Inovações Urbanas Para Cumprir o ODS 11 e a Nova Agenda Urbana” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO BARUERI, 2016; BARUERI, 2018; URBAN SYSTEMS, 2019; BARUERI, 2019).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo responder o seguinte problema de estudo: “Como as metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 estão sendo

contempladas no Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP?”.

1.1.2 Objetivos

1.1.2.1 Objetivo geral

Analisar como as metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP.

1.1.2.2 Objetivos específicos

- a) Investigar por meio de uma revisão integrativa, a discussão científica nacional e internacional sobre a implementação da Agenda 2030 e do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) na gestão pública, considerando os artigos publicados na base *Web of Science* no período de 2015 a 2020;
- b) Descrever a estrutura organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP, destacando o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Planejamento Ambiental (DPA) no município em prol do alcance dos Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs);
- c) Averiguar o nível de aderência das metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 em relação ao Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS);
- d) Analisar a percepção dos gestores públicos que compõem o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) e da sociedade civil organizada em relação ao desempenho e alinhamento das metas municipais frente às metas específicas da Agenda 2030.

1.1.3 Justificativa

Analisar a forma como as metas específicas da Agenda 2030 estão sendo contempladas no Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS)

do município de Barueri/SP é fundamental para compreender como os gestores locais vêm trabalhando para alcançar os ODSs propostos por esta agenda. Visto que Barueri está inserido na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerada uma das maiores metrópoles do mundo, essa região apresenta uma grande densidade populacional e impõe desafios aos urbanistas, gestores locais, prefeitos, administradores e aos responsáveis pelo fornecimento de infraestrutura e serviços básicos essenciais (RUIZ *et al.*, 2016).

Em relação à escolha do município, Barueri é uma das cidades que mais gera empregos na Grande São Paulo devido a sua estrutura de serviços e indústrias, além de obter um nível de formação profissional privilegiado. Em 2017, a gestão governamental barueriense adotou o lema “Barueri Cidade Inteligente” e mais recentemente, em 2021 passou a utilizar o lema “Barueri Cidade Inteligente e Sustentável”, a partir dos resultados do IDSC-BR neste mesmo ano.

A Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) participa de dois grupos com vários representantes da sociedade civil para discutir o planejamento do desenvolvimento sustentável do município (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO BARUERI, 2016), nas quais o primeiro é o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) cuja a SEMA coordena e o segundo é o Núcleo Barueri para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa da Sociedade Civil Organizada em que a SEMA faz parte (BARUERI, 2019).

Enfatiza-se que o CBCS trabalha em prol de um alinhamento entre o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) propostos pela Agenda 2030 da ONU (BARUERI, 2019) buscando promover um desenvolvimento urbano sustentável no município.

Salienta-se neste estudo, as atividades desenvolvidas pelo CBCS que foi instituído em 2017 por meio do Decreto nº 8633/2017 com a nomeação dos seus integrantes pela Portaria nº 3203/2017 (BARUERI, 2017). Em 2019, este comitê foi atualizado por meio do Decreto nº 8903/2019, ampliando o escopo do CBCS que agregou outros órgãos municipais, buscando um caráter sistêmico e holístico para o desenvolvimento sustentável (BARUERI, 2019).

Ademais, Barueri tem sido referência aos municípios que integram a RMSP por receber o reconhecimento de diversas premiações, tais como: o *Ranking Connected Smart Cities* da *Urban Systems*, o Programa Cidades Sustentáveis, Programa Município Verde Azul, e o IDSC-BR. Além de ser o único representante brasileiro a receber o prêmio internacional “Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis” entregue no Fórum Mundial Sobre Assentamentos Humanos em 2018 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO BARUERI, 2016; BARUERI, 2018; URBAN SYSTEMS, 2019; BARUERI, 2019; IDSC-BR, 2021).

Além disto, ressalta-se que a autora deste trabalho é munícipe de Barueri e interessada em compreender como o município vem atuando nas agendas nacionais e internacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente porque trata-se de um município reconhecido por ser uma cidade sustentável, que apresenta uma série de desafios urbanos aos gestores públicos locais e que mesmo assim, tem buscado uma melhor atuação frente ao compromisso com um desenvolvimento urbano sustentável e inteligente.

Portanto, o presente estudo é justificado pela sua relevância pertinente nas decisões do poder público no que diz respeito à alocação de recursos na sociedade, tendo em vista os desafios econômicos, fiscais, urbanos, ambientais e de governabilidade enfrentados pelos municípios. Como contribuição prática, espera-se que este estudo incentive outros municípios a adotar modelos de gestão que incorporem a Agenda 2030, o Programa Cidades Sustentáveis, entre outros programas ambientais nacionais e agendas globais. O estudo pode ainda contribuir não somente para a análise do planejamento de Barueri enquanto uma cidade sustentável, mas também como uma cidade inteligente (como Barueri é reconhecido).

Esta análise também agrega no arcabouço científico, visto que há poucos estudos de finalidade aplicada referentes à gestão pública e o desenvolvimento urbano sustentável. Concomitantemente, desde a implementação da Agenda 2030, poucas pesquisas evidenciaram um alinhamento das proposições dos planos de metas dos municípios com os ODSs estabelecidos. Sendo assim, este estudo se propõe a analisar o planejamento do desenvolvimento sustentável realizado pela SEMA do município supramencionado, destacando o trabalho do Departamento de Planejamento Ambiental (DPA).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o arcabouço teórico desta pesquisa, que está dividido em quatro subtópicos. O primeiro enfatiza as perspectivas do desenvolvimento sob um caráter multidimensional, ressaltando a diferença entre os termos “desenvolvimento” e “crescimento econômico” e a relação com o desgaste ambiental. O segundo tópico diz respeito ao desenvolvimento sustentável, concebido como um desenvolvimento alternativo ao modelo econômico tradicional, seguido do terceiro tópico que abordará a Agenda 2030. E por fim, o quarto e último retrata o papel da gestão pública, o Programa Cidades Sustentáveis, políticas públicas e seus instrumentos de planejamento, destacando o desenvolvimento urbano sustentável.

2.1 AS DIMENSÕES E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO

O debate acerca do desenvolvimento se manifestou no século XX quando se intensificaram as preocupações com as condições de vida das pessoas, altas taxas de analfabetismo, miséria e mortalidade infantil (SOUZA, 2012). Entre 1950 e 1960 discutir o desenvolvimento se tornou necessário pelas flutuações econômicas que enfatizaram as situações de concentração de renda e riqueza pelo aparecimento de poucos países industrializados, agravando a dissemelhança entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos causada pela industrialização (VEIGA, 2015).

Esta questão tomou proporções internacionais, sendo a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) fundamental, uma vez que era composta inicialmente por 51 países membros que discutiam as melhorias na qualidade de vida da população, respeito aos direitos humanos, progresso econômico, social e cultural a partir dos subsídios de instituições internacionais e a garantia das liberdades essenciais (BOURSCHEIDT, 2011).

Segundo Sen (2010) o desenvolvimento pode ser definido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Esta conceitualização “contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social” (SEN, 2010, p. 16).

Para Sen (2010) o desenvolvimento deve retirar as fontes de privação de liberdade, que seriam a pobreza, despotismo, ausência de oportunidades econômicas, exclusão social, negligência dos serviços públicos e governos autocráticos. Logo, a privação de liberdade pode estar intimamente ligada à pobreza econômica como também à carência de serviços públicos e assistência social.

O conceito de desenvolvimento para Sachs (2008) e Santos *et al.*, (2012) recebe um caráter multidimensional. Trata-se de um termo multiparadigmático e construído a partir de três visões: “desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 45).

Haja vista que a concepção de desenvolvimento implica no modo de agir e pensar do ser humano, Santos *et al.*, (2012) analisam-o a partir de quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. A primeira explora o termo por meio da economia política destacando os trabalhos de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx como primordial para a solidificação do sistema capitalista. No âmbito político, os autores destacaram a relação do desenvolvimento com o mundo moderno, pautado em uma ideologia utópica do ocidente e ligado às redes institucionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A dimensão social está atrelada ao pensamento da CEPAL que buscou explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, visto que há uma relação entre os termos. Além disso, esta esfera está vinculada ao Estado de Bem-Estar Social que se responsabilizou em ofertar serviços essenciais como alimentação, educação, saúde, moradia e previdência para promover o desenvolvimento social e humano, para isto, identificou-se a necessidade de novos indicadores de desempenho para mensurar o desenvolvimento (SANTOS *et al.*, 2012). Os organismos mundiais e regionais como ONU, CEPAL, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, empenharam-se na criação de tais indicadores para aferir a evolução do bem-estar cidadão (SANTAGADA, 1993).

Quanto à dimensão ambiental, Santos *et al.*, (2012) apontam que esta questão foi modestamente iniciada com os postulados de Malthus que se preocupou com a contração da produção de alimentos visto que esta crescia em uma relação linear e o aumento populacional em relação geométrica. Segundo Brüseke (1994) a teoria malthusiana foi retomada no século XX com os propulsores do Clube de Roma, que também se preocupavam com os níveis elevados de desnutrição, desgaste dos recursos naturais não renováveis e a degradação do meio ambiente, além do crescimento populacional.

A crise do modelo desenvolvimentista nos anos 70 e 80 modificou o pensamento da natureza como um recurso produtivo do sistema econômico capitalista e o ser humano como superior à ela, colocando em debate uma visão conservadora da natureza e defendendo a tese do congelamento do crescimento populacional e do capital industrial (BRÜSEKE, 1994; MARTINE; ALVES, 2015).

Em suma, a proposta do ecodesenvolvimento foi apoiada por diversos cientistas concernentes à área de meteorologia, climatologia, biologia, ecologia, oceanografia e organizações não-governamentais (ONG's) como a *World Wildlife Fund* (WWF), a *Nature Conservancy* (TNC) e a *Conservation International* (CI) que propuseram a tese do crescimento zero oposta ao modelo desenvolvimentista de acumulação de capital e crescimento constante (SANTOS *et al.*, 2012).

Novas convicções acerca do desenvolvimento foram estabelecidas por Ignacy Sachs, que trouxe seis princípios básicos que pleiteiam o desenvolvimento: i) satisfação das necessidades básicas, ii) solidariedade com as gerações futuras, iii) participação da população envolvida, iv) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, v) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e vi) programas de educação (FRAGAS; CORRÊA, 2019).

Sachs buscou equilibrar os ganhos efetivos para os parâmetros sociais e ambientais, sem perder os econômicos. Para ele, a palavra desenvolvimento deveria ser melhor definida e compreendida de forma a levar em consideração todas as suas dimensões na mesma paridade de importância. Em seu livro “Desenvolvimento: incluído, sustentável e sustentado”, o autor afirma que é necessária uma transformação da relação entre a sociedade e a natureza,

cujo maior aproveitamento dos recursos deve estar atrelado às preocupações ambientais (SACHS, 2008).

Entendendo que o desenvolvimento é um conceito pluridimensional em que diversos adjetivos estão associados a ele, como: social, econômico, cultural, político, viável, humano, entre outros, Sachs (2008) propõe uma hierarquização destes, na qual o social assume o comando, o ecológico na restrição assumida e o econômico em seu papel instrumental.

De acordo com Sachs (2008) o objetivo do desenvolvimento não deve se concentrar na maximização do crescimento do PIB, mas sim, na promoção da igualdade e maximização da vantagem dos indivíduos que vivem em condições precárias de vida.

Sen (1999) ressalta a importância de inserir a economia em uma outra dimensão além das supracitadas, a dimensão ética. Em seu livro “Sobre Ética e Economia”, ele destaca que associar a economia com as premissas éticas, permite a elaboração de políticas econômicas em prol do desenvolvimento humano, social e econômico de forma integrada, contemplando os valores suscitados na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade” tais como o valor da liberdade e do progresso das capacidades humanas.

Para o autor, o afastamento paulatino entre a economia e a ética propiciou efeitos graves para a teoria econômica moderna no que diz respeito à sua normatização e efetivação de seus objetivos. Todavia, é imprescindível a reflexão acerca das políticas públicas e da conduta ética e moral que permeiam a prática da liberdade e do desenvolvimento das capacidades humanas.

As consequências deste distanciamento refletem as inúmeras desigualdades sociais, fome, desnutrição e miséria presentes. Além de que, as questões econômicas desvinculadas da ética foram embasadas habitualmente no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), na concentração de riquezas materiais, nos incentivos às estratégias de competitividade, aumento das exportações e expansão de divisas (KAMPHORST; ZAMBAM, 2014).

Diante do exposto, Bresser-Pereira (2007, p. 04) distingue singelamente o termo crescimento econômico de desenvolvimento e explica no que consistem os diversos adjetivos que acompanham o termo, logo:

[...] desenvolvimento econômico implicaria distribuição. É impossível não ser simpático a essas proposições. Elas supõem que o aumento dos padrões médios de

vida, que sempre ocorre com o aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deva ser acompanhado pela consecução de outros objetivos políticos: pelo ‘desenvolvimento social’ ou por uma distribuição de renda menos desigual e portanto mais justa do produto social; pelo ‘desenvolvimento político’ ou por mais liberdade política, por mais democracia; e pelo ‘desenvolvimento sustentável ou proteção mais efetiva do ambiente natural’.

Conforme apresentado por Bresser-Pereira (2007) o termo desenvolvimento tem sido acompanhado por diversos adjetivos, dentre eles, o sustentável. Desta forma, o próximo tópico aborda a proposta do desenvolvimento sustentável que se tornou um dos temas mais discutidos na agenda política mundial, na qual as ações dos governos buscam permear o compromisso com este modelo de desenvolvimento que objetiva a integração do bem-estar econômico, social e a qualidade ambiental.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As tendências apresentadas no final do século XX denotam um padrão de crescimento da população mundial, avanço da industrialização, poluição ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos naturais, evidenciando aspectos capazes de limitar o crescimento econômico e conseqüentemente de reduzir a capacidade populacional e industrial (MEADOWS *et al.*, 2015).

Neste contexto, surge uma proposta de desenvolvimento introduzida pela Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo, que possibilitou um avanço no balanço do impacto humano global sobre meio ambiente e estabeleceu uma visão comum sobre os desafios de preservação ambiental e das melhorias do meio ambiente humano. Este evento contribuiu para a determinação de metas e objetivos de políticas ambientais amplas, oportunizando a implementação de uma legislação ambiental nos países, bem como o ativismo ambiental (UN, 1972).

A Conferência de Estocolmo foi a primeira a reunir políticos, autoridades governamentais e especialistas do tema que representaram 113 nações e 250 organizações não governamentais para discutirem as problemáticas ambientais (STRONG, 1992 apud

RAMOS, 1996). Por esta razão, foi considerada segundo Pessini e Sganzerla (2016) um marco inicial para todas as conferências ambientais sucessoras, consolidando um novo modelo para compreender o meio ambiente, baseado no livro *Silent Spring* ou Primavera Silenciosa de Rachel Carson publicado em 1962.

Como resultados da conferência supracitada, podemos salientar a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que reforçou a necessidade de um critério e de 26 princípios comuns para toda a população mundial, de forma a direcioná-la para uma preservação adequada do meio ambiente (UN, 1972).

Para Lago (2013) diversos autores consideram que os maiores resultados desta conferência são: a discussão da temática ambiental na agenda multilateral, a criação do “Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente” (PNUMA), o incentivo à criação de órgãos nacionais voltados ao meio ambiente em vários países que ainda não os possuíam, a participação da sociedade civil nas discussões e consolidação das ONGs.

Uma outra contribuição é a Declaração e o Plano de Ação de Estocolmo, que deram embasamento para um processo de negociações multilaterais inesperadas pelos governos dada suas importâncias e grau de complexidade. Concomitantemente, a criação do PNUMA foi primordial para a continuidade dos debates ambientais no âmbito da ONU nos anos posteriores realizados por meio de diversas conferências, estudos e declarações, como a de População em Bucareste (1974), a Declaração de Cocoyok (1974), a de Mulheres no México (1975), o Relatório Dag-Hammarskjöld (1975) e a de Habitat em Vancouver (1976) (BRÜSEKE, 1994; LAGO, 2013).

O evento também permitiu a criação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), na qual publicaram em 1987 o Relatório de Brundtland, denominado “Nosso Futuro Comum” que trouxe a conceitualização do desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2015), passando a ser conhecido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

O planejamento do desenvolvimento sustentável para Sachs (2009) deve incorporar oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional

e internacional. A dimensão social está voltada ao acesso igualitário aos recursos e serviços sociais, distribuição de renda justa, homogeneidade social e emprego pleno ou autônomo capaz de promover um padrão de vida digno (SACHS, 2009).

Nesta mesma percepção, esta dimensão é entreposta nas abordagens de Sen (2010) que coloca as formas de privação da liberdade como fatores que impedem o acesso aos bens e serviços de boa qualidade. Isto porque as liberdades políticas e sociais, como a liberdade de participação política ou as oportunidades de receber educação básica, acesso aos serviços médicos, entre outros, são “componentes constitutivos” do desenvolvimento para o autor.

A dimensão cultural envolve o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, autoconfiança em uma abertura para o mundo e capacidade de autonomia para realizar um projeto integrado e endógeno (SACHS, 2009). Corroborando, Marrul Filho (2000) aponta que o alcance desta dimensão se encontra na promoção de novos projetos civilizatórios, como as sociedades sustentáveis e o ecossocialismo, sendo este último a forma em que as necessidades básicas vão sendo satisfeitas.

No tocante à dimensão ecológica, prioriza-se a preservação do capital natural na produção de recursos renováveis e limitar o uso dos não-renováveis, já a dimensão ambiental tem como objetivo respeitar a capacidade dos ecossistemas de se autodepurar (SACHS, 2009). Trata-se de duas dimensões muito bem defendidas especialmente após as conferências ambientais da década de 70, uma vez que trazem a reflexão de que o ser humano não é dono da natureza, mas sim um elemento integrante e dependente do meio ambiente (RATTNER, 1999).

A dimensão territorial ou também espacial está associada à concentração populacional nos centros urbanos. Segundo Pesci (2003) a formação de grandes metrópoles remete-se aos aumentos nos índices de urbanização, como consequência do êxodo rural promovido pela intensificação dos processos industriais.

A sustentabilidade urbana procura diminuir as aglomerações das grandes cidades e regiões periféricas, logo, Sachs (2009) defende algumas estratégias para alcançá-la: as melhorias no ambiente urbano, mitigação das disparidades inter-regionais e organização do

espaço, principalmente para que as configurações urbanas e rurais sejam balanceadas, ou seja, para que possam evitar a alocação de investimentos públicos somente nas áreas urbanas.

Tratando-se da dimensão econômica, ela acontece quando a alocação e gestão de recursos são eficientes, isto é, a utilização dos recursos naturais deve ser o mais eficaz possível dado um cenário de mercado competitivo, objetivando a internacionalização de custos ambientais ou ainda de reformas fiscais. Sendo assim, a sustentabilidade é possível a partir da racionalização econômica local, nacional e planetária (RATTNER, 1999). Entretanto, Daly (2004) salienta que muitos criticam o crescimento sustentável, argumentando ser impossível alcançá-lo uma vez que a sustentabilidade prescinde de uma economia estacionária, com um crescimento nulo se possível.

Rees e Wackernagel (1999) enfatizam a complicação da dimensão econômica no contexto da sustentabilidade, visto que esta dimensão é restrita ao crescimento econômico e a eficiência produtiva, logo, a dúvida pertinente é “um crescimento ilimitado (sob a ótica do sistema econômico capitalista) é congruente com a sustentabilidade?”. Tendo em vista que o crescimento desenfreado é inerente ao capitalismo, a resposta da pergunta se encontra na correção dos processos de produção para que o desenvolvimento capitalista sustentável seja alcançado (PEARCE; TURNER, 1995).

Deste modo, o pensamento econômico ambiental neoclássico salienta que para chegar em uma escala ótima de crescimento é necessário substituir os recursos não renováveis pelos renováveis e conter a poluição, para que as dimensões econômica e ecológica sejam integradas (RATTNER, 1999; DALY, 2004). Deve-se ainda propor um desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, promover a segurança alimentar, manter a capacidade de inovação dos instrumentos de produção e garantir autonomia na pesquisa científica e tecnológica, além de uma inserção soberana na economia internacional (SACHS, 2009).

A última dimensão é a política que está fragmentada em nacional e internacional, conforme o Quadro 01.

Quadro 01- As dimensões políticas (nacional e internacional) do desenvolvimento sustentável propostas por Sachs

Política (nacional)	Política (internacional)
<ul style="list-style-type: none"> -Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; -Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; -Um nível razoável de coesão social. 	<ul style="list-style-type: none"> -Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; -Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado nos princípios de igualdade (regra do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); -Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; -Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; -Prevenção das mudanças globais negativas; proteção da biodiversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; -Sistema efetivo de cooperação científica e tecnologia internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2009, p. 87) elaborado pela autora (2021).

Como visto no Quadro 01, a mobilização para a participação ativa das pessoas na dimensão política nacional é fundamental nas decisões democráticas, além de favorecer o acesso às informações, clareza dos problemas e oportunidades. Já a dimensão política internacional relaciona-se com o trabalho da ONU na defesa e prevenção de guerras, objetivando a paz e cooperação tecnológica e científica entre os países (JACOBI, 2003).

A importância da democracia e sustentabilidade nas estratégias políticas é primordial para fomentar a participação popular na gestão pública, especialmente porque o desenvolvimento sustentável requer uma integração e colaboração dos setores público, privado, voluntário e comunitário (FREY, 2002).

A discussão do desenvolvimento sustentável tem permeado os debates da ONU através das conferências que sucederam² a de Estocolmo em 1972. Contudo, trataremos nesta

² Para uma melhor compreensão das conferências ambientais da ONU, ver Berchin e Carvalho (2016).

pesquisa somente a Cúpula do Milênio ocorrida em 2000 e a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que aconteceu em 2015 (JANUZZI; DE CARLO, 2018).

A Cúpula do Milênio ocorreu em *New York* no ano de 2000, na qual aprovou-se neste evento a “Declaração do Milênio” composta por oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). A aprovação deste documento foi determinada por representantes de 191 países e publicada no ano de 2001 em convergência com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (ONU, 2000).

A introdução dos ODMs neste período possibilitou o avanço das teorias de desenvolvimento e metodologias de gestão, especialmente pela criação em 1990 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice foi apresentado por Amartya Sen e Mahbud ul Haq e enfatizou a necessidade de implementação de políticas sociais (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Nesta mesma perspectiva Januzzi e De Carlo (2018) ressaltam que os ODMs demonstram um dos principais esforços internacionais de defesa e promoção de políticas sociais nas últimas décadas, sendo a natureza política da agenda, o número de signatários e as implicações técnicas no acompanhamento das metas uma oportunidade única para discutir o desenvolvimento sustentável, o avanço nos estudos de indicadores sociais e o delineamento das políticas públicas. A agenda priorizou ainda o combate às desigualdades sociais, atreladas à pobreza, desnutrição e falta de saúde nos países subdesenvolvidos.

Foi com a Declaração do Milênio que os compromissos de desenvolvimento se reuniram em 8 objetivos centrais, 21 metas e 60 indicadores dos ODMs para serem atingidos até 2015 (CARVALHO; BARCELLOS, 2014), sendo estes objetivos: i) o combate à fome e à pobreza, ii) o acesso universal à educação primária, iii) a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, iv) a redução da mortalidade infantil, v) as melhorias na saúde materna, vi) o combate à propagação do HIV/AIDS, a malária e outras doenças transmissíveis, vii) a garantia da sustentabilidade ambiental e viii) o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento (UNMD, 2001).

Os resultados e os compromissos políticos assumidos na esfera internacional, assim como o estabelecimento de documentos com diretrizes fomentadas nos debates da ONU suscitaram a Agenda 21 (1992), a Declaração dos ODMs (2001), a Rio+10 (2002) e a Rio+20 (2012), oportunizando um aporte institucional para a realização da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Setembro de 2015 em *New York* (JANUZZI; DE CARLO, 2018). Esta reunião teve uma repercussão significativa por reconhecer que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões seria o maior desafio global da humanidade, sendo ainda um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Os membros da reunião adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas para extinguir a pobreza e promover um padrão de vida digno para as pessoas, respeitando os limites do planeta (ONU, 2015). Assim sendo, este documento é pertinente para as análises desta pesquisa e por esta razão será retratado em um tópico único, uma vez que define uma estratégia mundial para o desenvolvimento sustentável para os 15 anos subsequentes ao da implementação da agenda.

Dentre as diversas iniciativas de documentos, planos de ação e tentativas de mensuração do desenvolvimento sustentável, destaca-se a ampliação do escopo dos ODSs introduzidos pela Agenda 2030 da ONU, que possui um conjunto complexo e diversificado de metas e indicadores que incorporam os valores de sustentabilidade.

O fomento desta agenda deve-se principalmente pela sua relevância política em todos os países (desenvolvidos ou em desenvolvimento), especificamente após os desastres ambientais surgidos com mais frequência no século XX, a crise econômica de 2008-2009 e a pertinência das desigualdades sociais em um mundo cada vez mais globalizado (JANUZZI; DE CARLO, 2018).

Diante do exposto, será retratado no próximo tópico desta seção, a Agenda 2030, seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas, bem como os desafios encontrados para o fortalecimento de políticas públicas e do monitoramento efetivo de tais

metas pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs), uma vez que este documento é objeto de análise do presente estudo.

2.3 AGENDA 2030: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em 2015 o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”³ que institui um plano de ação que fomenta o desenvolvimento internacional, a partir de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas. Esta agenda traz medidas transformadoras e resolutas para colocar o mundo em uma perspectiva mais sustentável e resiliente, para isto utiliza-se a fórmula dos 5 P's que enaltece as pessoas, a prosperidade, a paz, as parcerias e o planeta (ONU, 2015).

A ONU reconhece que o marco da Agenda 2030 vai além do primeiro marco global de resultados para as políticas de desenvolvimento que se configuraram nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), mas continua priorizando a erradicação da pobreza, a promoção de saúde, educação, segurança alimentar e nutricional e reafirma os compromissos das conferências ambientais anteriores (TREJO NIETO, 2017).

Com a amplitude de objetivos sociais, ambientais e econômicos, a declaração do documento também se compromete com sociedades mais pacíficas e inclusivas que permeiam uma abordagem integrada na qual os objetivos e metas estão interconectados e trazem elementos transversais ao desenvolvimento sustentável e define os meios de implementação (ONU, 2015). A Figura 01 apresenta os ODSs em ilustração conforme a sintetização de ícones e títulos abreviados pela ONU.

³ Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

Figura 01- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030



Fonte: ONU (2015).

Estes ODSs e metas são segundo a ONU (2015) integrados e indivisíveis, pensados globalmente e aplicáveis de forma universal, levando em consideração as distintas realidades e níveis de desenvolvimento dos países, de forma que as políticas e prioridades nacionais sejam respeitadas. Portanto, cada governo fica incumbido de decidir como incorporar tais metas em seus processos e estratégias políticas nacionais de planejamento.

A implementação destes objetivos e metas é reafirmada pela agenda por meio de uma parceria global e meios de implementação ambiciosos. Desta forma, todos os recursos disponíveis devem ser mobilizados entre os governos, setor privado e a sociedade civil organizada para facilitar o engajamento global de todos os *stakeholders* em prol do alcance dos ODSs e de suas metas correspondentes.

Logo, a agenda deverá ser cumprida no âmbito global, embasada nas políticas e medidas delineadas na Agenda de Ação de Addis Abeba que também faz parte da Agenda 2030 (ONU, 2015), na qual os mecanismos de controle nacional são fortalecidos a partir das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs).

Dada a amplitude da temática ambiental, as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFSs) de diversos países formaram a *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI) para que estas EFSs recebessem um maior apoio em virtude da realização de auditorias ambientais (COIMBRA; MÈRCHER, 2018).

A Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) é um dos grupos regionais da INTOSAI e constitui-se em um organismo internacional, independente, autônomo, apolítico e de caráter permanente, na qual conta com a participação de 22 países membros. Esta organização é precedida de uma demanda por uma maior institucionalização da cooperação entre as EFSs do subcontinente que buscam o fomento do desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas pesquisas científicas, capacitação, assessoria, especialização, informações e assistência técnica (TCU, 2003).

A OLACEFS é formada por alguns órgãos, dentre os quais destaca-se a Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (COMTEMA) presidido pelo membro representante do Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) a fim de contribuir para as auditorias ambientais executadas pelas EFSs membros da OLACEFS, em busca de promoção e controle da gestão e integração da organização (TCU, 2003).

A função das EFSs é reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no estímulo à eficiência, efetividade e transparência da gestão pública, por meio das resoluções A/RES/66/209 de 2011 e A/RES/69/228 de 2014, na qual ambas as resoluções consideram as EFS instrumentos fundamentais no desenvolvimento nacional e na promoção de boa governança através das auditorias realizadas (UN, 2012; UN, 2015).

Corroborando, Araújo, Machado e Ferreira (2020) ressaltam que as EFSs são consideradas um instrumento de controle primordial em grande parte dos países, sendo responsáveis pelo fomento de *accountability*⁴, endossando a transparência nos gastos públicos e a disponibilidade das informações aos cidadãos.

Nesta perspectiva, as EFSs são essenciais para a implementação dos ODSs e metas da Agenda 2030, especialmente no aprimoramento de instituições públicas eficientes e

⁴ Este termo refere-se segundo Ocampo e Arteaga (2016) à prestação de contas no âmbito da governança nacional, para explicar a fiscalização do cumprimento das responsabilidades dos funcionários do setor público e os controles e equilíbrios sobre o exercício do poder político.

transparentes e primordialmente no cumprimento do ODS 16 que diz respeito à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. E para o cumprimento do ODS 17 que trata do fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Assim, o Conselho Diretivo da INTOSAI declarou no início de 2016 ao Secretário Geral da ONU, o ensejo das EFSs em trabalhar no cumprimento dos ODSs através de ações transformadoras, com iniciativas que respaldam as práticas de fiscalização e controle da governança pública mundial. Portanto, as EFSs têm como objetivo assegurar por meio de atividades de auditoria, monitoramento e avaliação, o avanço do desenvolvimento sustentável e inclusivo das pessoas e regiões (BARROS, 2016).

No Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem concentrado seus esforços no cenário nacional e internacional no desenvolvimento de metodologias e na fiscalização piloto das questões ambientais, prestando apoio à INTOSAI e outras instituições de auditorias de controle externo de diversos países, para que haja um preparo a respeito das diretrizes adotadas na Agenda 2030 (BARROS, 2016).

A atuação do TCU no controle externo na esfera ambiental, desde a Portaria nº 383/1998 aponta a responsabilidade em avaliar as políticas públicas concernentes à temática, assim o documento aprova “a Estratégia de Atuação para o Controle de Gestão Ambiental, resultante da implementação do Projeto de Desenvolvimento da Fiscalização Ambiental - PDFA” (BRASIL, 1998, p. 01).

Logo, o TCU está inserido nos debates internacionais ambientais, efetivando atividades de implementação e fiscalização de compromissos multilaterais como a Agenda 2030 (BARROS, 2016). Portanto, como o inciso IV do art 72. da CF/88 habilita a realização de auditorias, o TCU tem a sua função assegurada em preparar, avaliar e acompanhar a implementação da Agenda 2030 (BRASIL, 1988).

No âmbito estadual, destaca-se o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) que busca monitorar a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) nos 644 municípios paulistas. Desta forma, os agentes da fiscalização da corte, realizam fiscalizações ordinárias nas prefeituras do Estado e

legitimam as informações pertinentes à implementação das metas determinadas pela ONU para fomentar o desenvolvimento sustentável nos municípios paulistas (TCESP, 2018).

A atuação do TCESP conta com uma parceria entre o Tribunal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que criaram o Observatório do Futuro, como um núcleo voltado ao monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de São Paulo. Logo, os agentes da fiscalização deste observatório analisam a utilização dos recursos públicos, bem como a legalidade, legitimidade e economicidade da aplicação destes recursos (OBSERVATÓRIO DO FUTURO, 2018).

Segundo o Observatório do Futuro (2018) os ODSs poderão ser reconhecidos pelos agentes da fiscalização nos elementos de planejamento de políticas públicas e do orçamento. Além disto, os agentes verificam a implementação das ações do poder público municipal para a introdução dos ODSs no desenvolvimento local.

Caso haja algum espaço que não seja preenchido no planejamento local adequado à implementação dos ODSs, os agentes poderão realizar recomendações de acordo com a discricionariedade administrativa e a realidade do município (OBSERVATÓRIO DO FUTURO, 2018). Posto isto, o TCESP possui algumas ferramentas que permitem a identificação de elementos que poderão ser cobrados do município, sendo que estas ferramentas são convergentes com as diretrizes da Agenda 2030, como por exemplo, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E) (TCESP, 2018).

Os índices supramencionados aferem segundo o TCESP (2018) a eficiência das prefeituras e do Estado por meio da análise nas dimensões: educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, defesa civil, tecnologia da informação e segurança pública. Assim como os ODSs, o IEG-M e o IEG-E auxiliam os gestores no planejamento e na utilização de instrumentos que revelam a eficiência e efetividade dos governos.

Dada a aproximação dos índices do Tribunal com os ODSs, o TCESP (2018) assumiu a partir de uma parceria com o PNUD, estes índices como instrumentos oficiais de supervisão e execução dos ODSs nos municípios e, portanto, em todo o Estado. Sendo assim, o TCESP

vem trabalhando com a implementação dos ODS nos municípios paulistas tanto na orientação aos jurisdicionados, como também na fiscalização dos resultados.

Deste modo, o próximo tópico desta seção busca sinalizar a importância da gestão pública no desenvolvimento urbano sustentável, sobretudo nas diretrizes propostas pela Agenda 2030 e pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS), além de identificar os principais instrumentos de planejamento público empregados pelo Poder Executivo Municipal e o estabelecimento de políticas públicas que fomentam a agenda e portanto, respaldam o desenvolvimento sustentável.

2.4 GESTÃO PÚBLICA E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

As mudanças sociais e econômicas oportunizadas pelas políticas de âmbitos local, nacional e internacional levaram as cidades a empregar novas práticas de sustentabilidade. Portanto, a administração pública vem atuando em desafios concernentes ao desenvolvimento de modelos de gestão, cujas missões e objetivos estão alinhados à preservação ambiental (MUNCK; SOUZA, 2009).

A gestão pública é retratada como complexa por envolver valores como a legalidade e legitimidade, além da eficiência e eficácia, sendo que o seu principal objetivo é atender as demandas e necessidades da população, uma vez que trata-se da oferta de bens e serviços, proporcionando bem-estar e qualidade de vida (MATTOS; ANTONIAZZI, 2016).

O conceito de gestão pública está atrelado aos atos administrativos que classificam-se por processos como: planejamento, orçamentos, controle e avaliação de políticas (LIMA, 2007). Entretanto, Neves (2002) aponta que este conceito nem sempre foi aplicado aos responsáveis pela administração pública, visto que a função principal do administrador era gerenciar seguindo regras e diretrizes pré-estabelecidas, cumprir atribuições e competências definidas previamente e se limitar ao cumprimento e não à análise das ordens determinadas.

O desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade faz parte da responsabilidade da gestão pública, que deve promover benefícios em prol da população (LIMA, 2007). Salienta-se que o crescimento urbano acelerado e a rápida expansão das cidades são fatores decisórios no alcance do desenvolvimento sustentável, isto porque segundo Leite e Awad

(2012) as cidades são responsáveis por dois terços do consumo mundial de energia e cerca de 75% dos resíduos são gerados nas cidades, além de viverem sob um cenário de esgotamento dos recursos hídricos.

As cidades e a tendência global de urbanização são elementos centrais no cumprimento do desenvolvimento sustentável no mundo e ainda possuem um papel de suma importância no sucesso esperado da Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 (BRANDI, 2018). As projeções da ONU para 2050 apontam que dois terços da população mundial estará vivendo na zona urbana e 90% desse crescimento urbano acontecerá em países em desenvolvimento (ONU, 2013).

Com os desafios cada vez mais presentes e pertinentes nas agendas de desenvolvimento das cidades sustentáveis, a gestão pública municipal deve-se atentar no oferecimento de energias limpas, destinação correta dos resíduos sólidos, mobilidade urbana (especialmente na oferta de transporte público e acessível aos munícipes), saúde e bem-estar, disponibilidade de áreas verdes como parques, entre outros (BICHUETI *et al.*, 2017).

Contudo, a negligência por parte do Poder Público com as questões de infraestrutura ambiental voltado ao crescimento acelerado das cidades, agrava os problemas ambientais, na qual, a adoção de políticas públicas são ações utilizadas para minimizar o impacto ambiental (HOGAN, 1993). Destaca-se também que a infraestrutura construída para atender as necessidades da população urbana deve ser desenvolvida para cumprir os objetivos globais de redução da pobreza e da desigualdade, conforme as proposições da Agenda 2030.

Segundo Brandi (2018) grande parte da população urbana dos países subdesenvolvidos vive sob condições de vulnerabilidade socioeconômica, além de não possuírem acesso à infraestrutura e serviços sociais básicos, sofrendo pelos desafios governamentais e ficando expostos às desigualdades cada vez mais crescentes.

De acordo com Bichueti *et al.*, (2017) o maior desafio de uma urbanização sustentável está na oferta de maiores e melhores oportunidades de emprego e renda, infraestrutura para o atendimento das necessidades básicas dos munícipes, acesso igualitário aos serviços essenciais, redução do nível de pessoas vivendo em favelas e/ou sub-habitações e preservação dos recursos naturais e áreas adjacentes dentro das cidades.

Um planejamento urbano sustentável requer uma governança pública competente e responsável, na qual a gestão das cidades e a expansão do meio urbano devem ser pensadas cuidadosamente pelos gestores, assim como deve-se fomentar a utilização de tecnologias de informação e comunicação para a prestação de serviços eficientes e eficazes (BICHUETI *et al.*, 2017).

Este é um desafio tanto para os governos, bem como para a sociedade civil organizada que deve exigir transformações na atuação da gestão pública, de forma que os padrões da vida urbana sejam repensados de maneira consciente, sustentável e inclusiva (LEITE; AWAD, 2012). Para isto, o Poder Público deve introduzir ações de planejamento e reordenamento do espaço, além de elaborar e implementar políticas públicas urbanas que respaldam a construção de cidades justas, democráticas, sustentáveis e inteligentes (SILVA, 2018).

As políticas públicas são conceituadas como ações do governo, que dado o uso de suas atribuições, representam e atendem as pretensões do Estado, de forma estratégica e planejada em prol do bem público (SILVA; BASSI, 2012). Logo, estas ações e intervenções estatais impactam as relações sociais, buscando promover a redução das desigualdades regionais e exclusão social (TRAUB, 2018).

Desta maneira, as políticas públicas consistem em responder perguntas sobre o íterim que compete aos governos em definir e implementar tais políticas nas suas diversas tipologias, isto é, distributivas, redistributivas, constitutivas ou regulatórias, dados os objetivos do governo (SECCHI, 2014). Sendo assim, as políticas públicas são conduzidas por áreas temáticas (educação, cultura, meio ambiente, saúde, esporte, entre outras), envolvendo ações legislativas, administrativas e em alguns casos, jurisdicionais (COMPARATO, 1997).

As políticas públicas não estão atreladas exclusivamente para as áreas supramencionadas ou anseios tangíveis da sociedade, pois elas também se direcionam às questões intangíveis e/ou transversais, envolvendo um setor de atividade governamental (políticas de comércio exterior, industrial, etc). Elas podem ainda desejar uma certa situação social (política de combate à violência, tabagismo, etc), normas para atenuar determinada

problemática (política urbana) ou ainda em questões específicas (políticas de produtividade agrícola) (IBAM; MCTIC, 2016).

Segundo IBAM e MCTIC (2016, p. 38) “a formulação e implementação de políticas públicas implica agir sobre domínios de responsabilidades e de interesses de múltiplos atores”. Cabe ressaltar que as políticas públicas não são unicamente de competência da Administração Pública, mas também do Poder Legislativo, tendo em vista que em muitas situações estas políticas dependem da articulação com a iniciativa privada (LUFT, 2011).

Isto posto, é imprescindível o estabelecimento de diálogos, compromissos compartilhados e sinergias entre os *stakeholders* (agentes envolvidos no processo), elucidados pelos meios e instrumentos de coordenação, articulação e integração de políticas (IBAM; MCTIC, 2016).

O processo de construção destas políticas requer a participação do cidadão, visto que dado o exercício de sua cidadania, ele cobra a garantia da efetividade das políticas públicas, buscando um melhor desenvolvimento local e condições de vida adequadas. Além disto, tal participação contribui para o fortalecimento entre o Estado e os cidadãos e o fornecimento de informações e recursos para uma factual tomada de decisões (OLIVEIRA; OLIVEIRA; VICENTIN, 2018).

Corroborando, Teixeira (2002) salienta que a participação ativa da sociedade civil é essencial nas discussões concernentes às políticas públicas, uma vez que elas remetem-se aos recursos públicos diretos ou aqueles advindos da renúncia fiscal (isenções) ou ainda, tratam da regulação de relações que englobam interesses públicos. Entretanto, as políticas públicas atuam em um contexto no qual os interesses e opiniões do setor público e privado se entrecruzam de forma conflitante, o que conseqüentemente leva à necessidade de um debate público transparente.

Logo, a presença da sociedade civil organizada na gestão de políticas públicas consiste em uma peça-chave para a democratização e efetividade do Poder Local. Por esta razão, a avaliação de tais políticas apresenta-se como um instrumento importante para averiguar os resultados dos programas e políticas de desenvolvimento local. A avaliação

permite mensurar a relação custo-benefício, a efetividade ou não das políticas públicas e a organização dos setores envolvidos no processo (TAVARES, 2007).

A necessidade de uma maior sofisticação dos mecanismos de avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das políticas e programas públicos é identificada por Arretche (1999) que aponta a ausência de recursos públicos como uma das razões para incorporar a racionalidade no planejamento dos gastos.

Contudo, Carlo (2006) enfatiza que a principal contingência não se encontra apenas na insuficiência de recursos públicos, mas também na ineficácia do uso destes, pela falta de planejamento, controle social e institucional e coordenação. Sendo assim, um bom resultado de um desenvolvimento local sustentável vem precedido de um planejamento que contemple a racionalização dos gastos públicos e a integração de diferentes políticas por meio de diálogos com a sociedade civil.

Nas áreas urbanas, as políticas públicas exercem um papel crucial na construção do desenvolvimento sustentável e dependem de uma integração total entre a capacitação dos gestores locais e a realização e compartilhamento dos diagnósticos socioambientais (CARLO, 2006). Neste contexto, Nascimento (2010) salienta que a criação do Ministério das Cidades em 2003 foi de suma importância para que a política de desenvolvimento urbano se tornasse um assunto estratégico a ser discutido na agenda do governo federal, intuindo a articulação de todas as políticas urbanas.

A articulação de todas estas políticas perpassa diversos temas: habitação, planejamento territorial urbano, política fundiária, saneamento ambiental, mobilidade urbana sustentável, de forma que os principais programas e instrumentos destas políticas sejam sistematizados. Portanto, a intersetorialidade destas políticas é fundamental no processo de construção do desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2010).

A intersetorialidade está atrelada a uma cooperação interinstitucional entre os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o objetivo de elevar a eficácia das ações (MDS, 2004). Segundo Koga (2003) a intersetorialidade promove a articulação de políticas sociais, ambientais, urbanas e econômicas, permeando a efetividade das políticas públicas.

Logo, a implementação de programas e projetos está sujeita ao diálogo das equipes técnicas tendo em vista a inclusão social, por isto, Junqueira (2004) salienta que a intersectorialidade institui uma nova forma de planejar, dirigir e controlar a prestação de serviços, sendo que o maior desafio da integração de diversas políticas setoriais implica em conciliar os interesses e práticas distintas dos diversos segmentos do setor público.

Um estudo do IBAM e MCTIC (2016) identificou as principais políticas públicas nacionais⁵ voltadas à sustentabilidade urbana, exprimindo a articulação das políticas setoriais em busca de um desenvolvimento urbano sustentável. Após a identificação das políticas nacionais, a pesquisa também analisou o alinhamento dos 17 ODSs da Agenda 2030 com as políticas, planos ou programas do governo brasileiro.

Nas constatações da pesquisa, nota-se que poucos ODSs têm um alto nível de relação com as políticas públicas nacionais, o que consiste em uma limitação brasileira, visto que os objetivos e metas da agenda são universalmente aplicáveis e adaptáveis às diferentes esferas políticas dada a visão holística do desenvolvimento sustentável (IBAM; MCTIC, 2016).

Sendo assim, percebe-se que apesar da afluência de políticas públicas nacionais atreladas à sustentabilidade urbana, isto não reflete uma efetiva coordenação e articulação das políticas (IBAM; MCTIC, 2016). Desta forma é basilar uma análise integrada das políticas levantadas no estudo por meio da consolidação dos mecanismos de gestão do Estado, como a organização de instrumentos de planejamento público, previstos na Constituição Federal e outros aparatos legais.

Os instrumentos de planejamento são elementos cruciais no mapeamento dos ODSs nos governos locais, portanto, cada governo toma a decisão de incorporar as metas em seu planejamento, tornando-as exequíveis em todas as esferas de governo (SILVA, 2019). Desta maneira, é importante destacar quais são os principais instrumentos de planejamento público que tornam possível a elaboração e a execução de tais metas e diretrizes das agendas ambientais.

⁵ O levantamento das políticas públicas nacionais mais incidentes na sustentabilidade urbana podem ser consultadas no estudo de IBAM e MCTIC (2016), disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Politicass%20Publicas%20para%20Cidades%20Sustentaveis.pdf>.

Os instrumentos de planejamento possuem um aparato na Constituição Federal de 1988 que institui mudanças no planejamento e execução das finanças públicas, especialmente para o orçamento. Em seu art. 163, inciso 1, 2 e 5 são apontados os novos instrumentos, sendo eles:

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

[...]

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I—o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II—o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III—o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988, p. 103).

Desta maneira, Silva (2019) observa que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) podem ser integrados no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) e servir como ferramentas de subsídios do monitoramento e avaliação das políticas públicas estabelecidas pelos governos locais.

Assim, o Plano Plurianual (PPA) é responsável por instituir as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, fixando as despesas de capital e correntes, entre outras decorrentes, na qual a duração da lei instituinte é de quatro anos. Por sua vez, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está pautada no PPA e determina as metas e prioridades do governo, cuja função se encontra na orientação e elaboração da execução da LOA e na disposição sobre as mudanças na legislação tributária. Enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) determina as previsões das receitas e despesas inerentes aos serviços públicos, para cada exercício financeiro (XEREZ, 2013).

Dentre os instrumentos supramencionados, Santos e Nascimento (2018) apontam que na esfera municipal, os poderes Legislativo e Executivo ficam incumbidos de introduzir ferramentas de efetivação dos ODSs, envolvendo a sociedade civil organizada e o setor privado. Contudo, dada a descentralização do Poder Público, o PPA não institui um plano único do governo federal, uma vez que tanto os Estados quanto os municípios possuem maior liberdade em elaborar e atender seus próprios Planos Plurianuais (PPAs), apesar da ausência de mecanismos de articulação entre os planos de cada unidade federativa (IBAM; MCTIC, 2016). Assim:

Isso, se, por um lado, colaborou para afirmar a autonomia das esferas subnacionais de governo, por outro, acabou por enfraquecer um possível projeto de caráter nacional, com base em uma visão estratégica e integrada dos desafios a serem superados para o desenvolvimento com base setorial, federativa, regional (territorial) e ambientalmente sustentável (IBAM; MCTIC, 2016, p. 42).

Ainda no tocante à Agenda 2030, a elaboração do Plano Plurianual (PPA) pelos municípios pode ser realizada de acordo com o Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros, disponibilizado desde 2016 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) (SANTOS; NASCIMENTO, 2018).

No âmbito federal, a aprovação do PPA 2016-2019 pelo Poder Legislativo e Executivo por meio da Lei Federal nº 13.249/16, buscou conciliar o crescimento econômico com a distribuição de renda e inclusão social a partir da implementação de políticas públicas, sendo o desenvolvimento sustentável ressaltado no art. 4º da lei, dada a sua orientação de inclusão social (BRASIL, 2016).

Embora o desenvolvimento sustentável tenha sido colocado como uma das primeiras diretrizes do PPA 2016-2019, os estudos de Aguiar (2017) reforçam a ausência de uma menção da Agenda 2030 no documento, colocando em dúvida a coerência das políticas públicas voltadas aos acordos multilaterais. Assim, o autor salienta que a coerência das políticas seria possível a partir da reconsideração das prioridades nacionais, de forma que se estabeleça uma integração entre as políticas de âmbito nacional com as políticas globais da agenda.

Contudo, tais prioridades são questionadas pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) que reforça a sua preocupação com o veto

presidencial que inibe a continuidade das metas dos ODS (GT AGENDA 2030, 2020) instaurados no Plano Plurianual 2020-2023 a partir da Lei nº 13.971/19, art. 3º, inciso VII (BRASIL, 2019). Além disto, o Decreto nº 9.759/19 extingue diversos colegiados da Administração Pública Federal, incluindo a Comissão Nacional dos ODS (BRASIL, 2019).

De acordo com o GT Agenda 2030 (2020) as premissas e diretrizes da agenda deveriam ser um compromisso de Estado, acima de partidos políticos e governos. Desta forma o veto presidencial demonstra, segundo o grupo, a falta de interesse em manter e ampliar as políticas de cunho sustentável. Portanto, a negligência do monitoramento e avaliação das políticas públicas brasileiras pautadas na implementação da Agenda 2030, coloca em risco um modelo de desenvolvimento sustentável, participativo e inclusivo.

Entretanto, a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) (2020) denota que o veto presidencial ao art. 3º da Lei nº 13.971/19 não resume a retirada do país frente à implementação da Agenda 2030, o que conseqüentemente não significa um descompromisso do país em relação ao desenvolvimento sustentável. Ademais, a SEAS aponta que o veto não aconteceu por razões jurídicas e não contraria as recomendações da agenda, uma vez que a ONU não indica obrigatoriedade de vincular o documento com o instrumento de planejamento orçamentário.

Apesar das dificuldades de uma implementação holística das políticas públicas e a introdução de instrumentos de planejamento que fomentam os ODSs entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios, Carlo (2006) considera que a gestão pública municipal é um dos atores principais na promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Isto porque os municípios estão mais próximos às realidades locais e buscam atender as demandas sociais voltadas aos direitos humanos, combate à pobreza e exclusão social, acesso à moradia, segurança e proteção ambiental (CARLO, 2006).

Contudo, tais demandas têm sido cada vez mais pertinentes, especialmente para a população das metrópoles brasileiras que vivem em cidades ilegais do ponto de vista das normas urbanísticas, condições ambientais, sanitárias e de transporte (NOBRE, 2004).

Apesar da Lei Federal nº 6.938/81 dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), também assegurada no artigo 225 da CF de 1988, que determina a

responsabilidade ao Poder Público de garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado, foi somente com a promoção do Estatuto da Cidade, que os problemas sociais foram reconhecidos e contemplados no arcabouço jurídico.

Segundo o artigo 2º do Estatuto da Cidade, a política urbana deve ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, seguindo algumas diretrizes:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (BRASIL, 2001, p. 15).

Em síntese, o Estatuto da Cidade oportunizou uma reforma urbana brasileira necessária, tendo em vista que estabeleceu diretrizes para uma gestão democrática, prevendo uma sustentabilidade urbano-ambiental, cooperação entre todos os setores sociais, distribuição justa dos benefícios e ônus subsequentes do processo de urbanização dentro das propostas das funções sociais da cidade (ALFONSIN, 2001).

A Lei também prevê uma série de instrumentos de planejamento público que enaltecem a preocupação com os problemas ambientais. Dentre eles, destaca-se o Plano Diretor Municipal (PDM) que é um instrumento obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, que estão inseridos em áreas com interesse turístico ou ainda em áreas de influência de atividades com impactos ambientais expressivos. O PDM também é obrigatório para aqueles municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com regiões suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos (BRASIL, 2001).

Tendo em vista que cada município possui características distintas aos demais, não existe um padrão para realizar o PDM, pois o plano deve ser orientado para atender as demandas da população. Contudo, os gestores públicos devem observar as etapas que percorrem o documento durante sua elaboração e desenvolvimento, para que o retorno seja positivo e sustentável (MATTOS; ANTONIAZZI, 2016).

Em suma, o Estatuto da Cidade e outros aparatos legais fornecem bases sólidas para a utilização de instrumentos de planejamento que permitem uma maior inclusão e desenvolvimento social, cidadania e fomento dos direitos humanos, além da possibilidade da população viver em cidades mais justas, democráticas e sustentáveis (ALFONSIN, 2001). Neste contexto, o próximo subtópico abordará a importância da construção de cidades sustentáveis, inteligentes e resilientes, bem como movimentos e programas que pleiteiam o desenvolvimento urbano sustentável, dentre eles o Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

2.4.1 Cidades sustentáveis e inteligentes

O crescimento urbano em âmbito global tem se tornado pauta de discussão nos planos e estratégias da agenda pública no longo prazo, visto que seus efeitos têm despertado uma preocupação com o aumento populacional, expansão das cidades, esgotamento dos recursos naturais, entre outros (GLAESER, 2011).

De acordo com Prestes e Pozzetti (2018) o surgimento não planejado das cidades agravou ainda mais estes problemas, mesmo que a princípio as cidades eram vislumbradas como uma opção de vida alternativa àquela oferecida no campo, uma vez que oportunizaram a proliferação dos comércios e oferta de serviços públicos.

Entretanto, as cidades são afetadas por recessões econômicas causadas pela falta de empregos e redução dos salários, na qual dado o baixo poder aquisitivo da população, as pessoas acabam buscando opções de moradia e alimentação mais baratas, formando bairros sem uma infraestrutura urbana adequada, em ocupações ilegais e em áreas de risco do ponto de vista ambiental (GLAESER, 2011).

Ainda para Glaeser (2011) as cidades sofrem com outros choques, como a queda na receita fiscal que também causa danos ao Poder Público que deixa de investir em educação,

lazer, saúde, saneamento e outros serviços essenciais básicos por falta de capacidade e gestão financeira.

Apesar da insustentabilidade urbana, Leite e Awad (2012) apontam que as cidades têm a capacidade de se reinventarem e se desenvolverem com sustentabilidade, principalmente pelo fato de que esta é uma demanda da sociedade atual que urge por modelos de cidades mais justas e sustentáveis.

As cidades sustentáveis vêm recebendo notoriedade a partir das conferências sobre meio ambiente realizadas pela ONU, especialmente após a realização da Habitat III - Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável realizada em Quito no ano de 2016, que definiu as diretrizes para as cidades construírem um rumo ao desenvolvimento sustentável (BENTO *et al.*, 2018).

Segundo Leite e Awad (2012) o conceito de cidade sustentável envolve a operação de um modelo de desenvolvimento urbano que equilibre eficientemente os recursos necessários ao seu funcionamento, ou seja, deve-se considerar tanto a entrada de insumos (recursos naturais, alimentos, energia, terra urbana, entre outros), quanto às fontes de saída (esgoto, poluição, resíduos, etc). Desta maneira, todos os recursos devem ser alocados de forma eficaz para que os objetivos urbanos sejam alcançados.

Corroborando, Fitzgerald *et al.*, (2012) e Ferreira *et al.*, (2018) salientam que as cidades sustentáveis buscam preservar as áreas verdes, sem modificar os ecossistemas naturais em relação ao meio urbano. Destacam ainda que elas são capazes de produzir maior qualidade de vida aos seus cidadãos, tendo em vista que as melhorias do ambiente e a criação de uma cultura de paz são elementos cruciais para o desenvolvimento de uma cidade sustentável.

A inovação e a tecnologia são discutidas na pauta das cidades, sendo vistas como elementos essenciais na discussão sobre gestão urbana sustentável. Desta forma, o conceito de cidades inteligentes tem sido difundido, paralelamente ao de cidade sustentável, pois:

A noção de “cidades inteligentes” é inestimável porque compartilha os fundamentos teóricos da sustentabilidade. A cidade inteligente se refere à capacidade de adequadamente servir as necessidades de seus habitantes, o que não é diferente do princípio da sustentabilidade de preencher as necessidades da geração atual (BRIGGS, 2005, p. 31).

Nesta mesma perspectiva, Leite e Awad (2012) salientam que as cidades sustentáveis do futuro deverão integrar a gestão inteligente do território em virtude das premissas do desenvolvimento sustentável, de forma que as ineficiências das cidades sejam atenuadas. Entretanto, os autores supramencionados enfatizam que a inteligência necessária para criar cidades sustentáveis deve ser primeiro humana e depois tecnológica.

Portanto, a gestão inteligente permitirá uma efetiva tomada de decisão por parte do setor público, privado e da sociedade, a fim de restituir a eficiência e sustentabilidade das atividades urbanas, nos aspectos social, econômico, político e ambiental. Por esta razão, muitos projetos atuais objetivam deixar a economia, o meio ambiente, a mobilidade urbana, os cidadãos e o governo mais inteligentes (LEMOS, 2013).

Dentre as ferramentas disponíveis para tornar a gestão pública mais inteligente e sustentável, destaca-se o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) retratado no próximo subitem, que apresenta seus eixos e indicadores já alinhados com a Agenda 2030.

2.4.1.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS)

A participação das cidades no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) é essencial, visto que aproximadamente 65% das metas dos ODSs contempladas na Agenda 2030, podem ser cumpridas se forem implementadas pelas cidades, uma vez que a cooperação local é uma medida crucial na implantação de estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável (BRANDI, 2018).

Em âmbito nacional, o Brasil assumiu o compromisso de reduzir em 43% até 2030 a emissão de gases de efeito estufa (BRASIL, 2016), portanto, para que estes resultados sejam alcançados é inerente aos municípios a reestruturação de seus sistemas de mobilidade urbana e a implementação de um planejamento estratégico que minimize o uso de combustíveis fósseis nos transportes públicos, dentre outras ações (BENCKE; PEREZ, 2018).

Dado os compromissos multilaterais assumidos pelo Brasil, ressalta-se a imprescindibilidade do estabelecimento de programas nacionais de desenvolvimento sustentável, como o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) que foi incutido com o “objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável” (PCS, 2012, p. 03).

O PCS foi inspirado nos compromissos de Aalborg, um acordo político para o desenvolvimento sustentável realizado na Dinamarca em 1994 assinado por mais de 650 municípios, especialmente os europeus. Porém, dadas as realidades distintas entre os municípios europeus e brasileiros, foram agregados novos eixos temáticos no programa (PCS, 2012). Além disto, os indicadores do PCS também foram associados aos ODSs da Agenda 2030, na qual foram divididos pelos 12 eixos do PCS e organizados para que sua leitura e compreensão fosse facilitada no momento de sua aplicação nos sistemas públicos de gestão (PCS, 2017).

A plataforma do Programa Cidades Sustentáveis⁶ foi desenvolvida desde 2011 pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, funcionando como uma agenda integrada para as dimensões social, ambiental, política, cultural e econômica da sustentabilidade, incorporando as áreas da gestão pública em 12 eixos temáticos (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

O PCS contempla mais de 300 indicadores associados aos 12 eixos temáticos, de forma que oferece aos gestores públicos uma agenda de sustentabilidade urbana e um banco de práticas com experiências exemplares nacionais e internacionais que são consideradas referências a serem replicadas pelos municípios. A rede de organizações da sociedade participante do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) busca incorporar a sustentabilidade na agenda dos partidos políticos e dos candidatos desde as eleições municipais de 2012, assim o PCS busca sensibilizar os eleitores a escolher a sustentabilidade como um dos critérios de voto e influenciar os candidatos a perfilar uma agenda de sustentabilidade (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Para isto, o PCS oportuniza aos (as) prefeitos (as) e partidos políticos, assegurar seus compromissos com o desenvolvimento sustentável a partir da assinatura da Carta Compromisso (assinada desde o primeiro mandato do (a) prefeito (a)) ou da Carta de Adesão

⁶ Disponível em:

https://www.fm.usp.br/biblioteca/conteudo/biblioteca_229_publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf#:~:text=O%20Programa%20Cidades%20Sustent%C3%A1veis%20tem%20o%20objetivo%20de,desenvolvam%20de%20forma%20econ%C3%B4mica%2C%20social%20e%20ambientalmente%20sustent%C3%A1vel. Acesso em: 25 set. 2020.

ao PCS (assinada pelo (a) prefeito (a) que não assinou a Carta Compromisso e já está no seu segundo mandato, comprometendo-se em aderir a Carta Compromisso se for reeleito). Com isto, os signatários da carta devem promover a plataforma do programa em suas cidades e ainda prestar contas das ações desenvolvidas através de relatórios, demonstrando as evoluções e/ou retrocessos dos indicadores básicos atrelados em cada eixo temático (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

Segundo a Rede Nossa São Paulo (2019) as cidades participantes do programa recebem maior visibilidade em meios de comunicação, além de terem informações estratégicas, serem referências de desenvolvimento sustentável e trocarem experiências com outros municípios. Os signatários do PCS podem ainda participar do Prêmio Cidades Sustentáveis e utilizar o selo Cidade Participante do programa em suas publicações.

O PCS (2012) destaca ainda que a gestão pública municipal é o nível de governo que mais se aproxima dos cidadãos brasileiros e que os (as) prefeitos (as) possuem a oportunidade de influenciar e determinar padrões e comportamentos sociais e individuais em rumo à sustentabilidade, por meio da educação e campanhas de conscientização.

O programa busca assegurar o desenvolvimento sustentável e atenuar os desafios surgidos durante este processo, em parceria com outros níveis de governo. Portanto, o PCS conta com uma abordagem efetiva e integrada nas políticas locais e regionais, de forma que os objetivos ambientais, políticos, culturais, econômicos e sociais sejam compatibilizados (PCS, 2012).

Nesta perspectiva, o PCS (2016) enfatiza que a gestão das cidades requer a elaboração de um planejamento estratégico urbano pautado em uma abordagem sistêmica e participativa, considerando o desenvolvimento de projetos no curto, médio e longo prazo. Além disso, deve-se implementar e monitorar metas ao longo dos anos, de forma que tais diretrizes sejam incorporadas nos instrumentos de planejamento urbano.

Diante do exposto, destaca-se que esta seção foi direcionada ao referencial teórico, que buscou demonstrar os caminhos percorridos ao longo da história para chegar ao que hoje é denominado “desenvolvimento sustentável”, o tema principal da análise desta pesquisa. O

arcabouço teórico trouxe os avanços das teorias de desenvolvimento, os movimentos sociais e ambientais que oportunizaram a realização de diversas conferências ambientais e os documentos estabelecidos por meio dos acordos multilaterais assumidos nestes eventos, que projetam uma jornada em direção ao desenvolvimento sustentável.

Assim, a partir do levantamento bibliográfico realizado nesta seção, foi possível compreender a importância da gestão pública no desenho do desenvolvimento urbano sustentável, da implementação de políticas públicas e da utilização de instrumentos de planejamento que são de suma importância para a implementação da Agenda 2030 e do Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

Em termos de gestão, os instrumentos contribuem para a elaboração de um planejamento municipal alinhado com as metas, objetivos e eixos de ambos os documentos - Agenda 2030 e PCS. Uma vez bem executados, os instrumentos permitem uma eficiência administrativa que conduz ao desenvolvimento sustentável, visto que segundo a ONU (2016) os governos locais são os protagonistas da Agenda 2030 e embora os ODSs sejam universais, a realização deles depende da capacidade dos agentes locais em trabalhar juntos e torná-los reais.

Nesta perspectiva, a próxima seção apresentará os procedimentos metodológicos executados para alcançar o objetivo geral deste trabalho que é analisar como as metas específicas da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP.

3. METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos necessários para o alcance do objetivo geral do presente estudo e está dividida em três subseções, sendo estas: delineamento da pesquisa, procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo possui uma finalidade aplicada, pois está relacionada com o valor prático da realidade. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Nesta perspectiva, a pesquisa é aplicada, pois o propósito é investigar como as metas específicas da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP.

Quanto à abordagem do problema de pesquisa, o estudo enquadra-se como qualitativo. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995). Os dados coletados para a referida análise, possibilitará a compreensão das estratégias utilizadas pelo Departamento de Planejamento Ambiental (DPA) e pelo CBCS ao definirem e alinharem as metas municipais com as metas específicas da agenda supramencionada.

Classifica-se quanto ao seu objetivo como exploratório-descritivo, pois em concordância com Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa busca descrever integralmente certo fenômeno, em que as descrições podem ser tanto quantitativas ou qualitativas, bem como, transcrever as informações obtidas pela observação do pesquisador. Logo, pretende-se explorar e descrever as metas instituídas no Plano de Metas de Barueri/SP e investigar o nível de aderência da Agenda 2030 em relação às metas municipais traçadas.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, o estudo refere-se a uma pesquisa documental, na qual segundo Cellard (2008) é observado o processo de evolução de

indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos, conhecimentos e práticas. Desta forma, o estudo observará o processo de gestão e as práticas realizadas pela Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) do município de Barueri/SP.

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a pesquisa documental dispõe de materiais que ainda não receberam predominantemente um tratamento analítico, isto é, remete-se às fontes primárias. Logo, as fontes de documentos utilizadas na análise do estudo, serão arquivos públicos, que podem ser municipais, estaduais e nacionais, contendo documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A documentação direta institui um levantamento de dados no local específico em que os fenômenos acontecem, sendo que para esta pesquisa, os dados serão obtidos por meio de um estudo de caso. Yin (2001, p. 11) considera que os estudos desta natureza “representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Corroborando, Gil (2008) caracteriza o estudo de caso como uma pesquisa profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, para permitir um conhecimento amplo e minucioso. Considera-se um estudo empírico que analisa um fenômeno atual em seu contexto real, sendo que ele constitui uma estratégia de pesquisa, a qual requer múltiplos métodos e fontes para descrever, explicar e explorar tais fenômenos (YIN, 2001).

A partir dos conceitos supramencionados, entende-se que a pesquisa é um estudo de caso pois tem como objetivo analisar como o Departamento de Planejamento Ambiental (DPA) da SEMA, que está incumbido de coordenar o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS), órgão responsável pela elaboração do Plano de Metas, estabelece um alinhamento das metas municipais com as metas da Agenda 2030.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Na técnica de coleta de dados, serão utilizados os resultados da revisão integrativa, as entrevistas, os documentos oficiais da SEMA e a técnica de observação para atingir os objetivos específicos propostos. Neste caso, as técnicas se dividem em:

a) REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

A revisão bibliográfica sistemática é um método de revisão planejada utilizado para responder um problema de pesquisa, a partir do emprego de métodos explícitos e sistemáticos que identificam, selecionam e avaliam os estudos de forma crítica, a fim de coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão (CASTRO, 2006).

Segundo Zoltowski *et al.*, (2014) esta revisão é uma das técnicas mais desenvolvidas para avaliar e sintetizar a literatura em diferentes áreas do conhecimento, sendo uma metodologia introduzida pela Fundação Cochrane em 1992 no Reino Unido.

A revisão bibliográfica sistemática possui quatro tipos de métodos, são eles: a meta-análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). Entretanto, para atender o primeiro objetivo específico desta análise, optou-se pelo uso do método da revisão integrativa em artigos e *reviews*.

A revisão integrativa é considerada um método de revisão que sintetiza a literatura empírica ou teórica a fim de apresentar o estado da arte sobre determinado assunto e contribuir para o desenvolvimento de uma teoria com aplicabilidade direta para a prática (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011) a revisão integrativa segue uma sucessão de etapas bem definidas⁷, sendo elas: i) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, ii) estabelecimentos dos critérios de inclusão e exclusão, iii) identificação dos estudos pré-selecionados, iv) categorização dos estudos selecionados, v) análise e interpretação dos resultados e vi) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

⁷ Para melhor compreender o processo da revisão integrativa ver Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Desta forma, os próximos parágrafos descrevem as etapas percorridas para a realização da revisão integrativa deste estudo. Estas etapas foram realizadas no período de fevereiro de 2021.

Primeira etapa: Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

Define-se nesta etapa um problema e a formulação de uma pergunta de pesquisa, seguida da definição dos descritores da estratégia de busca e os bancos de dados utilizados (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Logo, o problema de pesquisa definido, sendo este: Quais as discussões científicas nacionais e internacionais sobre o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis?

Em relação às estratégias de busca, definiu-se a base de dados *Web of Science*, que possui um alcance internacional com documentos publicados em revistas conceituadas cientificamente com elevados níveis de qualidade.

Dada a investigação científica sobre a Gestão Pública, Agenda 2030 e programas que versam sobre as cidades sustentáveis, foram estabelecidos os pares de descritores para que a base retornasse trabalhos que permeiam a temática. Assim, foram escolhidos os pares de descritores em português “Gestão pública *and* Agenda 2030” e “Gestão pública *and* Programa Cidades Sustentáveis”. Em inglês “*Public Management and 2030 Agenda*” e “*Public Management and Sustainable Cities Program*”. E em espanhol “*Gestión Pública and Agenda 2030*” e “*Gestión Pública and Programa Ciudades Sostenibles*”. Utilizou-se o operador booleano *and* entre os descritores no momento da busca.

Segunda etapa: Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão

Esta etapa consiste no estabelecimento de critérios claros e objetivos de inclusão e exclusão que permite uma coleta de amostra significativa. Tais critérios são aplicados no momento da busca na base de dados.

Para a presente pesquisa, optou-se por critérios envolvendo o período de publicação dos artigos e o tipo de documento. Assim, o período foi definido a partir de setembro de

2015, em virtude do acontecimento da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável ocorrida em setembro de 2015 em *New York*, na qual foi discutida pela Assembleia Geral da ONU, a adoção do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015). Quanto à escolha do tempo limite da busca, definiu-se até o ano de 2020, considerando que após este período iniciar-se-ão as análises deste trabalho.

Em relação à seleção do material analisado, isto é, os tipos de documentos, definiu-se a busca por documentos em formato de artigos e artigos de revisão. Os descritores foram buscados no títulos, resumos e/ou palavras-chave, sendo que na base *Web of Science*, este conjunto é denominado tópico.

Terceira etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados

Esta etapa é responsável pela leitura rigorosa dos títulos, resumos e palavras-chave⁸ para que possamos realizar a pré-seleção ou a seleção propriamente dita dos estudos. Após este processo, uma planilha no *Microsoft Excel*® foi preenchida com o levantamento das seguintes informações: i) ano da publicação, ii) país de origem do estudo, iii) idioma, iv) revista publicada, v) título do documento, vi) tipo de documento (artigo ou *review*), vii) objetivo do estudo, viii) DOI, ix) link do trabalho, x) possíveis contribuições⁹ para a presente pesquisa e xi) observações gerais.

Após as leituras e preenchimento da planilha, excluíram-se os estudos que não tratavam sobre a gestão pública, Agenda 2030 e outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis. Os documentos teóricos também foram descartados, uma vez que esta pesquisa prioriza por trabalhos empíricos na área em estudo. Posteriormente, adicionou-se as informações referentes aos autores e procedimentos metodológicos dos estudos selecionados.

⁸ Nos casos em que o título, resumo e/ou palavras-chave não foram suficientes para a seleção do estudo, realizou-se a leitura na íntegra do documento;

⁹ Para responder se o artigo contribui ou não para esta pesquisa, em alguns casos (quando os resultados não foram contemplados no resumo do estudo) foi necessária a leitura dos resultados e considerações finais.

Quarta etapa: Categorização dos estudos selecionados

Objetiva-se nesta etapa, a sistematização dos dados coletados nas fases anteriores, a fim de possibilitar uma análise concisa e objetiva. Portanto, utilizou-se a categorização dos estudos selecionados por meio de duas categorias de análise, sendo elas: i) estudos que retratam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030¹⁰ e/ou de outros programas que versam sobre cidades sustentáveis e ii) estudos que discutem as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre cidades sustentáveis.

Quinta etapa: Análise e interpretação dos resultados

Ao categorizar os estudos na etapa anterior, os trabalhos são analisados e interpretados de forma quantitativa e qualitativa. Logo, na análise quantitativa, os dados são sistematizados no *Microsoft Excel*® em forma de quadros, tabelas e gráficos.

Na análise qualitativa, prioriza-se a análise do conteúdo dos estudos selecionados a partir das categorias de análise estabelecidas na quarta etapa. Reúnem-se as informações do título, objetivo, metodologia e contribuições para a pesquisa, a fim de compreender o estado da arte sobre a gestão pública, Agenda 2030 e outros programas que salientam as cidades sustentáveis. Possibilita-se ainda nesta análise, a identificação das lacunas existentes que oportunizam o surgimento de novos estudos nesta área.

Sexta etapa: Apresentação da revisão/síntese do conhecimento

Nesta etapa, a revisão integrativa permite a apresentação e síntese do conteúdo dos estudos selecionados, de modo que novos estudos possam reaplicar a metodologia dos trabalhos. Desta forma, esta etapa deve dispor de uma descrição acurada sobre todos os processos percorridos pelo pesquisador, a fim de apresentar os dados obtidos.

¹⁰ Cabe aqui destacar que quando se fala em implementação da Agenda 2030, consideram-se os trabalhos empíricos que envolvem um processo de aplicação da agenda como um todo e não ações isoladas que sinalizam a implementação de um ou outro ODS.

b) PESQUISA DOCUMENTAL

Os documentos oficiais são considerados por Marconi e Lakatos (2003) a fonte mais legítima e fidedigna de dados, na qual o pesquisador não tem controle sobre a maneira que esses documentos foram criados, devendo selecionar o que lhe interessa e verificar e interpretar o material, para deixá-lo utilizável. Assim, para atingirmos o segundo e terceiro objetivo específico deste estudo, serão coletados os documentos oficiais municipais da SEMA de Barueri/SP, que dizem respeito ao DPA e evidenciam o trabalho exercido pelo Comitê Barueri Sustentável constituído desde 2013.

Portanto, o primeiro documento analisado será “Apresentação e Plano de Trabalho Preliminar” do Departamento Técnico de Planejamento Ambiental (DPA) que apresenta a estrutura organizacional, atribuições gerais, principais programas, projetos e ações, principais serviços prestados e diretrizes do trabalho preliminar de cada núcleo do departamento. O segundo documento será o “Plano de Metas 2017-2020” que é homologado pelo prefeito e será primordial para verificar quais foram as metas¹¹ propostas pelo Comitê Barueri Cidades Sustentáveis (CBCS) para o período da atual gestão governamental e suas proposições e alinhamento com o PCS e a Agenda 2030 (SEMA, 2017).

O terceiro e último documento examinado será o “Relatório 2017-2020” que trata das ações executadas pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) para alcançar as metas dos programas supracitados, bem como o monitoramento das mesmas, ou seja, neste relatório final é apresentado o percentual de desempenho das metas. Além disto, este documento evidencia o alinhamento das metas municipais traçadas com as metas da Agenda 2030, o que possibilitará o estabelecimento do nível de aderência dos indicadores da agenda com as metas descritas neste documento.

¹¹ É importante destacar que em alguns eixos, há mais de uma Secretaria envolvida no alcance das metas propostas. Entretanto, a SEMA possui a competência de coordenar esse Plano de Metas que é homologado pelo prefeito do município.

c) ENTREVISTAS

As entrevistas configuram-se como um procedimento bastante útil em pesquisas qualitativas como esta, sendo possível a observação dos aspectos mais subjetivos do entrevistado. Esta técnica será empregada no segundo e quarto objetivo específico deste trabalho, sendo fundamental para um primeiro contato com a Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA), depois na compreensão da estrutura organizacional e por fim, para identificar a percepção dos gestores em relação ao desempenho e alinhamento das metas municipais frente aos indicadores da Agenda 2030.

A entrevista será semiestruturada, em que de acordo com Marconi e Lakatos (2003) há um roteiro de perguntas previamente estabelecido, porém o pesquisador tem a total liberdade de inserir mais questões, caso julgar ser necessário ao decorrer da entrevista. A primeira entrevista será aplicada para o gestor responsável pelo setor de Departamento de Planejamento Ambiental que trabalha com a Agenda 2030 e outros programas ambientais para compreender a estrutura organizacional da SEMA.

A identificação da hierarquia da gestão administrativa da SEMA acontecerá por meio da elaboração de um organograma por parte da autora, que evidenciará os departamentos da secretaria e as competências de suas atividades de acordo com a entrevista e o planejamento 2020 da Secretaria que contém o plano de ação de todos departamentos para o ano supracitado.

Em seguida, uma segunda entrevista permitirá a compreensão das principais contingências encontradas na execução das metas estabelecidas pelo CBCS e a verificação do nível de aderências das metas municipais traçadas em relação aos ODSs da Agenda 2030. Esta entrevista será aplicada após as análises documentais, para a instância responsável em coordenar o CBCS, que discute o planejamento do desenvolvimento sustentável do município a partir das recomendações internacionais da ONU entrepostas na Agenda 2030 e as nacionais que seguem as orientações do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) que também corroboram com o documento da ONU.

Aplicar-se-á uma terceira entrevista para o Núcleo ODS Barueri, um movimento da Sociedade Civil Organizada que trabalha com ações municipais para a implementação da Agenda 2030 no município. Desta forma, a aplicação das duas últimas entrevistas permitirá a triangulação dos dados coletados.

Uma vez apresentados os procedimentos de coleta de dados, o Quadro 02 sintetiza os instrumentos de coleta de dados que serão empregados para atingir os quatro objetivos específicos propostos para alcançar o objetivo geral desta pesquisa.

Quadro 02- Instrumentos de coleta de dados

Objetivos Específicos	Instrumentos de coleta de dados
<p>Investigar por meio de uma revisão integrativa, a discussão científica nacional e internacional sobre a implementação da Agenda 2030 e do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) na gestão pública, considerando os artigos publicados na base <i>Web of Science</i> no período de 2015 à 2020;</p>	<p>Será realizada uma revisão integrativa para a busca e seleção de estudos na base de dados <i>Web of Science</i> a partir dos descritores escolhidos em português que foram “Gestão pública e desenvolvimento urbano sustentável”, “Gestão pública e Agenda 2030” e “Gestão pública e Programa Cidades Sustentáveis” e também nos idiomas inglês e espanhol. Além de outros critérios de inclusão e exclusão de estudos.</p>
<p>Descrever a estrutura organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP, destacando o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Planejamento Ambiental (DPA) no município em prol do alcance dos Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODSs);</p>	<p>Aplicar-se-á uma entrevista semiestruturada, em que de acordo com Marconi e Lakatos (2003) há um roteiro de perguntas previamente estabelecido, porém o pesquisador tem a total liberdade de inserir mais questões, caso julgar ser necessário ao decorrer da entrevista. Logo, este instrumento permitirá um primeiro contato com a secretaria e sua estrutura organizacional, isto é, a divisão da sua gestão administrativa.</p>
<p>Averiguar o nível de aderência dos indicadores da Agenda 2030 em relação ao Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS);</p>	<p>A partir de uma pesquisa documental serão analisados documentos oficiais da SEMA, sendo considerados por Marconi e Lakatos (2003) a fonte mais legítima e fidedigna de dados, na qual o pesquisador não tem controle sobre a criação dos</p>

	mesmos. Dentre os documentos analisados, destaca-se o “Relatório Final do Plano de Metas 2017-2020” que será fundamental para verificar o nível de aderência da Agenda 2030 em relação às metas municipais.
Analisar a percepção dos gestores públicos que compõem o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) e da sociedade civil organizada em relação ao desempenho e alinhamento das metas municipais frente aos indicadores da Agenda 2030.	Aplicar-se-á uma entrevista que permitirá compreender a perspectiva dos membros do CBCS e do Núcleo ODS Barueri, frente aos resultados apresentados pelo “Relatório Final 2017-2020” que alinha as metas municipais com os indicadores da Agenda 2030.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Esta subseção apresenta os procedimentos de análise dos instrumentos de coleta de dados percorridos no subtópico anterior, sendo eles: a revisão integrativa da literatura, a pesquisa documental, entrevistas e a técnica de observação.

a) REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

As análises da revisão integrativa da literatura contemplam a quinta e sexta etapa propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011). Assim, busca-se analisar os estudos de forma quantitativa e qualitativa e posteriormente, apresentar uma síntese do conteúdo dos estudos selecionados.

b) PESQUISA DOCUMENTAL

A análise de conteúdo é imprescindível para trabalhar com a transcrição de entrevistas e dos materiais textuais, visto que este método é bastante específico para o tipo de análise propriamente dita. Em consonância, Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) ressaltam que a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. Assim, o uso desta análise é fundamental para a

descrição da estrutura organizacional da SEMA, observação da forma em que as ações e metas são estabelecidas e executadas e na análise da percepção dos gestores em relação ao alinhamento das metas municipais traçadas e os indicadores da Agenda 2030.

A conduta de análise dos dados compreende diversas fases que sustentam o significado das informações coletadas. As etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (1977) serão basilares neste estudo, sendo organizadas em três fases¹²: i) pré-análise; ii) exploração do material; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Desta forma, foram analisados o Relatório Final do Plano de Metas 2017-2020 disponibilizado pela Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA), na qual foi verificado o nível de aderência das metas municipais em relação às metas específicas de cada ODS. Assim, em um primeiro momento, identificaram-se quais metas dos ODSs foram atendidas pelo documento municipal e qual área técnica do Plano de Metas estava envolvida no alcance destas metas.

Posteriormente, foi levantado um percentual de alcance de cada ODS, na qual atribuiu-se as cores verde para representar os ODSs com alta aderência (de 70% a 100% de alcance), amarelo indicando média aderência (de 41% a 69,99%), laranja demonstrando os ODSs de baixa aderência (de 0,01% a 40,99%) e vermelho para identificar os ODSs que não apresentaram aderência (0%).

Ao verificar o nível de cada ODS contemplado no Plano de Metas municipal, buscou-se explicar por meio de uma pesquisa documental, os fatores que levaram à estes resultados e posteriormente, aplicou-se uma entrevista semiestruturada com o Poder Público Local e a Sociedade Civil Organizada para compreender a percepção dos entrevistados em relação aos resultados encontrados nesta pesquisa.

c) ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A primeira entrevista ocorreu com um representante do Poder Público Local em dezembro de 2020, a fim de compreender a estrutura organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP, conforme o Apêndice B.

¹² Para uma melhor compreensão sobre as etapas da análise de conteúdo, ver Bardin (1977).

As outras duas entrevistas semiestruturadas ocorreram em maio de 2021, sendo a primeira com um representante do Poder Público Local que faz parte do Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) que coordena a implementação da Agenda 2030 no município e a segunda com um representante da Sociedade Civil Organizada que compõe o Núcleo ODS Barueri.

As entrevistas foram agendadas previamente e aconteceram por meio da plataforma *Google Meet*, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao distanciamento social dada a pandemia do Covid-19. O escopo principal das entrevistas foi o nível de aderência da Agenda 2030 no município, a fim de compreender os resultados das metas estabelecidas pelo Poder Público Local.

A entrevista para o gestor público foi dividida em três blocos: i) plano de metas, ii) perspectiva do Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) sobre a implementação da Agenda 2030 no município e iii) objetivos e desafios do CBCS. Para a sociedade civil, a entrevista também foi dividida em blocos semelhantes: i) reconstituição histórica do Núcleo ODS Barueri, ii) perspectiva do Núcleo ODS Barueri sobre a implementação da Agenda 2030 no município e iii) objetivos e desafios do núcleo. Ambas as entrevistas constam nos Apêndices C e D.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DE DADOS

Esta seção apresenta os resultados e discussão da presente pesquisa a fim de atingir o objetivo deste estudo. Assim, este tópico está dividido em quatro partes, na qual cada uma delas atende aos quatro objetivos específicos determinados neste trabalho.

Portanto, a primeira apresenta as análises quantitativa e qualitativa da revisão integrativa, a segunda aborda a estrutura organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri/SP, retratando também o histórico e caracterização do município analisado, a terceira dispõe o nível de aderência do município em relação à Agenda 2030 e por fim, a última parte analisa a percepção dos gestores públicos locais e da sociedade civil organizada sobre a implementação dos ODS em Barueri/SP.

4.1 REVISÃO INTEGRATIVA

Esta subseção está dividida em três tópicos. O primeiro demonstra a análise quantitativa da revisão sistemática, a partir do levantamento de dados em forma de quadros, tabelas e gráficos.

O segundo tópico salienta a análise qualitativa dos estudos selecionados por meio da discussão de seus conteúdos em duas categorias de análise, são elas: i) estudos que retratam o papel da gestão pública como um todo na implementação da Agenda 2030¹³ e/ou de outros programas que versam sobre cidades sustentáveis e ii) estudos que discutem as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre cidades sustentáveis.

E por fim, o terceiro tópico compreende as principais discussões sobre o estado da arte da temática analisada.

¹³ Cabe aqui destacar que quando se fala em implementação da Agenda 2030, consideram-se os trabalhos empíricos que envolvem um processo de aplicação da agenda como um todo e não ações isoladas que sinalizam a implementação de um ou outro ODS.

4.1.1 Análise quantitativa da Gestão Pública, Agenda 2030 e Programa Cidades Sustentáveis nos estudos selecionados

A primeira busca realizada na base *Web of Science* trouxe um resultado de 183 artigos. Entretanto, foram descartados 154 estudos que não discorriam sobre a gestão pública e a Agenda 2030 ou gestão pública e outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis, 18 estudos foram descartados por serem bibliográficos e 04 que tratavam os ODSs de forma isolada. Estes descartes seguiram o rigor das categorias de análise, sendo elas, a consideração de estudos que tratam sobre o tema em análise, exclusão de estudos teóricos e de estudos que abordam ações isoladas para um ou outro ODS.

Diante do exposto, restaram 07 artigos que contribuem para esta pesquisa, conforme a tabela 01 a seguir.

Tabela 01- Quantidade de estudos por descritores encontrada na base *Web of Science* no período de 2015-2020

Descritor	Quantidade
Gestão Pública e Agenda 2030	0
Gestão pública e Programa Cidades Sustentáveis	0
<i>Public Management and 2030 Agenda</i>	5
<i>Public Management and Sustainable Cities Program</i>	2
<i>Gestión Pública and Agenda 2030</i>	0
<i>Gestión Pública and Programa Ciudades Sostenibles</i>	0
Total	7

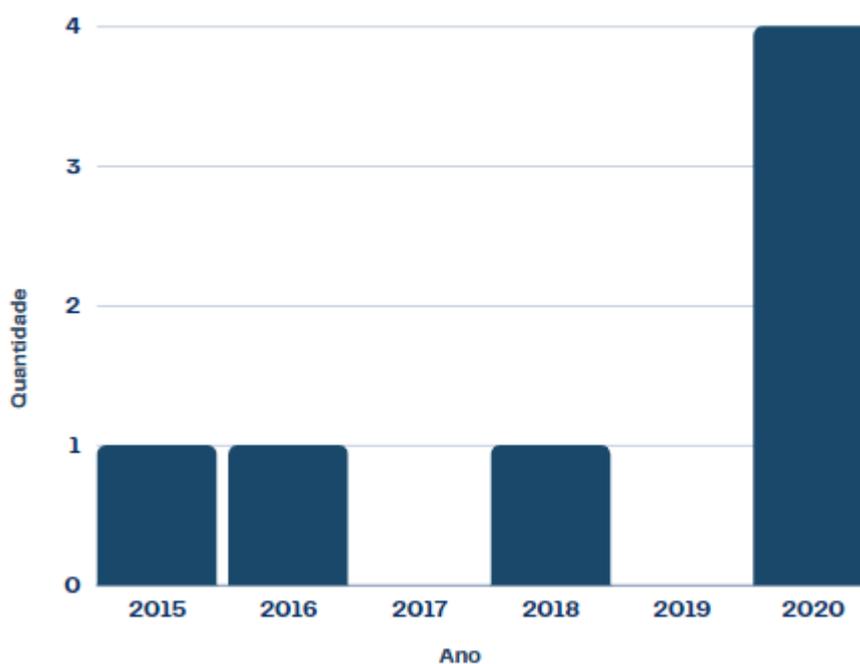
Fonte: elaborada pela autora (2021).

Dentre os 07 estudos selecionados da base *Web of Science*, o par de descritores “*Public Management and 2030 Agenda*” recebeu o maior número de documentos encontrados, sendo cinco no total. Enquanto “*Public Management and Sustainable Cities Program*” totalizaram dois estudos. Logo, salienta-se que o idioma de descritores que

resultaram os maiores registros de publicações foram o inglês, totalizando os 07 estudos encontrados.

Destaca-se que dentre estes 07 documentos, não houveram repetições entre os pares de descritores. Assim, a partir desta quantidade de publicações, analisaram-se as seguintes informações: ano de publicação, idioma, tipo de documento e a fonte do documento. Apresenta-se no gráfico 01 a quantidade de pesquisas sobre a gestão pública e a implementação da Agenda 2030 e de outros programas de cidades sustentáveis.

Gráfico 01 - Quantidade de publicações na base *Web of Science* no período de 2015-2020



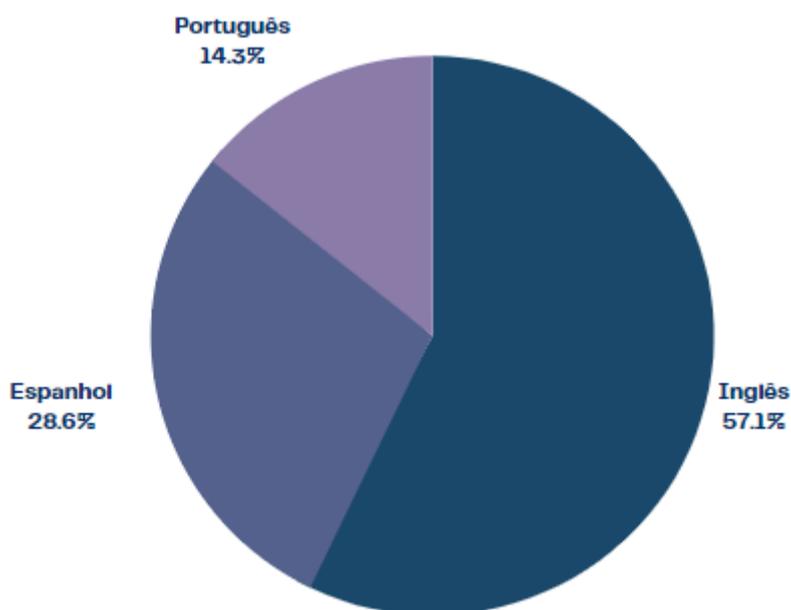
Fonte: elaborado pela autora (2021).

Percebe-se que o ano de 2020 recebeu o maior número de registro de publicações que tratam a temática, totalizando quatro estudos. Nos anos de 2015, 2016 e 2018 foram registrados uma publicação em cada ano, totalizando três estudos, enquanto que nos anos de 2017 e 2019 não houveram publicações.

Ressalta-se que todas as publicações de 2020 (04 estudos) retratavam o assunto Gestão Pública e Agenda 2030, o que torna a discussão emergente e atual. Acredita-se que o despertar da consciência para a temática ocorreu em virtude dos cinco anos que se passaram desde a publicação da agenda, tendo em vista que o documento foi fruto da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Setembro de 2015 (JANUZZI; DE CARLO, 2018).

Quanto à quantidade de publicações por idioma, o gráfico 02 mostra o percentual de estudos publicados em cada língua.

Gráfico 02 - Quantidade de publicações por idioma na base *Web of Science* no período de 2015-2020



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Dentre os 07 estudos selecionados, 04 estão na língua inglesa, representando 57,1% do total, seguido da língua espanhola com dois artigos, totalizando 28,6% e português com 14,3%. Salienta-se que até mesmo uma das publicações brasileiras estava no idioma inglês, o que demonstra a universalidade da língua. Quanto ao tipo de documentos, todas as publicações são artigos científicos.

Em relação à fonte e país de origem dos estudos, a Tabela 02 apresenta a quantidade de publicações por revista e país.

Tabela 02 - Quantidade de publicações na base *Web of Science* no período de 2015-2020 por revista e país

Revista	País					Total
	Brasil	Espanha	Irlanda	México	Suécia	
Administração Pública e Gestão Social	1					1
<i>Brazilian Journal of Operations & Production Management</i>	1					1
<i>Environment, Development and Sustainability</i>					1	1
<i>Investigación y pensamiento crítico</i>		1				1
<i>Revista Geográfica da América Central</i>				1		1
<i>Sustainability</i>		1	1			2
Total	2	2	1	1	1	7

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Dentre as publicações em revistas científicas nacionais e internacionais, o Brasil e a Espanha foram os países que mais publicaram, com dois trabalhos no total, cada um deles. Enquanto os outros países tiveram uma publicação cada. Destaca-se que as publicações brasileiras foram todas em periódicos nacionais, sendo eles, o *Brazilian Journal of Operations & Production Management* e a Revista de Administração Pública e Gestão Social. Dos artigos brasileiros, um era em português e um em inglês.

A revista *sustainability* teve o maior registro de publicações, duas no total, na Espanha e Irlanda. Os outros periódicos tiveram uma publicação em cada conforme visto na Tabela 02.

4.1.2 Análise qualitativa da Gestão Pública, Agenda 2030 e Programa Cidades Sustentáveis nos estudos selecionados

Esta subseção apresenta a quinta etapa da revisão integrativa que dispõe de uma análise e interpretação dos dados coletados dos 07 artigos selecionados, de forma qualitativa a fim de compreender a discussão do tema analisado. Assim, dividiu-se esta etapa em duas partes, de acordo com as categorias de análise propostas.

4.1.2.1 Estudos que enfatizam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e/ou outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis

O Quadro 03 apresenta a seleção de 04 estudos dos 07 artigos selecionados, que estão voltados à primeira categoria de análise da revisão integrativa.

Quadro 03 - Análise dos estudos que enfatizam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis

Autores	Estudos	Título	País	Revista	Tipo de documento	Objetivo
PALM; LILJA (2020)	Estudo 01	<i>On the road to Agenda 2030 together in a complex alliance of Swedish public authorities</i>	Suécia	<i>Environment, Development and Sustainability</i>	Artigo	Aumentar a compreensão do Desenvolvimento de Organização Dialógica (DOD) como um método para promover a capacidade de inovação em órgãos públicos, que pode ajudar a criar boas condições para o desenvolvimento das atividades dos órgãos públicos e a capacidade de contribuir para os objetivos da

						Agenda 2030.
MOREIRA (2018)	Estudo 02	<i>Application of the sustainable logistics plan in the public administration</i>	Brasil	<i>Brazilian Journal of Operations & Production Management</i>	Artigo	O principal objetivo deste estudo, trata-se do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável - previsto no artigo 225, da Constituição Federal Brasileira - e como ele tem sido aplicado na gestão socioambiental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, coerente com os pressupostos da Agenda 2030, avaliando as principais iniciativas em curso quanto à incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
FRAGOSO; ARREDONDO; GARCÍA (2016)	Estudo 03	<i>Ciudad rural sostenible de Jaltenango: aciertos y desaciertos en el ordenamiento territorial</i>	México	<i>Revista Geográfica da América Central</i>	Artigo	Analisar os resultados do Programa Cidades Rurais Sustentáveis (CRS) implementado pelo governo de Chiapas.

OLIVEIRA; PEREIRA (2015)	Estudo 04	Políticas Públicas Indutoras do Desenvolvimento Sustentável Local: Um Estudo Sobre o Programa Município VerdeAzul na Região do Grande ABC	Brasil	Administração Pública e Gestão Social	Artigo	Apresentar um estudo exploratório sobre o programa Município VerdeAzul, instituído em 2007 pelo governo do estado de São Paulo como incentivo aos municípios que atuam na melhoria das condições ambientais.
--------------------------------	--------------	---	--------	---------------------------------------	--------	--

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme demonstrado no Quadro 03, foram analisados os trabalhos que enfatizam o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis. Os resultados apontam que dos 04 artigos selecionados para esta categoria, 02 são realizados no Brasil, 01 na Suécia e 01 no México. Destaca-se portanto os estudos brasileiros nesta categoria de análise.

O estudo 01 teve como objetivo aumentar a compreensão do Desenvolvimento de Organização Dialógica (DOD) como um método de promoção da capacidade de inovação em órgãos públicos da Suécia, capaz de contribuir para os objetivos da Agenda 2030. A metodologia utilizada na pesquisa compreendeu um método qualitativo e abordagem dedutiva. Para responder o problema de pesquisa, o trabalho assumiu a forma de um estudo de caso, com a extração de dados empíricos.

O estudo permeou o Projeto *Innovation Lab 2030* que foi formado e implementado por meio da aplicação da Teoria do DOD com o objetivo de aumentar a capacidade de inovação de três autoridades públicas, a fim de aumentar sua capacidade de contribuição para o alcance dos ODSs. Estas autoridades governamentais envolvidas no projeto, expressaram a

necessidade de desenvolvimento para responder à decisão do governo de que a Suécia deveria ser líder na implementação da Agenda 2030.

Como resultado, o estudo reconheceu que a liderança administrativa e adaptativa deve trabalhar mutuamente, para que as organizações funcionem corretamente. Identifica-se ainda, a necessidade de uma governança em rede para aumentar a capacidade das autoridades em gerenciar os ajustes basilares à implementação efetiva da Agenda 2030.

O estudo 02 buscou uma melhor compreensão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e analisou seu cumprimento na gestão socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) no Brasil, identificando as principais iniciativas desenvolvidas e sua efetiva contribuição. Para isto, foram apresentadas as etapas da implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) com base em um estudo de caso no TJERJ, a partir de pesquisas exploratórias e documentais.

Os resultados da pesquisa apontaram que o TJERJ incorporou iniciativas sustentáveis por meio de sua gestão socioambiental, classificadas em diversos eixos temáticos voltados aos ODSs. Verificou-se no estudo a importância do estabelecimento de ferramentas de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Além da exigência de uma governança pública mais sustentável dada as diretrizes da Constituição Federal Brasileira de 1988 que prevê em seu artigo 225, o desenvolvimento sustentável.

O estudo 03 buscou analisar os resultados do Programa Cidades Rurais Sustentáveis (CRS) implementado pelo Governo do Estado de Chiapas, México, tendo como análise a Cidade Rural Sustentável Jaltenango (CRSJ), construída no município de Angel Albino Corzo em 2012. A metodologia seguiu uma abordagem mista, a partir de um método qualitativo e quantitativo. Aplicaram-se entrevistas para alguns habitantes, líderes e outros atores locais, a fim de conhecer e avaliar a realidade econômica, gestão social, territorial e municipal.

O estudo de campo permitiu um contato com funcionários do Instituto de População e Cidades Rurais Sustentáveis do Governo do Estado de Chiapas, para obter apoio institucional visitando a CRSJ. Assim, os resultados da pesquisa evidenciaram que o Programa CRS é uma alternativa de solução para os problemas que afligem a população de Jaltenango, entretanto,

apesar dos avanços, alguns eixos do programa mostraram lacunas a serem preenchidas, tais como: serviços de saúde, segurança pública, superlotação em pequenos espaços de moradias, ausência de um regime de propriedade habitacional, desemprego, ausência do reconhecimento jurisdicional da CRSJ como parte do município por Angel Albino Corzo, entre outros.

O artigo 04 identifica quais os critérios das três principais diretrizes do Programa Município VerdeAzul estão sendo atendidos adequadamente pelos municípios brasileiros que compõem a região paulista do ABC. A metodologia adotada partiu de uma revisão bibliográfica para o arcabouço teórico do trabalho, com um objetivo exploratório e utilizou uma pesquisa documental para a coleta de dados.

Os documentos utilizados foram as Resoluções extraídas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) referentes ao Programa Município VerdeAzul, os Planos de Ação preenchidos no Sistema de Meio Ambiente por cada um dos sete municípios, o resultado publicado pelo governo do Estado de São Paulo no Ranking Ambiental, as informações encontradas nos websites das prefeituras desses municípios e os Relatórios de Águas Superficiais e de Resíduos Sólidos, ambos da CETESB.

Desta forma, os resultados apontaram que a pesquisa documental foi capaz de responder o problema de pesquisa e identificar as diretrizes mais importantes do projeto, sendo estas: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos e Educação Ambiental. A partir da identificação, o estudo demonstrou se os sete municípios da região do Grande ABC estão ou não atendendo adequadamente as diretrizes.

4.1.2.2 Estudos que discutem as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis

O Quadro 04 apresenta a seleção de 03 estudos dos 07 artigos selecionados, que estão voltados à segunda categoria de análise da revisão integrativa.

Quadro 04 - Análise dos estudos que enfatizam as estratégias utilizadas na implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis

Autores	Estudo	Título	País	Revista	Tipo de documento	Objetivo
SOBERÓN <i>et al.</i> , (2020)	Estudo 05	<i>Introducing an Organizational Perspective in SDG Implementation in the Public Sector in Spain: The Case of the Former Ministry of Agriculture, Fisheries, Food and Environment</i>	Espanha	<i>Sustainability</i>	Artigo	Introduzir uma perspectiva organizacional em um processo participativo e prioritário de ODS realizado por uma organização pública: o antigo Ministério da Agricultura, Pesca, Alimentação, Pesca, Alimentação e Meio Ambiente da Espanha (MAPAMA).
PAZ; CUENCA (2020)	Estudo 06	<i>Gobernanza global y los objetivos de desarrollo sostenible en España</i>	Espanha	<i>Investigación y pensamiento crítico</i>	Artigo	Abordar a partir de uma perspectiva crítica a governança global, como um processo de confluência e cooperação entre os múltiplos atores públicos, privados, do terceiro setor e da sociedade civil, cuja fragmentação tem sido uma qualidade desse processo e a desigualdade em termos de poder sempre esteve presente. Além de expor a evolução de Governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Espanha durante o

						período 2015-2020.
BANERJEE; MURPHY; WALSH (2020)	Estudo 07	<i>Perceptions of Multistakeholder Partnerships for the Sustainable Development Goals: A Case Study of Irish Non-State Actors</i>	Irlanda	<i>Sustainability</i>	Artigo	Explorar como os membros de organizações da sociedade civil e do setor privado percebem as possibilidades e desafios das parcerias <i>multistakeholders</i> no alcance dos ODSs na Irlanda.

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Em relação à metodologia utilizada nos estudos da segunda categoria, o artigo 05 realizou um estudo de caso no Ministério da Agricultura, Pesca, Alimentação, Pesca, Alimentação e Meio Ambiente (MAPAMA) da Espanha, cuja análise central esteve pautada no processo de priorização de aspectos sustentáveis dentro da organização supramencionada.

Desta forma, a metodologia aplicada compreendeu três fases: i) priorização, que foi desenvolvida por meio de uma revisão documental, direcionada aos documentos-chave atrelados à implementação dos ODSs da Agenda 2030, entre outros documentos, ii) diagnóstico participativo, elaborado a partir nove oficinas temáticas que discutiram as metas priorizadas dos ODSs, ações voltadas a cada um deles, fatores de sucesso e limitações e iii) validação, que inclui a apresentação do relatório rascunho para todas as unidades organizacionais nas oficinas.

Como resultado, o estudo 05 possibilitou a análise das competências de sustentabilidade das unidades organizacionais do MAPAMA, que por sua vez, puderam compreender sua parte de responsabilidade na implementação da Agenda 2030. Assim, dada a análise das competências, cada unidade organizacional reconheceu o seu papel e relacionamento com metas específicas dos ODSs e a sua possível contribuição na agenda.

Tal contribuição foi avaliada por meio de duas perspectivas: a relevância da meta dos ODSs segundo às políticas públicas vigentes e ao nível de responsabilidade do ministério em

relação a cada ODSs. Desta maneira, foi atribuída uma escala de contribuição de cada ODSs em três níveis: fraco, médio e forte.

Ressalta-se que a partir da avaliação das metas de ODSs categorizadas como forte contribuição, foi possível identificar o número de unidades organizacionais envolvidas no cumprimento de metas específicas dos ODSs, demonstrando o caráter transversal da agenda.

O estudo 06 utilizou uma dupla metodologia: i) revisão bibliográfica sistemática da literatura científica sobre governança, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e COVID-19 e ii) pesquisa documental na base de dados das Nações Unidas, Banco Mundial, União Europeia e Governo da Espanha.

Os resultados do estudo 06 enfatizaram a conceitualização da governança pelas principais organizações pesquisadas, além de expor o planejamento e implementação da Agenda 2030 na Espanha por meio de planos de governos distintos no período de 2015 a 2020. Destaca-se aqui, que a pesquisa buscou evidenciar o impacto do Covid-19 no cumprimento dos ODSs por meio da aprovação do Segundo Relatório de Progresso “Reconstruindo a implementação da Agenda 2030 na Espanha”.

Diante do exposto, os autores demonstraram que na Espanha, a implementação dos ODSs acelerou nos dois últimos anos (2018 e 2019), ainda que os resultados alcançados sejam insuficientes. Logo, faz-se necessário uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e apoios financeiros que torne realidade este compromisso político. Ressalta-se ainda, que com a crise atual provocada pelo Covid-19, os motores crescimento e a distribuição de renda, serão afetados e que esforços adicionais serão necessários para implementar políticas públicas eficazes.

O estudo 07 explorou a forma como os membros da sociedade civil organizada e o setor privado percebem as possibilidades e desafios das parcerias *multistakeholders* que evoluem na Irlanda para alcançar os ODSs.

O método de pesquisa é qualitativo e foi utilizado para a contextualização e interpretação das diversas perspectivas. Utilizou-se também, uma pesquisa documental com informações sobre parcerias *multistakeholders* e o porquê e como as Nações Unidas

identificaram essas parcerias como importantes para a implementação dos ODSs. A observação dos participantes no Fórum Político de Alto Nível da ONU de 2018 e 2019 contribuiu para a identificação dos tipos de atores que participaram na revisão do progresso da implementação dos ODSs globais e da Irlanda.

Aplicaram-se entrevistas semiestruturadas com 14 especialistas-chave e membros seniores de diferentes organizações e da sociedade civil, grupos ambientais, comércio, sindicatos e organizações que promovem interesses comerciais em comunidades locais na Irlanda.

Os resultados revelam que há muitos objetivos estabelecidos e pouca consciência de fato, destes objetivos. A pesquisa demonstra que os *stakeholders* perseguem os ODS de forma fragmentada, o que inviabiliza o viés holístico da Agenda 2030, assim como seus princípios fundamentais de universalidade e indivisibilidade.

4.1.3 Discussão sobre o tema Gestão Pública, Agenda 2030 e Programas Cidades Sustentáveis

Esta subseção apresenta a revisão e a síntese do conhecimento sobre o tema Gestão Pública, Agenda 2030 e Programas Cidades Sustentáveis a partir dos 07 estudos selecionados. Utilizam-se os dados qualitativos coletados para discutir neste tópico as principais estratégias empregadas na implementação da Agenda 2030 e de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis. Destacam-se ainda, os estudos que enfatizam o papel da gestão pública nesta implementação.

Dentre os 07 estudos encontrados na revisão integrativa, predominam-se os estudos da primeira categoria de análise que buscam salientar o papel da gestão pública como um todo na implementação da Agenda 2030 (02 estudos) e na efetivação de outros programas que versam sobre as cidades sustentáveis (02 estudos). Já a segunda categoria, apresenta somente 03 estudos que explanam estratégias de implementação da Agenda 2030, considerando também o papel da gestão pública.

Quanto à preponderância de estudos que retratam a atuação da gestão pública como um todo, percebe-se que há uma preocupação por parte dos órgãos públicos em promover

caminhos, sejam eles por meio de aparatos legais ou por mecanismos ainda não consolidados, para um desenvolvimento sustentável. Entretanto, a existência de poucos estudos que evidenciam caminhos mais assertivos por meio de estratégias que garantam um maior sucesso de implementação da Agenda 2030 e/ou de outros programas, evidencia uma preocupação com um futuro sustentável almejado, tendo em vista que as ações voltadas à temática, ainda são incipientes.

Ao explanar o tema em análise, diversas metodologias são empregadas pelos sete estudos selecionados. As pesquisas de Soberón *et al.*, (2020), Palm e Lilja (2020) e Moreira (2018) assumem a forma de um estudo de caso e a pesquisa de Fragoso, Arredondo e García (2016) configura-se como um estudo de campo. Por sua vez, as publicações de Paz e Cuenca (2020), Banerjee, Murphy e Walsh (2020) e Oliveira e Pereira (2015) são classificadas como pesquisas documentais.

Percebe-se que ao investigar o papel da gestão pública na implementação da Agenda 2030 e de outros programas de cidades sustentáveis, predominam-se os estudos de caso. A preferência por este tipo de procedimento nas investigações, pode ser salientada pela necessidade de conhecer as práticas e ações voltadas ao fomento da agenda e dos programas ambientais, além de que o conhecimento da realidade permite analisar a campo o fenômeno em estudo.

Nesta perspectiva, o estudo de Oliveira e Pereira (2015) revela a necessidade de estudos futuros que complementam suas análises, por meio da realização de entrevistas com os gestores municipais para conhecer a realidade *in loco* da implementação do programa analisado em sua pesquisa. Sendo assim, acredita-se que a metodologia mais assertiva na análise desta temática para os procedimentos de coleta de dados, é o estudo de caso.

Contudo, outros instrumentos de coleta de dados são aplicados em conjunto com a realização do estudo de caso. As investigações de Banerjee, Murphy e Walsh (2020) e Fragoso, Arredondo e García (2016) aplicaram entrevistas semiestruturadas com o grupo representante do ODS Nacional do Fórum de *Stakeholders* da Irlanda e com habitantes, líderes e outros atores locais representantes da Cidade Rural Sustentável de Jatelnango/México, respectivamente.

As pesquisas de Soberón *et al.*, (2020) e de Palm e Lilja (2020) utilizaram como instrumentos a aplicação de oficinas temáticas voltadas aos ODSs da Agenda 2030. A utilização de oficinas por parte dos autores, sinalizam as ações participativas na gestão pública em prol da implementação do documento supramencionado.

O estudo de Soberón *et al.*, (2020) promoveu um diagnóstico participativo com os funcionários do Ministério da Agricultura, Pesca, Alimentação e Meio Ambiente (MAPAMA) da Espanha e com os Diretores-Gerais para discutir metas prioritizadas dos ODSs e identificar ações voltadas a cada uma das metas, bem como fatores de sucesso e limitações a fim de coletar sugestões e promover uma colaboração interna entre unidades organizacionais envolvidas no processo. Desta maneira, os autores defendem a metodologia de oficinas como uma pesquisa participativa que pode ser aplicada em diferentes áreas, incluindo nos estudos organizacionais.

Por sua vez, Palm e Lilja (2020) projetaram oficinas para permitir a comunicação, interação e apresentação de ideias por parte dos representantes de autoridades públicas na Suécia, a fim de ampliar a contribuição do Poder Público para a concretização da Agenda 2030. Os autores também aplicaram entrevistas para identificarem sugestões de contribuições para a implementação da agenda.

Diante do exposto, acredita-se que a integração de diferentes instrumentos de coleta de dados é necessária para analisar os processos de implementação da Agenda 2030 e de outros programas. Dentre os instrumentos mais utilizados, podemos destacar: i) os estudos de caso (para conhecer a realidade *in loco*), ii) entrevistas (com diversos *stakeholders* do setor público, privado e/ou sociedade civil), iii) oficinas (com *multistakeholders*) e iv) pesquisa documental. Além disto, destaca-se os diagnósticos participativos para a implementação da Agenda 2030, principalmente se considerarmos o caráter transversal do documento.

Em relação aos esforços empreendidos nas pesquisas para a implementação da Agenda 2030 e de outros programas ambientais, os resultados de Soberón *et al.*, (2020) acentuam que os estudos de caso são fundamentais para estudar novos campos, como a implementação de ODSs no setor público, pois permitem ao pesquisador ter uma compreensão mais profunda do sujeito explorado. Nos achados dos autores, o estudo de caso

permitiu a identificação das necessidades de colaboração interna na execução dos ODSs, o que possibilitou a compreensão de forças de condução e contenção no início das mudanças organizacionais necessárias. Ademais, os processos participativos revelaram-se essenciais para a reprodução de dinâmicas de colaboração para a adoção da Agenda 2030.

Corroborando, Palm e Lilja (2020) evidenciam que o estudo de caso possui maior potencial de compreensão das práticas de Desenvolvimento Organizacional Dialógicas (DOD) desempenhadas no enfrentamento de situações complexas e desafios relacionados aos ODSs. Quanto ao papel da gestão pública, os autores apontam que a governança em rede é fundamental para ampliar a capacidade das autoridades em gerenciar os ajustes implicados na efetivação das metas da Agenda 2030.

Estudos como o de Banerjee, Murphy e Walsh (2020) e Moreira (2018) também apontam a importância das parcerias *multistakeholders* na implementação da Agenda 2030, na qual, essas parcerias devem apresentar um bom diálogo entre instituições de ensino superior, empresas privadas, sociedade civil e setor público.

Quanto às dificuldades encontradas na implementação dos programas ambientais e da Agenda 2030, Banerjee, Murphy e Walsh (2020) assinalam a falta de consciência sobre os ODSs na Irlanda e entre atores não estatais. Identificam ainda um baixo nível de consciência sobre a indivisibilidade e universalidade dos ODSs e como isso afeta a forma como os atores não estatais compreendem os objetivos, considerando que na maioria das vezes, os atores privados defendem somente os objetivos que se encaixam com seus objetivos organizacionais, executando os objetivos de forma separada.

Segundo Banerjee, Murphy e Walsh (2020) a fragmentação dos objetivos pode criar desafios para que as organizações tenham uma visão holística dos ODS e seus princípios fundamentais de universalidade e indivisibilidade. Eles expõem ainda que algumas metas correm o risco de serem desvalorizadas, especialmente as metas ambientais quando os objetivos econômicos e sociais são priorizados pelos atores.

Por fim, os autores apontam que o governo deve desempenhar um papel mais significativo na implementação dos ODSs e co-compartilhar a responsabilidade de alcançar os ODSs por meio de parcerias *multistakeholders*.

A ausência de políticas públicas é apresentada por Frago, Arredondo e García (2016) como um dos problemas que aumentam as dificuldades socioeconômicas da população. Neste sentido, a pesquisa de Moreira (2018) no Brasil, considera de extrema importância o estabelecimento de ferramentas que monitorem e avaliem os impactos das políticas públicas a fim de melhorar a orientação dos processos institucionais na tomada de decisão.

Por fim, Paz e Cuenca (2020) demonstram preocupações quanto ao avanço do cumprimento da Agenda 2030, dada a crise global de saúde e seus impactos causados pela pandemia provocada pelo Covid-19. Segundo os autores, a tarefa de implementação será cada vez mais difícil com a crise atual, considerando que os motores crescimento e distribuição de renda serão afetados e esforços adicionais deverão ser empregados para implementar políticas públicas eficazes que não deixem ninguém para trás.

As principais limitações apresentadas por Paz e Cuenca (2020) são a falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e apoios financeiros que reforcem este compromisso político na Espanha. Diante do exposto, os autores ressaltam que a gestão pública deve promover sinergias entre os atores da sociedade civil, setor privado e todas as instituições públicas.

Ao investigar a Gestão Pública, Agenda 2030 e Programas ambientais, percebe-se que apesar da temática ser recorrente e atual, tendo em vista que a maioria dos artigos foram publicados em 2020, há uma ausência de mecanismos de avaliação da implementação da Agenda 2030 em diferentes níveis de governo. Percebe-se que muito se discute as estratégias de implementação da agenda e quais os atores responsáveis ou que contribuem para esta implementação.

Esta ausência de mecanismos pode ser compreendida se considerarmos as dificuldades e os desafios no processo inicial de implementação da Agenda 2030 e de outros programas ambientais. Porém, mecanismos de avaliação são necessários em lugares com uma implementação já consolidada, visto que há muito o que se aprender e discutir com a implementação de um documento referência global para o desenvolvimento sustentável. Desta maneira, aponta-se a necessidade de estudos empíricos que retratam as experiências

desses lugares, para que outras localidades possam implementar o documento e/ou outros programas de cidades sustentáveis e façam adaptações de acordo com as suas realidades locais.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE (SEMA) DE BARUERI/SP

Esta seção está dividida em dois tópicos. O primeiro compreende um histórico e uma caracterização do município analisado e o segundo apresenta a estrutura organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP.

4.2.1 Histórico e Caracterização da Área de Estudo

O município de Barueri/SP localiza-se na região oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com uma distância de 26,5 km do marco zero de São Paulo (Praça da Sé), com uma população no último censo de 240.749 habitantes e população estimada de 276.982 habitantes para 2020, densidade demográfica de 3.665,21 hab/km², além de estar entre os dez municípios com maior crescimento populacional do Estado de São Paulo, concentrando toda a sua população em zona urbana (IBGE, 2010; IBGE, 2020).

A origem da cidade foi o aldeamento de Barueri, surgido desde a época das missões jesuíticas, no dia 11 de novembro de 1560 pelo padre José de Anchieta, que levantou na margem direita do rio Tietê e um pouco acima da confluência com o rio Barueri Mirim, a Capela de Nossa Senhora da Escada, a atual padroeira do município. A aldeia obteve uma rápida expansão, configurando-se como um dos mais importantes aldeamentos de índios do Brasil Colônia (BARUERI, 2020).

A inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, possibilitou que Barueri recebesse a sua estação ferroviária e permitiu a participação do município no entreposto de cargas, visto que sua localização encontrava-se na rota obrigatória entre a capital paulista e o município de Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Em 1948, Barueri se emancipou de Santana de Parnaíba e instalou o seu Governo Municipal e a primeira Câmara de Vereadores em 26 de março de 1949 (BARUERI, 2020).

Entretanto, de acordo com a Prefeitura Municipal de Barueri (2020) o crescimento econômico de Barueri só recebeu propulsão a partir de 1973 com a aprovação da Lei de Zoneamento Industrial pela Câmara Municipal, que oportunizou a entrada de pólos empresariais como os de Alphaville, Tamboré, Jardim Califórnia e recentemente o Distrito Industrial do Votupoca.

O surgimento de pólos empresariais no município propiciou o abrigo de uma das maiores “ilhas de prosperidade” do Brasil, o que consequentemente elevou a arrecadação tributária municipal em níveis jamais previstos. A alavancagem dos setores empresarial e industrial, incentivou os investimentos em infraestrutura (como por exemplo, a construção da Rodovia Castello Branco) e a implementação de uma política de guerra fiscal que diminuiu as alíquotas do ISS de 3% para 0,5% (GUERRA, 2013).

Um estudo de Barcellos e Assunção (2004) refutou as assertivas do Poder Público Local, de que a atratividade das firmas era benéfica para ampliar os recursos e empregos para os municípios. As considerações dos autores denotam que a redução da alíquota do ISS trouxe um resultado positivo na arrecadação do município, evidenciando uma atração imediata de firmas, pois enquanto a capital paulista obteve um aumento de 40% de arrecadação, o município de Barueri recebeu 130% de arrecadação.

Contudo, o número de firmas existentes no município atingiu um crescimento de 225%, passando de 2.689 em 1994 para 6.044 em 2000. Porém, o número de trabalhadores atingiu um crescimento de 150%, ou seja, o número de empregos criados foi 75% menor que o crescimento das firmas, passando de 102.343 em 1994 para 152.310 em 2000 (BARCELLOS; ASSUNÇÃO, 2004).

Atualmente, Barueri é um dos municípios que mais gera empregos na Grande São Paulo devido a sua estrutura de serviços e indústrias, além de um nível de formação profissional privilegiado por contar com escolas municipais de ensino técnico, faculdade municipal, entre outras unidades de ensino (BARUERI, 2019).

De acordo com o IBGE (2018) a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 103,4%, sendo que o salário médio mensal se encontra em torno de 4,4 salários mínimos. Ao comparar com os outros municípios do Estado, Barueri ocupa as

posições 02 de 645 e 5 de 645 respectivamente. Enquanto em relação aos outros municípios do país, Barueri se encontra em 3 de 5570 e 18 de 5570 municípios brasileiros, respectivamente. Ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 34,5% da população encontra-se nestas condições, o que coloca Barueri na posição de 156 de 645 dentre os municípios de São Paulo e 3675 de 5570 dentre as cidades do país.

Segundo o IBGE (2018) o Produto Interno Bruto (PIB) de Barueri a preços correntes, foi de R\$ 47,5 bilhões, ocupando a 5ª posição no ranking dos maiores PIBs do Estado de São Paulo, fechando assim, o grupo das cinco maiores economias paulistas. Além disso, o município possui o 6º maior PIB per capita do Estado, com um valor de R\$ 186.382,33.

Em relação à distribuição do PIB Municipal, 62,6% representa o setor de serviços, 28,73% representa os impostos líquidos de subsídios e 8,6% a indústria. Enquanto a distribuição do valor adicionado por setor apresenta 82,8% para o setor de serviços (exceto de administração pública), 12,1% para o setor da indústria e 5,1% para o setor de serviços públicos (SEADE, 2017).

Barueri apresenta 280.439 pessoas ocupadas (IBGE, 2018), 251.637 postos de emprego formal, com um rendimento médio de R\$ 4139,00 (SEADE, 2018). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) o município encontra-se na faixa alta de desenvolvimento, com um IDHM de 0,786, em que 0,708 representa a dimensão educação, 0,791 para renda e 0,866 para longevidade. Contudo, a distribuição de renda municipal apresenta um índice de Gini de 0,61, o que revela um certo grau de concentração de renda (ATLAS BRASIL, 2010).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) consolidado do município de Barueri encontra-se na categoria de alto desenvolvimento apresentando 0,8529 pontos, sendo que na dimensão emprego e renda apresenta 0,6560, na educação 0,9762 e em saúde 0,9265 pontos. Em relação à posição do município no ranking do IFDM consolidado, Barueri ocupa a 67ª posição frente aos outros municípios brasileiros e 42ª posição em relação aos municípios do Estado de São Paulo (FIRJAN, 2018).

De acordo com o *Ranking Connected Smart Cities* realizado pela *Urban Systems*, Barueri ocupa a 13ª posição entre as 100 cidades mais inteligentes e conectadas do país, recebendo destaques nos eixos de ‘governança’ e ‘economia’, ocupando o primeiro lugar em ambos no ano de 2017 (BARUERI, 2018).

No quesito governança, o município apresenta indicadores acima da média do Índice Firjan, na escala Brasil Transparente e obtém o maior investimento em saúde entre as cidades analisadas e o segundo maior em educação. Já em economia, Barueri apresenta o maior PIB per capita de todas as cidades analisadas e apresenta um alto polo de empregos nos setores de serviços, negócios, logística e indústria (BARUERI, 2017).

Além das premiações no *Ranking Connected Smart Cities*, o município tornou-se signatário do Programa Cidades Sustentáveis alinhado à Agenda 2030 proposta pela ONU, tem sido destaque na RMSP no Programa Município Verde Azul, além de ser o único representante brasileiro a receber o prêmio internacional “Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis” em 2018. Todos estes programas são coordenados pela Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri, que será destacada na próxima subseção (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO; BARUERI, 2018; URBAN SYSTEMS, 2019; BARUERI, 2019).

4.2.2 Estrutura Organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP

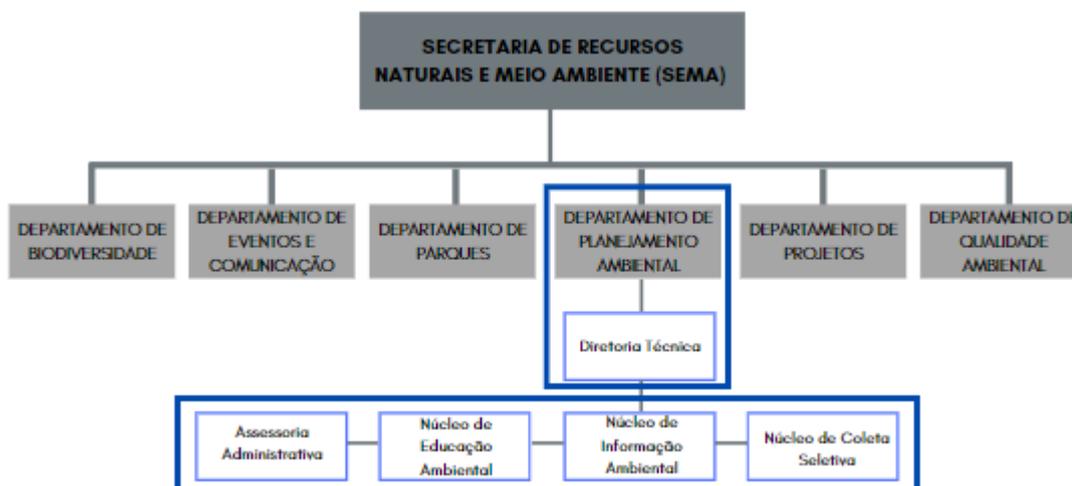
A Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) é o órgão responsável pela gestão dos recursos naturais do município de Barueri, propiciando a sustentabilidade ambiental, tendo em vista o equilíbrio e a qualidade de vida do meio ambiente urbano. Portanto, para atingir este objetivo a SEMA tem como atribuições:

- a) desenvolver, planejar, ordenar, coordenar e fiscalizar as atividades de defesa e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- b) promover estudos para a elaboração de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental;
- c) colaborar com os demais órgãos competentes municipais para a adequada solução do problema da destinação final de resíduos domiciliares, industriais e hospitalares;
- d) integrar-se com órgãos de outros municípios, do Estado e da União, para questões ligadas ao meio ambiente;

- e) executar o licenciamento ambiental de empreendimentos em geral, a serem instalados ou existentes, no âmbito de competência do Município;
- f) implantar e administrar os parques municipais (BARUERI, 2020).

Dada as competências específicas da SEMA, destaca-se o seu papel no planejamento do desenvolvimento sustentável no município. Para isto, esta seção busca descrever a estrutura organizacional (Figura 02) da Secretaria, enfatizando o trabalho exercido pelo Departamento de Planejamento Ambiental, a fim de atender o objetivo deste estudo.

Figura 02 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) de Barueri/SP



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Como visto na Figura 02, a SEMA possui está dividida em seis departamentos, sendo eles: departamento de biodiversidade, eventos e comunicação, parques, planejamento ambiental, projetos e qualidade ambiental (SEMA, 2020). A Secretaria conta com 120 colaboradores e cada departamento possui suas funções e atividades conforme previsto no Planejamento da Secretaria para o ano de 2020.

Destes colaboradores, 10 fazem parte do departamento de Planejamento Ambiental (DPA), que tem como atribuições gerais:

- a) Planejar, coordenar e executar programas, projetos e atividades de educação ambiental para órgãos e entidades públicos e privados, para estudantes de todos os níveis de ensino da rede pública e privada, e para a população em geral;
- b) Planejar, coordenar e executar, em conjunto com as demais instâncias relacionadas, a campanha educativa e informativa do Programa Municipal de Coleta Seletiva de Lixo;
- c) Planejar, coordenar e executar, em conjunto com as demais instâncias relacionadas, o Programa Cidades Sustentáveis no município;
- d) Planejar, coordenar e executar as ações relacionadas ao Projeto Sala Verde, do Ministério do Meio Ambiente;
- e) Produzir e orientar a produção do conteúdo de materiais didáticos e informativos, nos mais diversos formatos de mídia, necessários às ações de capacitação, informação e divulgação realizadas pela Secretaria;
- f) Consolidar e disponibilizar informações socioambientais de âmbito municipal, objetivando o apoio à tomada de decisão para a gestão ambiental;
- g) Fazer a gestão do convênio firmado entre a Prefeitura e a Cooperativa de Triagem de material reciclável – Cooperyara;
- h) Organizar, manter e administrar acervo de informações socioambientais, nos mais variados formatos de mídia;
- i) Apoiar os órgãos municipais, estaduais e federais, bem como demais entidades, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, que desenvolvam programas, projetos e/ou atividades de planejamento ambiental, de educação ambiental, ou de coleta seletiva de lixo (SEMAA, 2020).

A partir das atribuições supracitadas, o DPA divide-se em 05 setores, são eles: diretoria técnica (um colaborador), assessoria administrativa (dois colaboradores), núcleo de educação ambiental (quatro colaboradores), núcleo de informação ambiental (um colaborador) e núcleo de coleta seletiva (dois colaboradores).

Dentre eles, abordar-se-á o Núcleo de Informação Ambiental, uma vez que ele trabalha com os programas ambientais pertinentes para a análise desta pesquisa, como a Agenda 2030 e o Programa Cidades Sustentáveis, além do Programa Município Verde Azul (SEMAA, 2020).

Apesar da responsabilidade do núcleo supramencionado em trabalhar com os programas ambientais, as atividades são desenvolvidas por meio de Comissões Intersecretariais, sendo que no caso do Programa Cidades Sustentáveis há um comitê instituído por meio do Decreto nº 8633/2017, denominado Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) que nomeou seus integrantes pela Portaria nº 3203/2017 (BARUERI, 2017).

Em 2019, este comitê foi atualizado por meio do Decreto nº 8903/2019, ampliando o escopo do CBCS que agregou outros órgãos municipais, buscando um caráter sistêmico e

holístico para o desenvolvimento sustentável (BARUERI, 2017). Além disto, a Agenda 2030 no município também é fomentada por meio do Núcleo ODS Barueri, uma iniciativa da sociedade civil organizada, cuja a SEMA faz parte.

Entretanto, cabe aqui destacar que este estudo busca enfatizar a análise do documento “Plano de Metas 2017-2020” que é homologado pelo prefeito e será primordial para verificar quais foram as metas¹⁴ propostas pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) para o período da atual gestão governamental e suas proposições e alinhamento com o PCS e a Agenda 2030.

Ou seja, apesar da existência de um núcleo específico que trabalha com a Agenda 2030 no município, este trabalho busca compreender as atividades realizadas pelo CBCS que é instituído por um aparato legal e por esta razão, apresenta a prestação de contas ao PCS por meio de um relatório final que trata das ações executadas pelo Comitê para alcançar as metas propostas, bem como um monitoramento das mesmas. Logo, em virtude deste documento pretende-se averiguar o nível de aderência das metas específicas da Agenda 2030 em relação ao Plano de Metas elaborado pelo CBCS.

4.3 NÍVEL DE ADERÊNCIA DA AGENDA 2030 NO PLANO DE METAS DE BARUERI/SP

Esta subseção elucida o nível de aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP. Por sua vez, este plano configura-se como um instrumento de planejamento específico do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), cuja análise é basilar para o presente estudo.

O Plano de Metas surgiu como uma iniciativa da sociedade civil organizada em 2007, no município de São Paulo, sendo que a sua proposta se tornou lei na capital paulista e atualmente mais de 50 cidades do Brasil já aprovaram uma legislação que estabelece a obrigatoriedade de introduzir o plano (PCS, 2020).

¹⁴ É importante destacar que em alguns eixos, há mais de uma Secretaria envolvida no alcance das metas propostas. Entretanto, a SEMA possui a competência de coordenar esse Plano de Metas que é homologado pelo prefeito do município.

Este instrumento determina objetivos, metas, ações estratégicas e previsões orçamentárias em um horizonte de tempo de quatro anos (período de mandato). O Plano de Metas possui componentes complementares ao Plano Plurianual (PPA), incentiva a intersetorialidade entre as áreas técnicas e secretarias e apoia outros instrumentos da gestão urbana (PCS, 2020).

De acordo com o PCS (2020) o plano congrega as propostas e compromissos da gestão municipal, em busca de melhorias nos serviços prestados, levando em consideração a promoção da inclusão social, direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Ademais, o documento beneficia a administração pública por conduzir uma execução orçamentária eficaz, promovendo previsibilidade, minimizando desperdícios e gerando ganhos de produtividade.

Neste íterim, o Plano de Metas é um instrumento com obrigatoriedade legal do Poder Executivo Municipal em algumas cidades do país, sendo que em outras, sua adesão é voluntária através da assinatura da Carta Compromisso do Programa Cidades Sustentáveis. Posto isto, a plataforma do programa disponibiliza ferramentas que auxiliam na construção de diagnósticos municipais e no acompanhamento de indicadores locais (PCS, 2020).

A Carta Compromisso foi assinada pelo prefeito de Barueri/SP da gestão 2017-2020, conforme o Apêndice A, indicando o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento sustentável. A partir do Decreto nº 8.633/2017 instituiu-se o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) composto pela Secretaria de Comunicação, Finanças, Governo, Assistência e Desenvolvimento Social, Recursos Naturais e Meio Ambiente, Câmara Municipal de Barueri e Ouvidoria Geral do Município, na qual, a coordenação executiva dos trabalhos desenvolvidos pelo CBCS ficou designada para a Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (BARUERI, 2017).

Desta forma, é de competência do CBCS a elaboração e o diagnóstico do Plano de Metas do município de acordo com os parâmetros e indicadores propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS). Assim, o plano foi homologado de acordo com o Decreto 8.633/2017 em dezembro de 2018, por meio do Ofício nº 2829/2018 (BARUERI, 2017).

O Plano de Metas de Barueri contém 52 metas, sendo 11 para a saúde, 4 para esportes, 8 voltadas à assistência e desenvolvimento social, 2 para emprego, 2 direcionadas à cultura, 4 para meio ambiente, 3 para segurança pública, 3 voltadas ao transporte público, 4 para pessoas com deficiência, 5 para educação e 6 direcionadas à infraestrutura, trânsito e drenagem (BARUERI, 2018). É importante destacar que dada a transversalidade da Agenda 2030, uma única meta municipal pode contribuir para mais de uma meta dos ODSs, conforme será visualizado nesta subseção.

Ressalta-se que a elaboração deste plano envolve o compromisso assumido com o PCS e com a Agenda 2030 proposta pela ONU. Portanto, apresentar-se-á no decorrer desta subseção, o nível de aderência deste plano com a Agenda 2030, identificando as principais ações desenvolvidas pelo CBCS no alcance da promoção de um desenvolvimento urbano sustentável.

Considerando que a Agenda 2030 compreende 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas que podem ser desenvolvidas nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional, esta análise buscou concentrar-se nas metas que poderiam ser aplicadas no contexto local/municipal. Isto porque, segundo Brandi (2018, p. 65) “aproximadamente 65% das metas dos ODSs podem ser cumpridas somente se forem implementadas em conjunto pelas cidades e pelos atores locais”.

Logo, para fins de análise, foram selecionadas 134 metas da Agenda 2030 que poderiam ser contempladas a nível municipal, buscando aproximar a aplicação das metas da agenda com a realidade local, conforme demonstrado no Quadro 05.

Quadro 05 - Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável consideradas e descartadas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Metas consideradas	Metas descartadas
ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.a	1.b
ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5	2.a; 2.b; 2.c
ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para	3.1; 3.2; 3.3; 3.4; 3.5;	3.c; 3.d

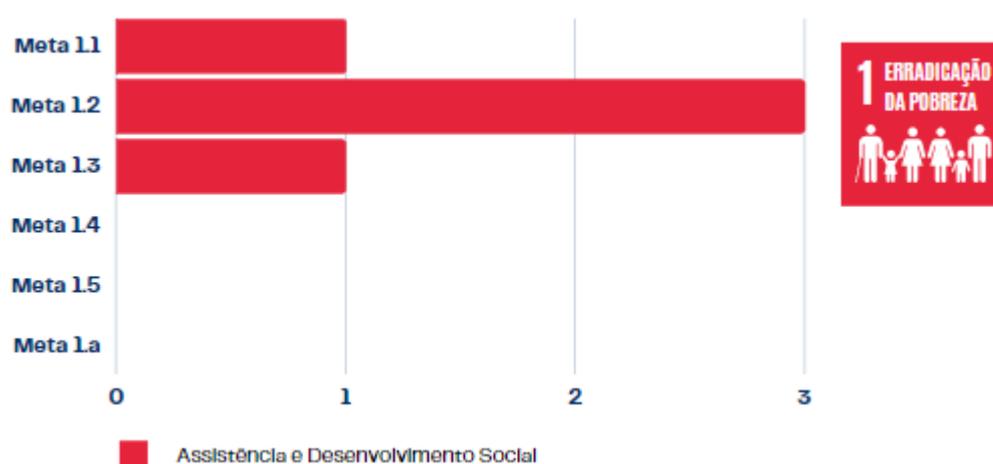
todos, em todas as idades	3.6; 3.7; 3.8; 3.9; 3.a; 3.b	
ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.a; 4.c	4.b
ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.1; 5.2; 5.4; 5.5; 5.6; 5.a; 5.b; 5.c	5.3
ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	6.1; 6.2; 6.3; 6.4; 6.5; 6.6; 6.b	6.a
ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	7.1; 7.2; 7.3; 7.a	7.b
ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	8.2; 8.3; 8.5; 8.6; 8.7; 8.8; 8.9	8.1; 8.4; 8.10; 8.a; 8.b
ODS 9: Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	9.1; 9.2; 9.3; 9.4; 9.5	9.a; 9.b; 9.c
ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.1; 10.2; 10.3; 10.4; 10.5; 10.7	10.6; 10.a; 10.b; 10.c
ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis	11.1; 11.2; 11.3; 11.4; 11.5; 11.6; 11.7; 11.a; 11.b; 11.c	-
ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.2; 12.3; 12.4; 12.5; 12.6; 12.7; 12.8; 12.b	12.1; 12.a; 12.c
ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	13.1; 13.2; 13.3; 13.b	13.a
ODS 14: Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.1; 14.2; 14.3; 14.4; 14.5; 14.6; 14.b; 14.c	14.7; 14.a
ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	15.1; 15.2; 15.3; 15.4; 15.5; 15.6; 15.7; 15.8; 15.9; 15.a; 15.b; 15.c	-
ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.1; 16.2; 16.3; 16.4; 16.5; 16.6; 16.7; 16.9; 16.10	16.8
ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	17.1; 17.3; 17.6; 17.7; 17.8; 17.9. 17.13; 17.14; 17.15;	17.2; 17.4; 17.5; 17.10; 17.11; 17.12

	17.16; 17.17; 17.18; 17.19	
--	-------------------------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme demonstrado no Quadro 05, das 169 metas que compõem a Agenda 2030, 35 foram descartadas, restando 134 metas a serem consideradas nas análises. Sendo assim, os gráficos apresentados a seguir são referentes a cada um dos 17 ODSs da Agenda 2030, indicando as ações desenvolvidas em cada uma das áreas priorizadas no documento.

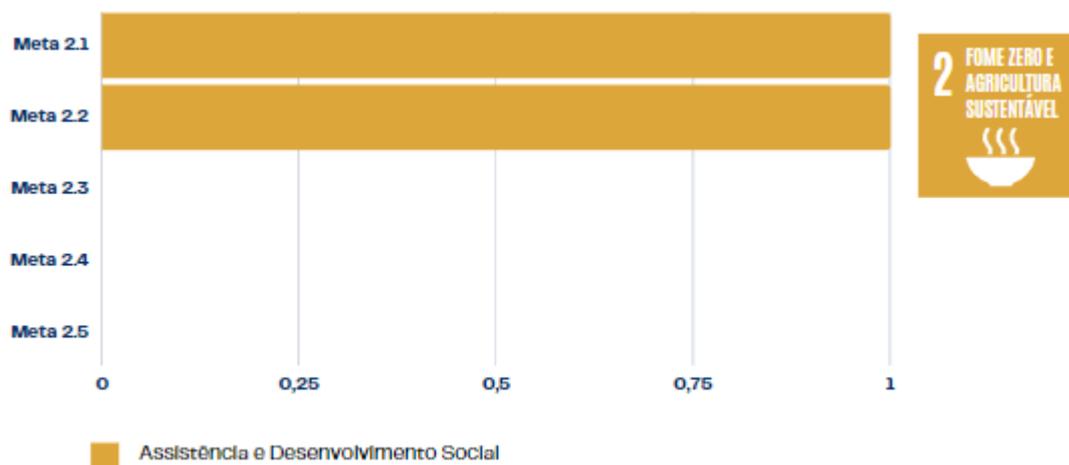
Gráfico 03 - Metas municipais voltadas às metas do ODS 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme apresentado no Gráfico 03, a área de assistência e desenvolvimento social foi a única que implementou metas neste ODS, sendo elas, o aprimoramento dos serviços assistenciais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) por meio do atendimento em local adequado à acessibilidade, ampliação da Secretaria da Mulher a partir da adequação predial e aprimoramento o fornecimento de cestas básicas através do recadastramento das famílias beneficiadas e vulneráveis em termos socioeconômicos.

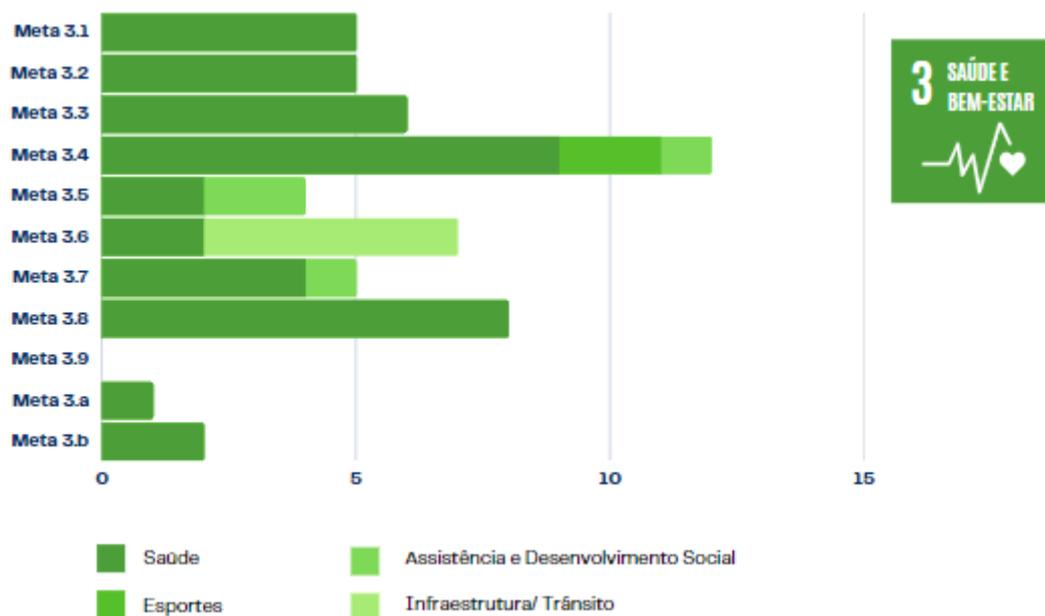
Gráfico 04 - Metas municipais voltadas ao ODS 2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Fonte: elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 04 apresenta duas metas da área de assistência e desenvolvimento social estabelecidas para o atendimento do ODS 2. Dentre estas metas destaca-se a ampliação da Secretaria da Mulher e o fornecimento de cestas básicas através do recadastramento das famílias beneficiadas e vulneráveis em termos socioeconômicos.

Gráfico 05 - Metas municipais voltadas ao ODS 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Fonte: elaborado pela autora (2021).

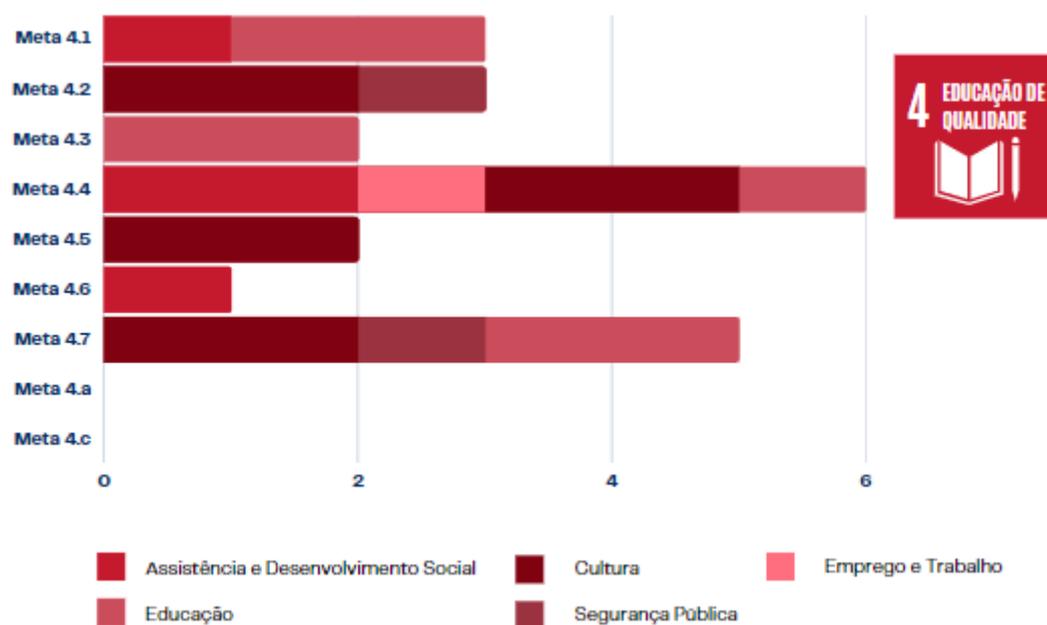
De acordo com o Gráfico 05, mais de uma área está envolvida no alcance das metas do ODS 3, sendo elas, saúde, esportes, assistência e desenvolvimento social e infraestrutura/trânsito. A área da saúde é aquela com maior predominância no estabelecimento das metas, sendo elas, a construção de um Pronto Socorro, de uma Unidade Hospitalar Avançada de Saúde, novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), ampliação do fornecimento dos serviços de hemodiálises, construção de um Centro de Especialidades, implantação da consulta farmacêutica para pacientes de uso simultâneo de medicamentos, construção de um Centro de Diagnóstico e Unidade de Fisioterapia e implementação de um sistema informatizado para melhorar a entrega de medicamentos.

Na área de esportes, buscou-se ampliar o atendimento a crianças e adolescentes das escolas esportivas e implementar o Projeto Vida Saudável em todos os ginásios municipais para estimular as atividades físicas destinadas aos adultos. A área de assistência e desenvolvimento social traçou metas para o aprimoramento dos serviços assistenciais do

CRAS e ampliação da Secretaria da Mulher a partir da adequação predial, além de reformas no asilo municipal e nos centros comunitários.

Em relação à área de infraestrutura e trânsito, foram colocadas metas voltadas ao alcance da meta 3.6 que tem como objetivo reduzir as mortes e ferimentos por acidentes no trânsito. Assim, as metas estabelecidas foram a implantação de semáforos sonoros em pontos estratégicos do município para ampliar e assegurar a mobilidade de pessoas com deficiência, implantação de semáforos inteligentes, sistemas de estacionamento rotativo, ampliação e interligação de vias e construção de viadutos.

Gráfico 06 - Metas municipais voltadas ao ODS 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



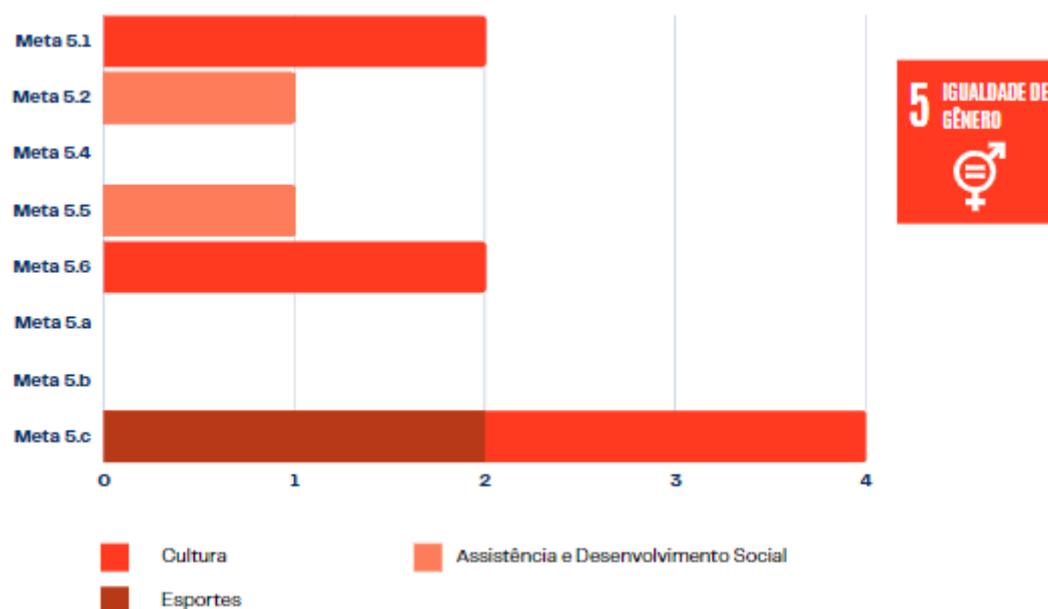
Fonte: elaborado pela autora (2021).

De acordo com o Gráfico 06, a área da cultura instituiu metas direcionadas para a construção de um complexo cultural e de um conservatório musical. A educação estipulou metas para aumentar as vagas do cursinho pré-vestibular, construção de uma unidade da

Fundação Instituto de Educação de Barueri (FIEB), oferta de novos cursos técnicos na FIEB, manter a gratuidade do ensino oferecido pela FIEB e construir novas creches municipais.

A área de segurança pública buscou aumentar a Guarda Civil Municipal de Barueri (GCMB) e modernizar seus equipamentos, enquanto a área de emprego e trabalho estabeleceu a implementação da gratuidade do transporte público para estudantes de cursos profissionalizantes e a criação de até 25 cursos profissionalizantes.

Gráfico 07 - Metas municipais voltadas ao ODS 5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

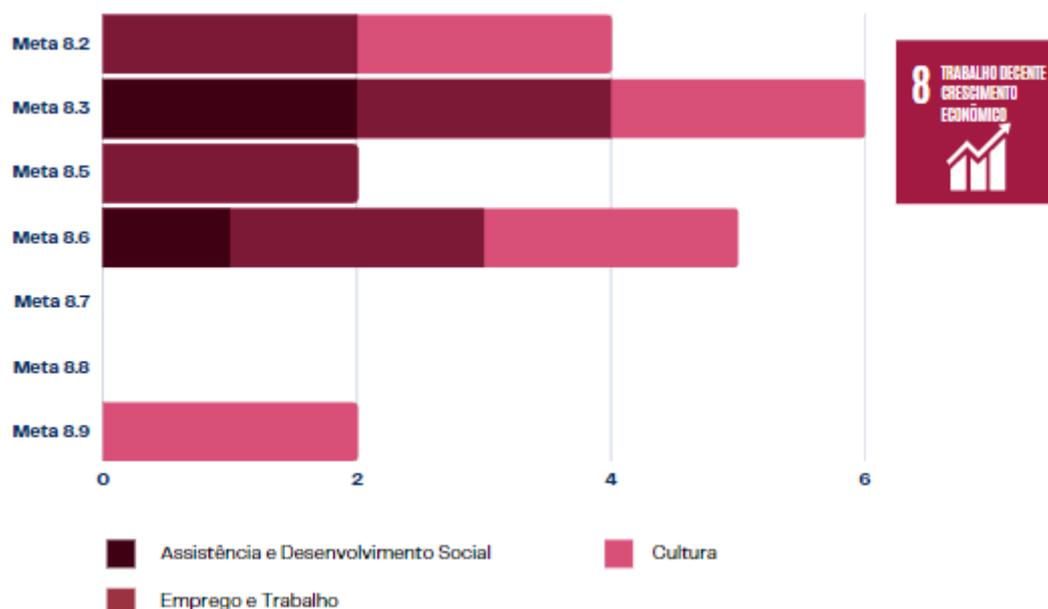


Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quanto ao Gráfico 07, a área de esportes fomentou o Projeto Vida Saudável para estimular as atividades físicas em adultos e buscou a ampliação em 20% do atendimento a crianças e adolescentes das escolas esportivas. A assistência e desenvolvimento social estipulou a ampliação do espaço da Secretaria da Mulher, enquanto a cultura estabeleceu a construção de um complexo cultural e de um conservatório musical.

Em relação aos ODSs 6 e 7, não foram determinadas metas para contribuir com estes ODSs. Neste caso, o Gráfico 08 apresenta as metas municipais voltadas ao ODS 8.

Gráfico 08 - Metas municipais voltadas ao ODS 8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos



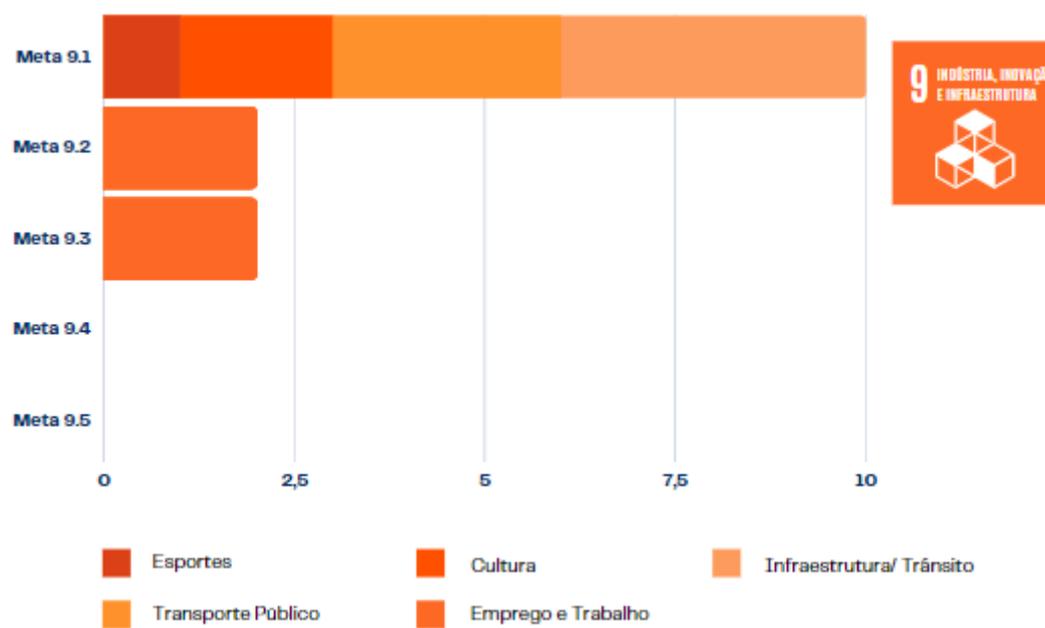
Fonte: elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 08 apresenta a quantidade de metas municipais aplicadas para alcançar o ODS 8. A área de emprego e trabalho propôs a implantação de transporte gratuito para estudantes de cursos profissionalizantes e criação de 25 cursos profissionalizantes a partir do Programa “Meu Futuro”.

A assistência e desenvolvimento social estabeleceu a criação de um núcleo da moda, corroborando com a meta 8.3 da Agenda 2030 a fim de promover políticas voltadas ao desenvolvimento de atividades produtivas e de geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação. Ademais, a meta municipal ampliar o espaço da Secretaria da Mulher busca atingir as metas 8.3 e 8.6 da agenda, ambas para fomentar a geração de emprego.

Por sua vez, a cultura estabeleceu a criação de um conservatório musical e a construção de um complexo cultural, a fim de alcançar as metas 8.2, 8.3, 8.6 e 8.9 da agenda.

Gráfico 09 - Metas municipais voltadas ao ODS 9 Construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Fonte: elaborado pela autora (2021).

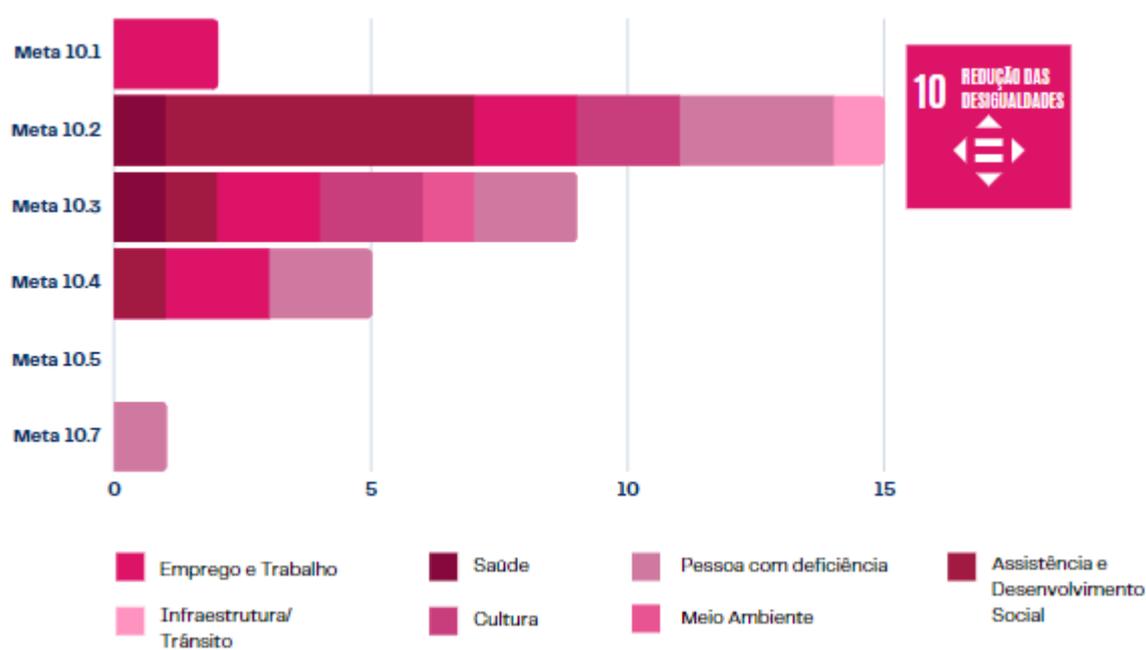
Conforme observado no Gráfico 09, há 14 metas municipais voltadas ao ODS 9 a fim de construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. A área de transporte público estabeleceu a construção de terminais rodoviários e de baias para ônibus no corredor oeste ao lado da estação de trem do município de Barueri.

Na área de infraestrutura/ trânsito foi proposto a implantação de sistemas de estacionamento rotativo, ampliação e interligação de vias e construção de viadutos. Para a cultura, a criação de um conservatório musical e construção de um complexo cultural permitirão a contribuição para a meta 9.1 que diz respeito ao desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e robusta.

Nos esportes, a meta cujo objetivo é transformar o ginásio municipal em um centro esportivo modelo também corrobora com a meta 9.1. E na área de emprego e trabalho, a gratuidade do transporte público para estudantes de cursos profissionais e a criação de novos

curso profissionalizantes buscam o fomento da meta 9.2 que busca a industrialização inclusiva e sustentável e o aumento da participação da indústria no emprego e no PIB.

Gráfico 10 - Metas municipais voltadas ao ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Fonte: elaborado pela autora (2021).

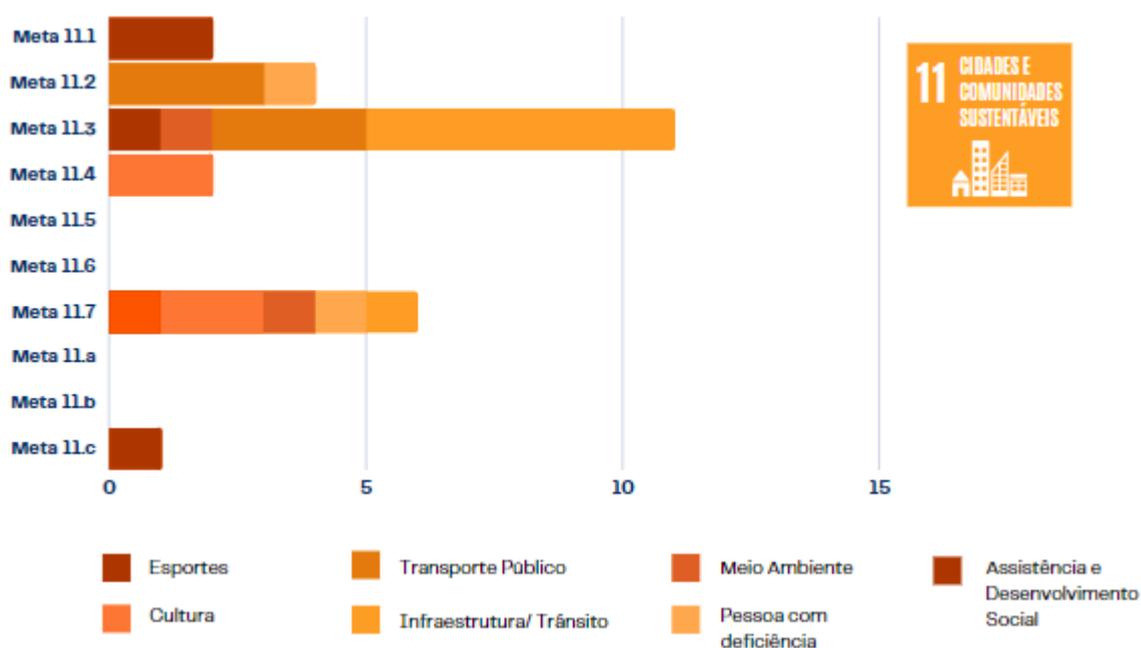
O Gráfico 10 dispõe as metas direcionadas ao ODS 10 e envolve diversas áreas. Na área de pessoa com deficiência, buscou-se ampliar as frotas de veículos públicos adaptados para o transporte, adequação de dois prédios públicos já existentes de acordo com as normas de acessibilidade e construção de um centro de equoterapia.

A área de saúde fomentou a construção de um novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e a de meio ambiente implementou o programa de orientação médico veterinário para animais domésticos que estão sob os cuidados da população de baixa renda. A assistência e desenvolvimento social suscitou a implantação do Projeto Forças no Esporte (PROFESP), reforma dos centros comunitários, criação de um centro de moda, aprimoramento da oferta de cestas básicas, ampliação do espaço Secretaria da Mulher e aprimoramento dos serviços do CRAS.

Em relação à área de emprego e trabalho, as metas municipais de implantar a gratuidade nos transportes públicos para estudantes de cursos profissionalizantes e a criação de novos cursos profissionais permitem um alinhamento com as metas 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 da Agenda 2030.

Quanto à infraestrutura/ trânsito, a implantação de semáforos sonoros em lugares estratégicos do município e a construção de um complexo cultural e criação de um conservatório musical na área da cultura, contribuem para a meta 10.2.

Gráfico 11 - Metas municipais voltadas ao ODS 11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis



Fonte: elaborado pela autora (2021).

De acordo com o Gráfico 11, as metas municipais voltadas ao ODS 11 envolvem sete áreas. Na área de meio ambiente a criação de dois novos parques municipais buscam atender as metas 11.3 e 11.7 da Agenda 2030 que dispõem sobre o aumento da urbanização inclusiva e sustentável e proporcionar o acesso universal em espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, respectivamente.

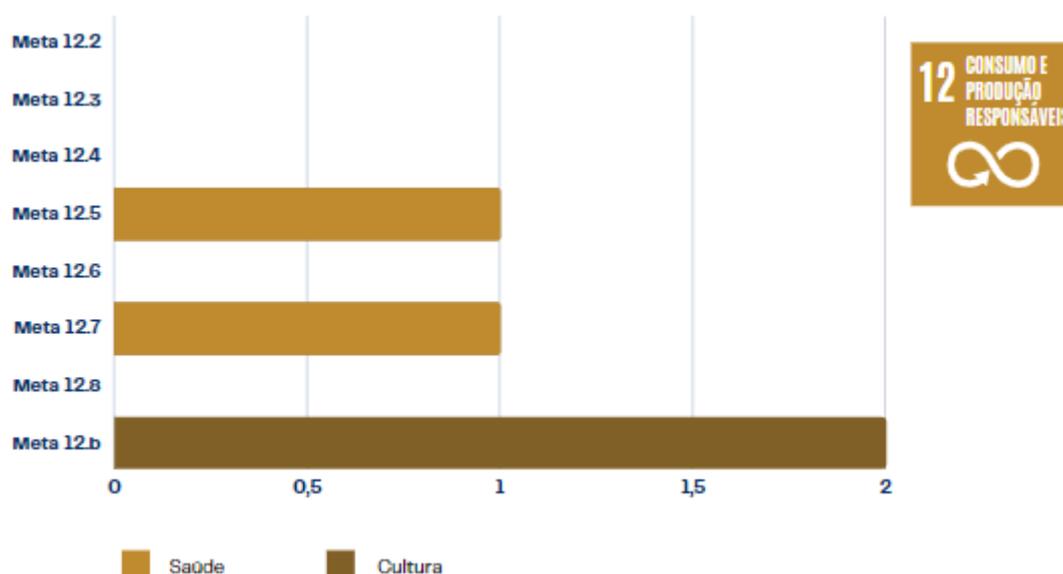
A área de transporte público desenvolveu ações para o alcance das metas 11.2 e 11.3, sendo elas, a construção de terminais rodoviários e de baias para ônibus. Já a área de infraestrutura/ trânsito estabeleceu metas como a implantação de semáforos sonoros, de sistemas inteligentes, sistemas de estacionamento rotativo, ampliação e interligação de vias e construção de viadutos.

Na área de pessoas com deficiência, as metas de adequação de alguns prédios públicos conforme as normas de acessibilidade e a ampliação da frota de veículos adaptados, contribuem para as metas 11.7 e 11.2, respectivamente.

Quanto à assistência e desenvolvimento social, a reforma do asilo municipal tem como objetivo atender as metas 11.1 e 11.3 da agenda e a criação do projeto “Morar Bem” para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica contribui para o alcance da meta 11.1 e 11.c.

Nos esportes, a transformação do ginásio municipal em um centro esportivo modelo é uma das metas municipais para alcançar a meta 11.7. E as metas da cultura, como a construção de um complexo cultural e a criação de um conservatório musical buscam contribuir para as metas 11.4 e 11.7.

Gráfico 12 - Metas municipais voltadas ao ODS 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

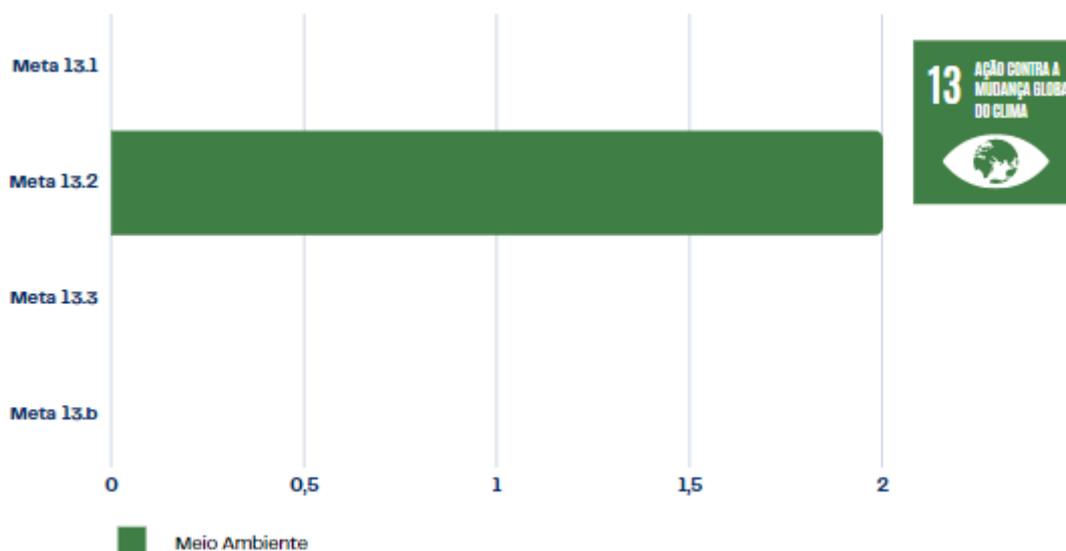


Fonte: elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 12 elucida quatro metas municipais aplicadas para contribuir com o ODS 12 que diz respeito aos padrões de produção e consumo sustentáveis. A área da saúde propôs a implantação de um novo sistema informatizado para aperfeiçoar a entrega de medicamentos, a fim de alcançar as metas 12.5 e 12.7 da Agenda 2030, que explanam a necessidade de reduzir a geração de resíduos e promover práticas de compras públicas sustentáveis, respectivamente.

A área da cultura buscou fomentar a meta 12.b que tem como objetivo o desenvolvimento e implementação de ferramentas que monitorem os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, a fim de gerar empregos e promover a cultura e os produtos locais. Assim, as metas municipais foram a construção de um complexo cultural e a criação de um conservatório musical.

Gráfico 13 - Metas municipais voltadas ao ODS 13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

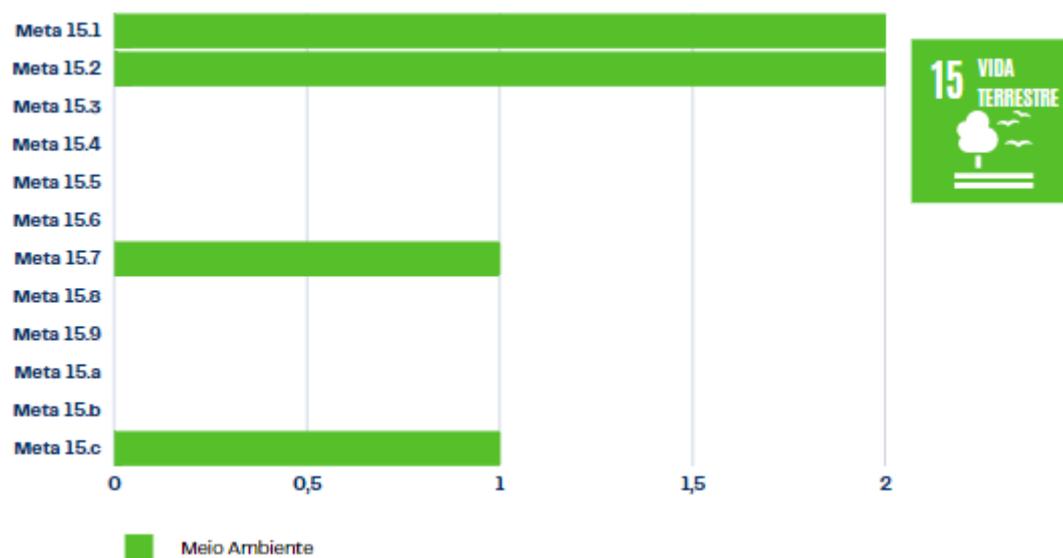


Fonte: elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 13 apresenta duas metas da área de meio ambiente para o ODS 13 que suscita as medidas de combate às mudanças climáticas. Desta forma, destacam-se as ações de preservação dos bolsões de áreas verdes do município e a criação de dois novos parques para o alcance da meta 13.2.

Em relação ao ODS 14, o Plano de Metas de Barueri não apresentou metas para este ODS, portanto, o Gráfico 14 indica as metas municipais direcionadas ao ODS 15.

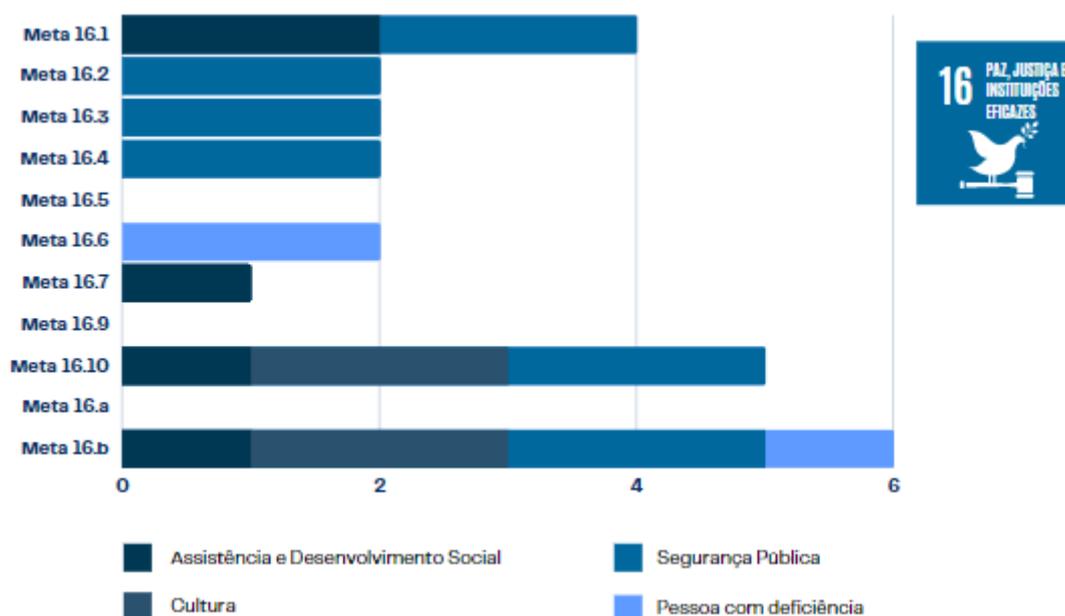
Gráfico 14 - Metas municipais voltadas ao ODS 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade



Fonte: elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 14 apresentam-se as metas municipais que fomentam o ODS 15. A área de meio ambiente determinou ações como a preservação de bolsões de áreas verdes do município para contribuir com as metas 15.1, 15.2, 15.7 e 15.c e a criação de parques municipais, que atendem as metas 15.1 e 15.2.

Gráfico 15 - Metas municipais voltadas ao ODS 16 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



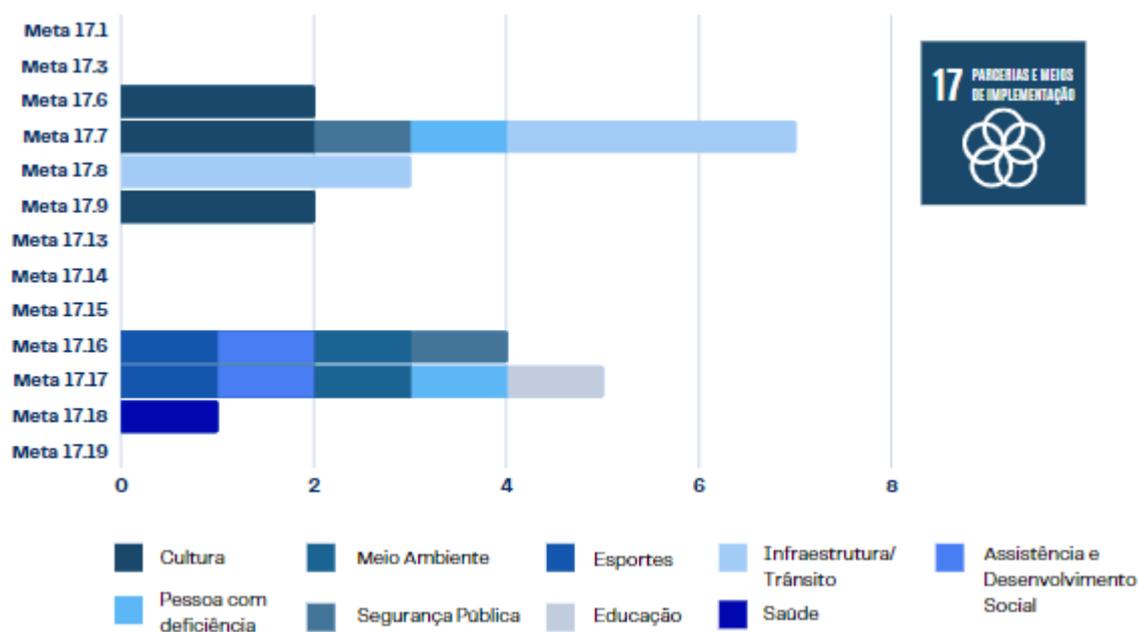
Fonte: elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 15 aponta as metas municipais para o ODS 16, dentre elas, destaca-se a área da segurança pública, que busca o aumento efetivo da GCMB e modernização dos seus equipamentos, implementação de um sistema de policiamento inteligente e a ampliação do videomonitoramento no município.

A área de assistência e desenvolvimento social fomenta as metas 16.1, 16.7, 16.10 e 16.b da Agenda 2030, a partir da ampliação do espaço da Secretaria da Mulher e a meta 16.1 por meio da implantação do PROFESP. Na área de cultura, a construção de um complexo cultural e criação de um conservatório musical buscam o alcance das metas 16.10 e 16.b.

Quanto à área de pessoa com deficiência, a construção de um centro municipal de equoterapia busca atender a meta 16.6 e a adequação de dois prédios públicos para garantir a acessibilidade tem como objetivo atingir a meta 16.6 e 16.b.

Gráfico 16 - Metas municipais voltadas ao ODS 17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Conforme o Gráfico 16, as metas municipais direcionadas ao ODS 17 são aquelas que envolvem mais áreas técnicas no alcance das metas. A área da educação apresenta uma ação como a construção de creches para o alcance da meta 17.17, que sinaliza a necessidade do incentivo e promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil, a fim de mobilizar recursos dessas parcerias.

A área da cultura apresenta metas voltadas à meta 17.6, 17.7 e 17.9 da Agenda 2030, a partir de ações como a construção do complexo cultural e a criação do conservatório musical. Para a área de pessoa com deficiência, o aperfeiçoamento do serviço de transporte adaptado no município através do alinhamento de critérios de elegibilidade utilizados pelas Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Educação e da Saúde e a adequação dos dois prédios públicos dentro dos critérios de acessibilidade, buscam alcançar a meta 17.17.

Na área de meio ambiente, a meta de ampliação do serviço de castração de animais domésticos, como cães e gatos, fomenta as metas 17.16 que almeja o reforço à partir das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável complementadas por parcerias multissetoriais e a meta 17.17 que incentiva as parcerias públicas, público-privadas, privadas e com a sociedade civil.

A área de segurança pública busca fomentar a meta 17.16 por meio do aumento efetivo da GCMB. Já a área de esportes estabeleceu uma meta que tem como objetivo buscar parcerias para as equipes profissionais masculinas de futsal, futebol e basquete e para as equipes femininas de vôlei e futebol.

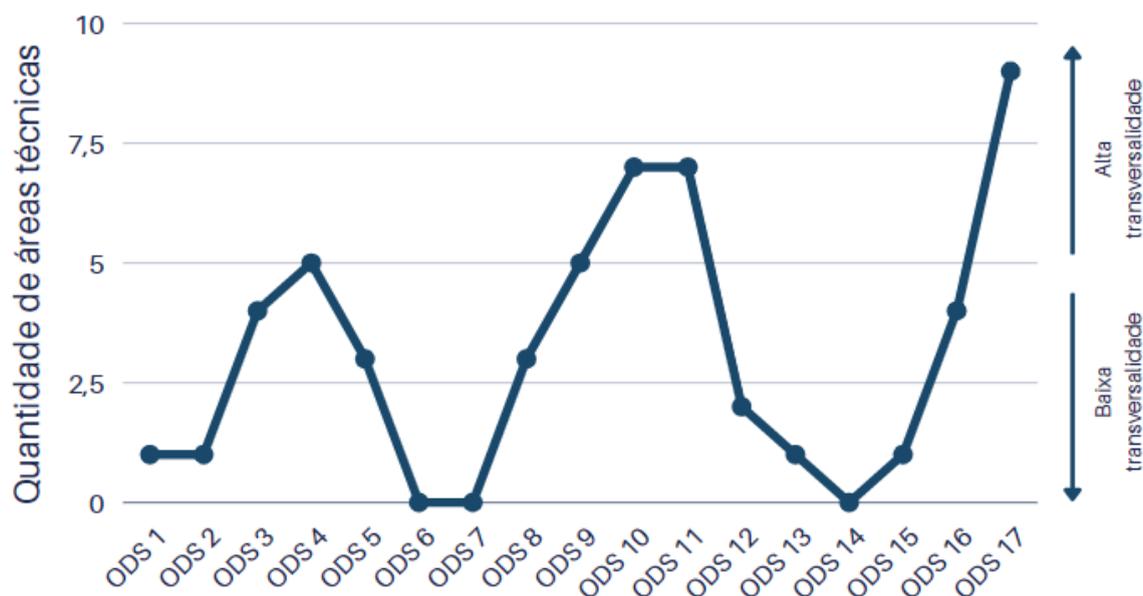
Quanto às metas municipais da área de infraestrutura/ trânsito, fomentam-se as metas 17.7 e 17.8 por meio da implantação do semáforo sonoro, sistema inteligente nos semáforos e sistemas de estacionamento rotativo. A área da saúde determinou a implantação de um novo sistema informatizado de entrega de medicamentos, buscando atender a meta 17.18, a fim de aumentar a disponibilidade de dados.

Em relação à área de assistência e desenvolvimento social, a ampliação do espaço da Secretaria da Mulher visa atender a meta 17.17 e a implantação do PROFESP, corrobora com a meta 17.16.

De todas as metas aqui apresentadas, o Relatório Final do Plano de Metas 2017-2020 de Barueri indica que das 52 metas estabelecidas, 39 delas tiveram um ótimo desempenho e 31 delas foram cumpridas integralmente (100%) até junho de 2020 (CBCS, 2020).

Conforme observado nos gráficos anteriores, Barueri fomentou o alinhamento das metas específicas de cada ODS da Agenda 2030 com as metas municipais, a partir de ações em onze áreas pertinentes, buscando um desenvolvimento urbano sustentável. Assim, o Gráfico 17 demonstra a transversalidade dos ODSs a partir do número de áreas técnicas envolvidas em cada ODS.

Gráfico 17 - Transversalidade dos ODSs aplicados no município de Barueri/SP



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Observa-se no Gráfico 17 que os ODSs que apresentaram uma maior transversalidade (ODSs 4, 9, 10, 11 e 17), isto é, o maior número de áreas técnicas envolvidas nas metas específicas destes ODSs, são aqueles que por sua vez, também apresentaram uma maior aderência no Plano de Metas municipal, conforme apresentado na Tabela 03.

A Tabela 03 demonstra a aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP, identificando o percentual de metas municipais que atendem as metas específicas da agenda.

Tabela 03 - Aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP

ODSs	Percentual de aderência
ODS 1	50%
ODS 2	40%
ODS 3	90,90%
ODS 4	78%
ODS 5	62,50%
ODS 6	0%
ODS 7	0%
ODS 8	71,43%
ODS 9	60%
ODS 10	83%
ODS 11	60%
ODS 12	37,50%
ODS 13	25%
ODS 14	0%
ODS 15	33,33%
ODS 16	72,73%
ODS 17	53,85%

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Tratando-se sobre os resultados de cada ODS conforme observado na Tabela 03, salienta-se a importância de compreender a forma como o município de Barueri/SP vem trabalhando com a Agenda 2030 no âmbito local. Entretanto, cabe aqui destacar que as metas municipais foram estabelecidas de acordo com o Plano de Governo (2017-2020) e com a realidade e as necessidades do município.

A Tabela 03 indica que os ODSs mais atendidos pelo Plano de Metas de Barueri são os ODS 3 com 90,90% de metas específicas da Agenda 2030 contempladas no documento do município, seguido do ODS 10 com 83%, o ODS 4 com 78%, ODS 16 com 72,73% e ODS 8 com 71,43% de metas, indicando uma alta aderência destes ODSs no Plano de Metas.

Em relação ao ODS 3 que diz respeito à saúde de qualidade, percebe-se que muitas metas deste ODS foram contempladas. Atribui-se ao elevado percentual, o fato de que

Barueri apresentou em 2016 um Índice de Firjan de 0,9265 na dimensão saúde, o que indica um alto desenvolvimento municipal nesta área. Apesar do Plano de Metas contemplar muitas metas voltadas à saúde, os resultados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasil (IDSC-BR) (2021) mostram a necessidade de uma atenção especial no que diz respeito aos indicadores de leitos hospitalares (mil habitantes) e unidades básicas de saúde (mil habitantes), uma vez que apresentam níveis críticos ponderados pelo IDSC-BR.

Quanto ao ODS 10 que busca reduzir as desigualdades, existem sete áreas técnicas que estabelecem metas municipais voltadas para este ODS. Porém, ainda existem grandes desafios, como por exemplo reduzir a concentração de renda, visto que o município apresenta um Índice de Gini de 0,61 (ATLAS BRASIL, 2010).

Por sua vez, o ODS 4 que fomenta a educação de qualidade, apresenta um percentual satisfatório de metas municipais alinhadas com as metas deste ODS. Barueri encontra-se na categoria de alto desenvolvimento na dimensão educação com um IFDM de 0,9762 (FIRJAN, 2018) e apresenta um IDHM de 0,708 em educação (ATLAS BRASIL, 2010).

Embora os resultados apresentados são satisfatórios, é primordial que algumas lacunas sejam preenchidas para potencializar a área da educação, como por exemplo, ampliar as escolas com recursos para atendimento educacional especializado, acesso à internet nas escolas dos ensinos médio, melhorar a razão entre o número de alunos e professores na pré-escola e entre o número de alunos e professores no ensino fundamental e aprimorar as escolas com dependências adequadas às pessoas com deficiência (IDSC-BR, 2021).

O ODS 16 retrata os aspectos que envolvem a paz, justiça e instituições eficazes. Assim, destacam-se as metas da segurança pública dispostas no Plano de Metas de Barueri, tendo em vista que há desafios significativos para diminuir a taxa de homicídio do município que foi de 19,8 em 2017 (IPEA, 2019). Embora essa taxa esteja abaixo da média dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, que é de 37,6 (IPEA, 2019), sinaliza-se a necessidade de fortalecer a segurança municipal.

No tocante ao ODS 8 que dispõe sobre trabalho digno e crescimento econômico, o município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 47,5 bilhões a preços correntes,

ocupando a 5ª posição no ranking dos maiores PIBs do Estado de São Paulo, fechando assim, o grupo das cinco maiores economias paulistas. Além disso, o município possui o 8º maior PIB per capita do Estado, com um valor de R\$ 186.382,33 (IBGE, 2018).

O município apresenta 280.439 pessoas ocupadas (IBGE, 2018), 251.637 postos de emprego formal, com um rendimento médio de R\$ 4139,00 (SEADE, 2018). O IBGE (2018) aponta que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 103,4%. Entretanto, o IDSC-BR (2021) sinaliza alguns indicadores que requerem atenção para atingir este ODS, como por exemplo, o desemprego de jovens e a falta de estudo e trabalho para os jovens de 15 a 24 anos.

Corroborando com os dados apresentados a respeito de cada ODS com maior nível de aderência entre as metas municipais e as específicas da Agenda 2030, Barueri apresentou no quesito governança, indicadores acima da média do Índice Firjan, na escala Brasil Transparente e alcançou o maior investimento em saúde entre as cidades analisadas e o segundo maior em educação. Já em economia, Barueri apresenta o maior PIB per capita de todas as cidades analisadas e apresenta um alto polo de empregos nos setores de serviços, negócios, logística e indústria (BARUERI, 2017).

Tratando-se das metas dos ODSs que apresentaram média aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP, ressalta-se o ODS 5 que fomenta a igualdade de gênero. O município possui um Conselho Municipal da Mulher que trouxe diversas conquistas no que tange à igualdade de gênero no município, dentre elas, a realização das Conferências de Políticas para as Mulheres de Barueri, a criação da Secretaria da Mulher, entre outras (BARUERI, 2021).

Apesar dos avanços, o município evidencia desafios frente à participação das mulheres e igualdade de oportunidades para a liderança nas tomadas de decisões na vida política, econômica e pública. Uma das lacunas a serem preenchidas nesta questão é a ampliação da presença de vereadoras na Câmara Municipal, pois segundo o Atlas Brasil (2017) o percentual de assentos no parlamento ocupados por mulheres foi de 0% em 2017.

Em relação ao ODS 9 que diz respeito à indústria, inovação e infraestruturas, o município tem apresentado resultados satisfatórios em relação aos investimentos públicos em

infraestrutura como proporção do PIB e a indústria representa 8,6% da distribuição do PIB municipal e 12,1% para a distribuição do valor adicionado para o setor da indústria (SEADE, 2017), o que indica os avanços de Barueri frente à industrialização e construção de infraestruturas robustas.

O ODS 11 aborda as cidades e comunidades sustentáveis, na qual as metas municipais estabelecidas no Plano de Metas mostram as ações para alcançar este ODS. Em 2018 Barueri recebeu o prêmio internacional “Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis” entregue no Fórum Mundial Sobre Assentamentos Humanos em 2018, sob o título “Promovendo as Inovações Urbanas Para Cumprir o ODS 11 e a Nova Agenda Urbana” (BARUERI, 2018).

Entretanto, há algumas metas do ODS 11 que são pontuais para promover cidades e assentamentos inclusivos, seguros e sustentáveis. Desta forma, um dos aspectos que necessitam maior atenção da gestão municipal é a mobilidade urbana, considerando que o tempo de deslocamento da população ao trabalho excede uma hora (IDSC-BR, 2021).

Quanto ao ODS 17 que busca fortalecer as parcerias para o desenvolvimento sustentável, trata-se de um ODS extenso com muitas metas a serem cumpridas. Apesar da complexidade deste objetivo, Barueri tem executado ações nas áreas que compõem este ODS, como finanças, tecnologia, desenvolvimento de capacidades, parcerias multissetoriais e prestação de contas. Dentre os pontos fortes do município na execução das metas específicas do ODS 17, encontram-se os investimentos públicos e o total de receitas arrecadadas (IDSC-BR, 2021).

O ODS 1 sinaliza a necessidade de erradicar a pobreza para todas as pessoas e em todos os lugares. Neste sentido, Barueri demonstrou avanços significativos a partir da área de assistência e desenvolvimento social. O IDHM Renda do município é de 0,791 (ATLAS BRASIL, 2010) e o salário médio mensal encontra-se em torno de 4,4 salários mínimos (IBGE, 2018).

Os ODSs 2, 12, 15 e 13 indicaram uma baixa aderência no Plano de Metas de Barueri e posto isto, é necessário compreender as ações municipais frente a implementação destes ODSs. Para o alcance do ODS 2, o município apresenta muitas questões a serem fomentadas neste processo, entre elas, a obesidade infantil e o baixo peso ao nascer (IDSC-BR, 2021).

Porém, é importante destacar que muitas metas específicas deste ODS envolvem aspectos relacionados à agricultura e Barueri não apresenta área rural, considerando que a taxa de urbanização é de 100% e a pavimentação asfáltica é de 99,9% (BARUERI, 2015).

O ODS 12 aborda os padrões de produção e consumo sustentáveis. Embora o Plano de Metas indica baixa aderência deste ODS, Barueri apresenta indicadores satisfatórios relacionados a ele, entre eles, a gestão de resíduos sólidos eficaz, na qual 100% da população é atendida pela coleta seletiva (ATLAS BRASIL, 2017). Ademais, os materiais recolhidos são doados a uma cooperativa denominada “Cooperyara” que é responsável pela triagem e comercialização dos materiais (BARUERI, 2021). Sinaliza-se neste ODS, as iniciativas do município na promoção de práticas relacionadas às compras públicas sustentáveis, conforme observado nas metas municipais da área da saúde (BARUERI, 2017).

Tratando-se do ODS 15 que ressalta a importância da proteção da vida terrestre, Barueri possui um Departamento Técnico de Biodiversidade na Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) que busca proteger as espécies da fauna e flora, com o objetivo de manter a segurança ambiental e qualidade de vida dos munícipes. Desta forma, a equipe técnica composta por biólogos, engenheiros florestais, veterinários, entre outros profissionais, elaboram um planejamento estratégico com ações que fomentam a proteção da mata nativa, arborização urbana e proteção dos animais silvestres e domésticos (BARUERI, 2021).

Além disto, o município conta com um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e com um Centro de Proteção ao Animal Doméstico (CEPAD). O primeiro atende animais silvestres doentes oriundos de apreensão, vítimas de maus tratos ou de entrega voluntária. Assim, os profissionais prestam atendimento e realizam treinamentos com esses animais para a reintegração deles no habitat. O segundo é composto por unidades de resgate de animais doentes, feridos e violentos e unidades que abrigam cães e gatos para promover adoção (BARUERI, 2021).

Apesar das ações em prol da preservação do ecossistema terrestre há diversas fontes de pressão que comprometem a preservação do bioma Mata Atlântica que Barueri está inserido, dentre elas destacam-se: a especulação imobiliária, a baixa disponibilidade de

terrenos vagos para implantação de novos loteamentos, o que amplia o interesse por áreas recobertas por vegetação nativa e o interesse em expandir áreas para exploração de minérios (BARUERI, 2018). Diante do exposto, o IDSC-BR (2021) identifica a necessidade de ampliar as unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável no município.

Neste ínterim, considerando o estado crítico de conservação dos fragmentos da Mata Atlântica, Barueri apresentou a partir do Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA) 3 áreas prioritárias para a formação de novas unidades de conservação e 14 áreas para a criação de novos parques (BARUERI, 2018).

Em relação ao ODS 13 que fomenta ações contra a mudança global do clima, o município aponta um processo acentuado de formação de ilhas de calor provocado pelo desenvolvimento urbano acelerado da região após os anos 50. Desta forma, são perceptíveis as mudanças climáticas na região, como por exemplo, diminuição da garoa típica regional e redução dos nevoeiros no centro da cidade (BARUERI, 2018).

As alterações na qualidade do ar são provocadas por diferentes fontes de poluição do ar, dadas as ações antrópicas que emitem substâncias para a atmosfera. Os poluentes oriundos dos veículos são um dos principais problemas que afetam a qualidade do ar na região e por isto, é fundamental um controle das emissões veiculares e proteção das áreas verdes (BARUERI, 2018). Apesar de Barueri apresentar um baixo percentual do município desflorestado, é crucial reduzir as emissões de CO² per capita (IDSC-BR, 2021).

Os ODSs 6, 7 e 14 não receberam metas municipais direcionadas às metas específicas destes ODSs. Assim, sobre o ODS 6 que busca assegurar a disponibilidade de água e saneamento básico para todos, enfatiza-se que o município possui 100% da população atendida com o fornecimento de água encanada e 99,56% com acesso à rede de esgotamento sanitário. O percentual de pessoas internadas por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado reduziu de 1,30% em 2016 para 0,96% em 2017, revelando um potencial significativo do alcance deste ODS no longo prazo (ATLAS BRASIL, 2017).

Quanto ao ODS 7 que tem como foco o acesso à energia elétrica, o município possui 99,97% dos domicílios atendidos com energia (IDSC-BR, 2021). Já em relação ao ODS 14 que dispõe sobre a proteção da vida marinha, é fundamental compreender que as metas

específicas deste ODS são voltadas em sua maioria para proteger os ecossistemas marinhos e costeiros e segundo o IBGE (2019) o município de Barueri não pertence a nenhum sistema costeiro marinho. Contudo, a gestão dos recursos hídricos é primordial para o desenvolvimento sustentável e requer atenção dos gestores públicos na promoção de ações que minimizem os impactos causados pela ação humana.

A principal referência hidrográfica do município está atrelada à abrangência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, tendo como afluentes o Rio Cotia e o Rio Barueri Mirim, ambos tributários do Rio Tietê. Atualmente a disponibilidade de água subterrânea na Bacia do Alto Tietê mostra-se comprometida em 41% dada a grande ocupação humana na região. Esta bacia apresenta uma das situações mais críticas em relação às reservas de água exploráveis de água subterrânea, tendo em vista a alta taxa de impermeabilização do espaço que acelera o escoamento superficial e reduz a infiltração (BARUERI, 2018)

Destaca-se ainda, o papel fundamental do Rio Tietê para o desenvolvimento municipal e que hoje em dia encontra-se degradado por efluentes e resíduos lançados pelas sub-regiões da Bacia. Sendo assim, a falta de tratamento de esgoto nos anos anteriores determina o nível crítico de poluentes neste rio atualmente (BARUERI, 2018).

O município de Barueri iniciou tardiamente (em 2009) a implantação do sistema de coleta e encaminhamento do esgoto à Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Barueri. O estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico Setorial de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos a partir do Decreto Municipal nº 6.833/2010 assumiu um papel fundamental no saneamento básico do município (BARUERI, 2010). Embora somente 2% do esgoto era tratado nos anos anteriores, atualmente o município apresenta uma das maiores estações de tratamento de esgotos da América Latina (BARUERI, 2014; BARUERI, 2018).

Diante do exposto, esta subseção buscou apresentar a explanação do nível de aderência dos ODSs da Agenda 2030 no Plano de Metas de Barueri/SP, retratando os principais aspectos que caracterizam uma baixa, média ou alta aderência, a partir de uma pesquisa documental. Sendo assim, das 134 metas selecionadas da Agenda 2030 que podem ser aplicadas a nível municipal, Barueri contemplou a partir do Plano de Metas, 69 metas

específicas da agenda, o que demonstra cerca de 51,49% das metas dos ODSs contempladas no documento municipal.

Uma vez verificado o nível de aderência, a próxima subseção busca compreender as percepções dos gestores públicos do município e da sociedade civil, em relação aos resultados desta aderência. Ademais, pretende-se compreender os próximos passos da gestão pública municipal frente à consolidação da Agenda 2030 em Barueri/SP.

4.4 PERCEPÇÕES DOS GESTORES PÚBLICOS LOCAIS E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Esta seção tem como objetivo apresentar os apontamentos dos entrevistados em relação aos níveis de aderência dos ODSs contemplados no Plano de Metas municipal, assim como, compreender os aspectos relacionados às mudanças de gestão no município, os objetivos e desafios do CBCS e do Núcleo ODS Barueri. Desta forma, o Quadro 06 localiza as falas dos entrevistados referentes aos ODSs que apresentaram uma alta aderência no Plano de Metas de Barueri/SP.

Quadro 06 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de alta aderência no Plano de Metas de Barueri/SP

			Poder Público Local	Sociedade Civil Organizada
ALTA ADERÊNCIA	ODS 3	Priorização máxima da área de saúde no Plano de Governo 2017-2020	X	
		Estrutura satisfatória da saúde no município		X
		Ausência de ações contínuas entre a Secretaria da Saúde e o Núcleo ODS Barueri		X
	ODS 4	Necessidade de reforçar a presença dos ODSs nos planos pedagógicos		X
	ODS 8	Criação de bairros planejados como Tamboré e Alphaville para atender a demanda por emprego na região	X	
		Manter os níveis de oferta de emprego e crescimento	X	

		econômico do município			
		Alta quantidade de empresas no município		X	
		Presença de empresas de tecnologia, uma área-chave para o desenvolvimento urbano, especialmente em um cenário de pandemia		X	
		Necessidade de verificar o real impacto social das empresas no município e alinhar seus objetivos com a Agenda 2030		X	
	ODS 10		Inserção de políticas públicas para a inclusão social das mulheres	X	
			Índice de Gini elevado no município	X	
			Desigualdades sociais em todas as áreas		X
	ODS 16		Priorização da segurança pública municipal	X	
			Trabalhar com todas as instâncias para garantir uma política de paz e justiça		X
			Necessidade de trabalhar com ações conjuntas com a Promotoria Pública		X

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os ODSs (3,4,8,10 e 16) foram aqueles que apresentaram uma maior aderência no Plano de Metas municipal, uma vez que segundo o Poder Público Local, foram áreas prioritárias no Plano de Governo 2017-2020, especialmente a área da saúde. A seguir, destacam-se as principais falas dos entrevistados, referentes ao ODS 3:

O ODS 3 saúde, é uma área prioritária no município, pois a gestão 2017-2020 do município enfatizou a priorização da saúde a fim de tornar Barueri referência neste aspecto. Assim, buscou-se melhorias no diagnóstico e nas unidades básicas de saúde (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A saúde nos mostra que estamos bem em termos de estrutura. Mas pensando nos ODSs, precisamos melhorar as ações contínuas entre a secretaria da saúde e o núcleo ODS, para que não haja ações isoladas em prol da população (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Conforme destacado pelos entrevistados, percebe-se que a gestão pública municipal vem trabalhando na ampliação da saúde básica municipal, por meio de melhorias nos serviços de diagnóstico e construção de novos estabelecimentos básicos de saúde. Estas ações são perceptíveis para a Sociedade Civil Organizada, que aponta a boa estrutura municipal nesta área, apesar da ausência de programas contínuos que versam sobre todas as metas e indicadores do ODS 3.

Quanto à área da educação (ODS 4), os respondentes apontam que:

Para a educação, buscamos sempre melhorar os indicadores dessa área no município (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A educação é uma área muito importante, especialmente porque devemos nos questionar se temos uma educação de qualidade. “Os ODSs são levados para as escolas?”. Isso reflete a importância das secretarias estarem alinhadas com os ODSs. A secretaria da educação participa de alguns fóruns e projetos com o núcleo, mas precisamos garantir a continuidade das secretarias nessas áreas prioritárias, pois é importante alinharmos todos os objetivos (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Percebe-se que a educação de qualidade no município ainda é um desafio conforme destacado pela Sociedade Civil Organizada. Apesar da busca constante do Poder Público Local para melhorar os indicadores de educação, a Sociedade Civil aponta que é necessário uma participação efetiva e constante da Secretaria da Educação, para que haja o alinhamento dos objetivos da secretaria com todas as metas do ODS 4, além da necessidade da secretaria priorizar os ODSs na prática nos Planos Pedagógicos.

Tratando-se do ODS 8 (emprego e crescimento econômico), os entrevistados afirmam que:

Também buscamos manter nossos bons índices de emprego. Temos um bom fôlego econômico no município e uma alta oferta de empregos, justamente pela criação de bairros como o Alphaville e Tamboré, que cresceram planejados para atender a demanda de emprego no município. Até os anos 90, Barueri era uma cidade dormitória, na qual as pessoas só dormiam aqui e iam trabalhar em Osasco e em São Paulo, hoje, temos um nível de oferta de emprego satisfatório que contempla toda a região e nossas metas são sempre voltadas para manter esse nível ou melhorá-lo. Queremos continuar sendo referência em termos de emprego e crescimento econômico e para isso, as metas municipais são voltadas para isso (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A questão do emprego é uma análise interessante, pois antes Barueri era uma cidade dormitória — as pessoas dormiam aqui, mas trabalhavam na cidade de São Paulo. Atualmente, temos muitas empresas no município e uma das áreas que vêm

crescendo muito aqui é a tecnologia. Em um cenário de pandemia, isso torna a importância dessas empresas ainda mais relevante. Mas infelizmente, ainda há uma dificuldade de trazer essas empresas para o nosso núcleo. Em termos de empregabilidade, a quantidade de empresas presentes no município é ótima, porém, deve-se questionar o real impacto social das empresas aqui e como elas podem contribuir para a Agenda 2030 (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Tanto o Poder Público Local, como a Sociedade Civil Organizada, reconhecem as mudanças no município em relação ao nível de oferta de empregos. Ambos enxergam a transição do município de Barueri de uma cidade dormitória para uma cidade que concentra um pólo de empregos que beneficia toda a região.

Em relação ao ODS 16, apenas a Sociedade Civil Organizada fez menção a respeito deste objetivo, sinalizando que:

A política de paz e justiça, deve trazer todas as instâncias, como por exemplo, deve-se pensar em ações conjuntas com a Promotoria Pública. A justiça não deve ser pensada apenas na punição, mas também na prevenção (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Desta forma, salienta-se a necessidade do Poder Público Local envolver a Promotoria Pública nas políticas de paz e justiça, para uma melhor efetividade do ODS 16.

O Quadro 07 situa os apontamentos de cada entrevistado referentes aos ODSs com média aderência no Plano de Metas municipal.

Quadro 07 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de média aderência no Plano de Metas de Barueri/SP

			Poder Público Local	Sociedade Civil Organizada
MÉDIA ADERÊNCIA	ODS 1	Presença de mais de 20 mil famílias em situação de vulnerabilidade, mesmo com toda atenção dos gestores nesta área	X	
		Busca constante por melhorias nos indicadores de redução da pobreza	X	
		Mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade	X	

		Desigualdades sociais	X	X	
		Necessidade de compreender as ramificações das desigualdades sociais		X	
	ODS 5		Criação da Secretaria da Mulher	X	
			Baixo percentual de mulheres em cargos de chefia na Administração Pública	X	
			Recorde de assentos ocupados por mulheres na Câmara Municipal nas eleições de 2020	X	
			Estabelecimento de políticas públicas que fomentam a questão de gênero	X	
			Ações de longo prazo para a igualdade de gênero	X	
			Capacitação das mulheres	X	
			Efetividade dos projetos desenvolvidos pela Secretaria da Mulher		X
	ODS 9		Crescimento das áreas de tecnologia e inovação		X
			Manter os padrões já alcançados em termos de quantidade de indústrias	X	
	ODS 11		Melhorar a mobilidade interna do município	X	
			Construir malhas cicloviárias	X	
			Dificuldade de locomoção		X
			Necessidade de conscientizar e promover as possibilidades para o uso de transportes alternativos		X
	ODS 17		Manter as parcerias público-privadas	X	
			Promover benefícios fiscais, mas compreender o retorno social das empresas ao município		X
		Necessidade de captar recursos das destinações de imposto de renda de pessoas jurídicas		X	
		Sensibilizar as empresas quanto à doação de imposto de renda		X	

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Os ODSs (1,5,9,11 e 17) foram aqueles que apresentaram uma média aderência no Plano de Metas municipal. Quanto ao ODS 1, os entrevistados salientam que:

Temos 20 mil famílias em situação de vulnerabilidade, o perfil dessas famílias são de dependência química, doenças mentais e também muitas famílias novas que vêm para Barueri em busca de novas oportunidades. Esse número expressivo de famílias que vivem nessas condições, é questionado por nós gestores, que entendemos que parte deste número é contraído de municípios vizinhos, justamente pela oferta de programas de assistência social e o fôlego econômico que o município possui. Mas precisamos realizar ações para acompanhar essas famílias e tirá-las dessa situação (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

Devemos entender que o ODS 1 implica em todas as outras áreas e por isso é importante compreender as ramificações das desigualdades sociais (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

O Poder Público Local reconhece que há um número significativo de famílias que vivem em situações de vulnerabilidade no município, apesar da ampla atuação das áreas de assistência social e desenvolvimento. Para a Sociedade Civil Organizada, esta questão só irá melhorar se este ODS for trabalhado em conjunto com outros ODSs e áreas pertinentes, reconhecendo de fato todos os fatores que levam às desigualdades sociais.

No que tange ao ODS 5 (igualdade de gênero), especialmente em relação à baixa participação das mulheres nos assuntos políticos, os entrevistados apontam:

Sobre o ODS 5, temos uma baixa participação de mulheres na vida política e também nos cargos de chefia (como secretários por exemplo), existem muito mais secretários homens nas pastas do que mulheres. Apesar de tudo, as eleições de 2020 bateram o recorde de mulheres na Câmara Municipal, sendo que hoje temos 4 vereadoras. Nos anos anteriores tínhamos 2 mulheres vereadoras e já tivemos anos com nenhuma vereadora na Câmara. As ações voltadas à igualdade de gênero são de longo prazo no município, a Secretaria da Mulher por exemplo, é uma pasta recente que vem discutindo a implementação de políticas públicas que fomentam esta questão de gênero em Barueri. A Secretaria da Mulher também vem trabalhando com a capacitação das mulheres, para elas alcançarem sua independência financeira, se envolverem em questões que vão além das atividades do lar, também fomentamos as atividades físicas para as mulheres, entre outras atividades que a Secretaria da Mulher promove (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A Secretaria da Mulher vem trabalhando na tentativa de melhorar a participação da mulher em todas as áreas, inclusive a política. Muitos projetos desta secretaria foram expostos em stands em 2018, que sinalizaram essas ações (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

A Gestão Pública Municipal revela que a Secretaria da Mulher é uma pasta recente que tem contribuído para as melhorias na igualdade de gênero. A Sociedade Civil Organizada também reconhece o papel desta secretaria no cumprimento do ODS 5, especialmente a partir de diversos projetos criados por esta secretaria. É importante destacar que segundo o Poder Público Local, as ações desenvolvidas nesta área são de longo prazo, portanto, cabe aqui destacar a necessidade de verificar os avanços e/ou retrocessos do município nos próximos anos.

Os ODSs 9 e 17, são retratados pelos entrevistados que sinalizam como a área de indústria e as parcerias de implementação dos ODSs estão no município:

Em termos de indústria, buscamos manter os padrões já alcançados, em relação ao emprego, melhorias na infraestrutura e manter as parcerias público-privadas (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

O setor de tecnologia vem crescendo no município, sendo esta área de extrema importância principalmente em um cenário de pandemia (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Sobre o ODS 17, nas parcerias de implementação dos ODSs temos que pensar sim nos investimentos, nas políticas de benefícios fiscais para as empresas, porém, não podemos pensar somente na isenção fiscal, mas no retorno desta empresa para a sociedade, no real impacto social das empresas. Há muitas resistências em doar imposto de renda. Com a quantidade de empresas que temos, isso geraria muitas verbas para o município. A destinação de imposto, criação de fundos, pode alavancar iniciativas voltadas às soluções inovadoras (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

É perceptível para a Sociedade Civil Organizada, a expansão do setor industrial no município, especialmente na área de tecnologia. Desta forma, considera-se que o Poder Público Local busca manter os níveis de oferta de emprego a partir da atração de empresas no município, seja por meio de incentivos fiscais ou outras formas de subsídios.

As parcerias de implementação dos ODSs ainda é um nicho a ser explorado, pois, apesar do alto nível de investimentos no município e os benefícios fiscais gerados para as empresas, não se percebe o retorno social das empresas para a população. Uma das alternativas apontadas pela Sociedade Civil Organizada para esta questão, é a doação de imposto de renda das empresas para criação de fundos que fomentem iniciativas inovadoras no município.

Sobre o ODS 11, especificamente sobre a mobilidade urbana em Barueri, os entrevistados apontam que:

A mobilidade urbana é um assunto que requer atenção no município, principalmente porque Barueri é um município cortado pela rodovia Castelo Branco, que dá acesso às marginais e rodoanel e estamos no meio do caminho para a capital do Estado. A Secretaria de Meio Ambiente entende que deve-se investir na mobilidade interna do município, construindo uma malha cicloviária e melhorar o trânsito interno da cidade. Entretanto, a área técnica de transporte e infraestrutura entende que é preciso ampliar o acesso às saídas e entradas para o município. Ainda estamos trabalhando nesta questão (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A mobilidade urbana é uma questão difícil de trabalhar. Hoje em Barueri, deve-se pensar na locomoção, acessibilidade e na promoção de transportes alternativos. Não há uma cultura de usar meios de transporte alternativos por parte da população e a locomoção tem sido cada vez mais prejudicada (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Desta forma, entende-se que a mobilidade urbana no município requer a atenção dos gestores públicos locais, na qual, o incentivo ao uso de meios de transporte alternativos é uma das opções viáveis para melhorar esta questão. As parcerias com outras áreas técnicas são necessárias, pois, é imprescindível uma ação de conscientização à população sobre a importância de transportes alternativos e não poluentes.

Em relação aos ODSs de baixa aderência, o Quadro 08 localiza as falas dos entrevistados sobre cada um deles.

Quadro 08 - Principais apontamentos referentes aos ODSs de baixa aderência no Plano de Metas de Barueri/SP

			Poder Público Local	Sociedade Civil Organizada
	ODS 2	Trabalhar em ações conjuntas com outros ODSs		X
		Eliminar as campanhas de emergência e trabalhar com ações efetivas para a solução dos problemas sociais		X
	ODS 12	Necessidade de ampliar o número de pessoas que separam os resíduos	X	X

BAIXA ADERÊNCIA		Elevado volume de resíduos gerados pela população local		X
		Identificar os principais desafios da coleta seletiva no município		X
	ODS 13	Sensibilizar as empresas em relação ao seu papel na emissão de CO ²		X
	ODS 15	-	-	-

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Quanto ao ODS 2, a Sociedade Civil Organizada ressalta que:

O ODS 2 implica em todas as outras áreas: saúde, educação, emprego, etc. Devemos enxergar as ramificações das desigualdades e não agir com campanhas de emergência, por exemplo, a doação de cestas básicas. De fato, até mesmo o núcleo faz isso. Mas não podemos olhar de forma isolada para este ODS, precisamos de ações contínuas (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

A erradicação da fome deve ser trabalhada em conjunto com outras áreas, conforme mencionada pela Sociedade Civil Organizada. Segundo o entrevistado, deve-se pensar em ações efetivas que solucionem os problemas atrelados à fome e às desigualdades.

Em relação ao ODS 12, os entrevistados apontam:

Tratando-se da coleta seletiva, o município iniciou a capacitação das famílias para a formalização da cooperativa em 2001, sendo que em 2002 a Cooperyara foi oficializada. Apesar desta grande conquista para o município, precisamos reforçar a conscientização das pessoas sobre a separação correta do lixo (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

Ainda geramos muitos resíduos hoje e não era pra ser assim. Falta conscientização das pessoas em relação ao descarte correto, devemos conversar com a cooperativa para compreendermos as dificuldades das famílias, se é a baixa captação, se é o resíduo sujo, entre outras possibilidades, para entendermos os principais desafios da coleta seletiva no município (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Sobre a produção e consumo sustentáveis, nós temos hoje um consumidor muito mais sensibilizado e consciente, porém, para aqueles que são, nem sempre temos um mercado que nos ofereça produtos que seguem esses padrões (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Observa-se que apesar da criação da Cooperyara em 2002, ainda se faz necessário uma maior atuação da gestão pública municipal na conscientização sobre a importância do descarte correto dos resíduos.

Nota-se a ausência de mercados que ofereçam produtos que seguem padrões sustentáveis e portanto, cabe destacar a oportunidade do Poder Público Local incentivar os padrões sustentáveis de consumo e produção, a fim de ampliar a base do desenvolvimento urbano sustentável no município.

Quanto ao ODS 13, a Sociedade Civil Organizada sinaliza:

[...] em relação às mudanças climáticas, devemos atribuir um papel importante para as empresas emissoras de CO², na qual, pouco se preocupam com essa questão (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Portanto, ressalta-se a ausência da sensibilização das empresas em relação à emissão de CO², que contribuem para as mudanças climáticas.

O Quadro 09 situa os principais apontamentos dos entrevistados referentes aos ODSs 6, 7 e 14 que não foram contemplados no Plano de Metas do município.

Quadro 09 - Principais apontamentos referentes aos ODSs sem aderência no Plano de Metas de Barueri/SP

			Poder Público Local	Sociedade Civil Organizada
SEM ADERÊNCIA	ODS 6	Toda a população possui o acesso à água potável e saneamento básico	X	X
	ODS 7	Priorizar a substituição da iluminação pública por LEDs	X	
	ODS 14	Melhorar o tratamento de esgoto	X	X
		Trabalhar em conjunto com outros municípios para despoluir a água		X

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Os entrevistados concordam que estes ODSs não são prioridades municipais, considerando que Barueri/SP possui toda a população com acesso à água potável, saneamento básico e energia elétrica. Mas algumas melhorias podem ser realizadas, segundo os apontamentos dos entrevistados:

No ODS 14 temos que melhorar o tratamento de esgoto. Por enquanto, ainda estamos priorizando outras áreas, mas já identificamos melhorias a serem feitas em prol deste ODS. Os outros ODSs 6 e 7, não consideramos prioridade, uma vez que o município atende toda a população com o abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica. Porém, no caso da energia, consideramos fundamental algumas melhorias como a substituição por LED na iluminação pública, nos próximos anos (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

A população possui acesso a água potável, mas precisamos melhorar o tratamento de esgoto, pois a poluição da água é uma dificuldade e alcançar resultados satisfatórios depende de uma ação em conjunto com os outros municípios. Então, não depende apenas de Barueri (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

O tratamento do esgoto, bem como a despoluição de alguns rios que passam pelo município, como o Rio Tietê e Cotia, são ações que requerem a atenção do Poder Público para melhorar o alcance do ODS 14. Entretanto, destaca-se que os ODSs que envolvem os aspectos voltados aos recursos naturais, como a questão da água por exemplo, são aqueles que necessitam de uma atuação conjunta de todo o Poder Público Regional, uma vez que as ações de diferentes municípios impactam todo o ecossistema regional.

Quanto aos ODSs 6 e 7, ambos os entrevistados concordam que todos os municípios possuem acesso à água potável e energia elétrica, o que significa que o município de Barueri/SP já garante o direito universal de acesso a esses serviços básicos essenciais à vida humana.

Em relação à aplicação dos ODSs no município, a Sociedade Civil Organizada salienta que:

O município de Barueri é muito sensibilizado à questão ambiental, temos a atuação da sociedade civil que se faz presente nas discussões, então, pode-se dizer que é um município mais preparado também para atuar nesta questão. Em Barueri já se enxerga a relevância da Agenda 2030, o que em muitos municípios, até mesmo próximos e com realidades parecidas, não se enxerga. O Núcleo ODS Barueri hoje está se tornando até mesmo um Núcleo Regional, tendo em vista o trabalho do movimento não apenas no município, mas também na região. Além disso, a adesão do município ao Programa Cidades Sustentáveis permite uma gestão pública melhor em relação à Agenda 2030 (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

A preparação do município frente à implementação da Agenda 2030 é nítida para a Sociedade Civil Organizada, que atua junto ao Poder Público Local nas discussões e no estabelecimento de ações que fomentam os aspectos da sustentabilidade. Ademais, destaca-se o uso das ferramentas e instrumentos de planejamento do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) que permitem uma maior eficiência e eficácia na implementação da agenda.

Dentre os ODSs mais distantes de serem alcançados, a Sociedade Civil Organizada (2021) entende que os ODSs 10, 4 e 16 requerem muita atenção do Poder Público Local, além de alguns indicadores do ODS 3, como a mortalidade materna.

Ao questionar a Sociedade Civil Organizada sobre as ações dos gestores públicos na implementação da Agenda 2030 serem ou não perceptíveis, a entrevistada responde:

Os esforços do Poder Público para implementar a Agenda 2030, principalmente dos integrantes do CBCS, são enormes. O Poder Público de Barueri aderiu com bastante êxito ao PCS e a Agenda 2030, o que falta é divulgar mais esse trabalho e avaliar os resultados para construirmos uma base histórica (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Desta forma, percebe-se que o município de Barueri/SP vem atuando nas áreas pertinentes dos programas nacionais e internacionais que versam sobre o desenvolvimento sustentável. Porém, cabe ao Poder Público do município, uma atuação mais efetiva nos aspectos voltados à educação ambiental da população, o que permitirá um maior engajamento, sensibilização e conhecimento dos cidadãos em relação a esses programas ambientais.

Quanto à relação entre o Poder Público Local e a Sociedade Civil Organizada, a entrevistada salienta que:

[...] alguns integrantes do CBCS fazem parte do Núcleo ODS Barueri e alguns representantes do núcleo também participam das reuniões do comitê. A relação entre a sociedade civil e o Poder Público vem se fortalecendo a cada ano. A sociedade civil e a gestão pública criaram planos estratégicos e de ação juntos e portanto, considero que há um bom diálogo.

A relação da Sociedade Civil Organizada com o Poder Público Local vem se fortalecendo, na qual, ambos participam dos diálogos e debates pertinentes às questões de

sustentabilidade no município, o que significa que há um amplo espaço de participação para todos os *stakeholders* nas discussões pertinentes.

Sobre o papel da Sociedade Civil Organizada em acompanhar e cobrar os gestores públicos locais para aplicar os ODSs no município, a entrevistada responde que:

Há algumas secretarias mais sensibilizadas, outras não e com isso, as próprias instâncias mais sensibilizadas acabam fazendo essa cobrança. A Sociedade Civil também faz essa cobrança respaldada no TCE-SP, no que diz respeito ao alinhamento dos planos com a Agenda 2030. Fizemos um manifesto, que está disponível no youtube, demonstrando como que o Tribunal de Contas acaba punindo as cidades que não se alinham, que é com a falta de repasse de verbas. Isso tornou-se uma espécie de incentivo, para o alinhamento de algumas secretarias que estavam mais inflexíveis nesta questão (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Assim, ressalta-se que a Sociedade Civil Organizada do município de Barueri atua em prol da consolidação da Agenda 2030 no município e cobra o Poder Público Local na aplicação dos ODSs em Barueri, por meio de manifestos publicados no canal Núcleo ODS Barueri no Youtube.

Apesar do avanço do município na implementação da agenda a nível local, percebe-se a resistência de alguns órgãos públicos em aderir e alinhar a Agenda 2030 com os seus objetivos. Portanto, ressalta a importância de trabalhar os ODSs de forma integrada e com o envolvimento e engajamento de todas as instâncias.

Tratando-se dos assuntos relacionados às mudanças de gestão no município e aos objetivos e desafios do Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) e o Núcleo ODS Barueri, os entrevistados apontam que:

A mudança de gestão é um desafio como sempre, pois corre o risco de acontecer a descontinuidade dos programas e projetos, entretanto, a gestão municipal de Barueri vem apresentando um amplo interesse nessa área (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Difícilmente tem ruptura quando a gestão muda a gestão. A forma como as coisas são feitas pode até mudar e podemos priorizar algumas áreas mais do que outras, de acordo com o plano de governo. Mas programas assim como o Programa Cidades Sustentáveis, a Agenda 2030, Município VerdeAzul, entre outros, eles não deixam de existir. Na verdade, o município não deixa de participar destes programas. A gestão sempre continua o trabalho da gestão anterior, mas podem mudar a forma que trabalham com esses programas. E também, é importante ressaltar que em Barueri sempre permanece o mesmo partido político, dificilmente muda e quando

muda não sentimos tanta ruptura em termos de permanência ou continuidade de certos programas e/ou projetos (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

Embora a mudança de gestão possa implicar em descontinuidade de programas aderidos nas gestões anteriores, percebe-se que isto não acontece no município de Barueri/SP. Isto porque sempre permanece o mesmo partido político no poder e ainda que haja alteração, não há rupturas nos programas adotados pela gestão anterior.

No tocante aos objetivos e desafios do Poder Público Local e do Núcleo ODS Barueri, para a consolidação da Agenda 2030 no município, os respondentes revelam que:

A priorização desta pauta de sustentabilidade é um dos principais desafios para as outras pastas, visto que muitos pensam que a sustentabilidade é uma pauta que corresponde somente à Secretaria de Meio Ambiente. Avançamos muito neste quesito, incorporamos diversas secretarias já no ensejo de implementar a Agenda 2030 no município, mas queremos contemplar todas as secretarias e a sociedade civil com uma nova proposta de comissão municipal. Na gestão de 2013-2016, tínhamos mais secretarias envolvidas e a presença da sociedade civil era muito mais forte nos debates ambientais, na proposta de tornar o município mais sustentável. Na gestão 2017-2020, o número de secretarias envolvidas diminuiu, mas conseguimos alinhar todos os objetivos e metas das secretarias envolvidas de acordo com o Plano de Governo e os resultados foram satisfatórios. Assim, as expectativas geradas a partir da lei estabelecida em 2018 é integrar todas as secretarias e ter um diálogo aberto e direto com a sociedade civil por meio desta nova comissão e deixar essa pauta de sustentabilidade, do alcance dos ODS como uma questão prioritária em toda a prefeitura, em todas as secretarias, não só Meio Ambiente, justamente para valorizarmos o slogan assumido pela prefeitura de Barueri neste ano de 2021 de Barueri uma cidade inteligente e **sustentável** (PODER PÚBLICO LOCAL, 2021).

O nosso objetivo principal é coordenar a gestão do voluntariado neste movimento e promover o engajamento de mais atores no Núcleo. A adesão é um dos desafios pertinentes no município, especialmente a adesão por parte de empresas de grande porte. Precisamos trabalhar a adesão e o voluntariado, fortalecer a comunicação e o diálogo com as empresas, especialmente porque Barueri tem muitas empresas e há uma baixa adesão delas ao movimento (SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, 2021).

Os objetivos e desafios do Poder Público Local são: priorizar as questões de sustentabilidade em todos os órgãos públicos municipais, envolver todas as secretarias e a sociedade civil nos debates ambientais — principalmente após a instituição da Lei 2603/2018 que determina a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030).

Em relação à Sociedade Civil Organizada, busca-se a sensibilização e o aumento da participação das empresas de grande porte no Núcleo ODS Barueri, a fim de fortalecer o diálogo entre diferentes atores municipais.

Uma vez levantadas as percepções do Poder Público Local e da Sociedade Civil Organizada, entende-se que o município apresenta boas condições para a consolidação dos ODSs até 2030. Portanto, destaca-se a necessidade de uma maior sensibilização de todos os atores municipais, conforme exposto pelos entrevistados.

Ressalta-se que a empregabilidade das ferramentas de gestão do PCS permitiu a implementação da Agenda 2030 no município, fomentando um desenvolvimento urbano sustentável. Desta forma, a próxima seção busca apresentar as considerações finais desta pesquisa, a partir da síntese dos documentos levantados e informações obtidas por meio das entrevistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo acelerado de urbanização intensificou os problemas ambientais, impondo aos gestores públicos locais a necessidade de estabelecer um planejamento urbano sustentável e inclusivo, a fim de cumprir os objetivos globais de redução da pobreza e da desigualdade, propostos pela Agenda 2030. Para isto, a gestão pública utiliza instrumentos de planejamento que são primordiais no mapeamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) nos governos locais.

Assim, este estudo buscou identificar as práticas de gestão do município de Barueri/SP em relação à aplicação dos ODSs da Agenda 2030 no âmbito municipal. A aplicação destes ODSs no município, acontece por meio do uso das ferramentas de gestão do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) que alinha seus eixos e indicadores com os ODSs.

Portanto, esta pesquisa analisou como as metas específicas dos ODSs da Agenda 2030 estão sendo contempladas pelo Plano de Metas elaborado pelo Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) do município de Barueri/SP.

Para alcançar o objetivo deste estudo, realizou-se uma revisão integrativa da literatura sobre o tema em análise. Desta forma, ao investigar a Gestão Pública, Agenda 2030 e Programas Ambientais, observa-se que esta temática é recorrente e atual, uma vez que há um maior número de artigos publicados em 2020. Entretanto, percebe-se a ausência de mecanismos de avaliação da implementação da Agenda 2030 em diferentes níveis de governo.

Ressalta-se que o setor público recebe uma função primordial na implementação dos ODSs, mas as parcerias *multistakeholders* entre instituições de ensino superior, empresas privadas e sociedade civil, são fundamentais para alcançar bons resultados nesta implementação.

Ao analisar a implementação da Agenda 2030 no município de Barueri/SP, identifica-se que o Departamento de Planejamento Ambiental (DPA) da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA) do município é o órgão responsável pela coordenação dos programas ambientais.

Entretanto, dada a transversalidade desta agenda, o município instituiu o Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS) que é composto por diferentes secretarias municipais, para elaborar e realizar o diagnóstico do Plano de Metas municipal. O delineamento deste documento segue os parâmetros e indicadores propostos pelo Programa Cidades Sustentáveis (PCS) a fim de implementar a Agenda 2030 no âmbito municipal.

Ao verificar a aderência da Agenda 2030 no Plano de Metas do município, observa-se que das 134 metas selecionadas da agenda que podem ser aplicadas a nível municipal, Barueri contemplou 69 metas específicas da agenda, o que demonstra cerca de 51,49% das metas dos ODSs contempladas no documento municipal.

Para melhor compreender as razões que levaram o município a alcançar este resultado, aplicaram-se duas entrevistas semiestruturadas, sendo uma para o Poder Público Local e a outra para a Sociedade Civil Organizada. Identificaram-se os apontamentos convergentes e divergentes destacados pelos entrevistados a fim de compreender os resultados da aderência de cada ODS.

Ressalta-se que de acordo com esta pesquisa, os ODSs 6 (água potável), 7 (energia acessível e limpa), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (mudança global do clima) e 17 (parcerias de implementação dos ODSs) são aqueles que apresentam menos desafios, o que significa que são os ODSs mais próximos de serem alcançados. Entretanto, os indicadores desses ODSs devem ser acompanhados pela gestão pública municipal que deve manter os bons indicadores destes ODSs e/ou melhorar aqueles que apresentam desafios significativos.

Salienta-se que alguns ODSs dependem não somente da atuação do Poder Público Local, mas sim, de todo o Poder Público Regional, como é o caso do ODS 14 (vida na água). Apesar dos esforços municipais nesta área, o tratamento de esgoto é um dos aspectos que devem ser melhorados, entretanto, esta é uma ação que envolve múltiplos atores e que não depende apenas do município.

Os ODSs 1, 2 (erradicação da pobreza e da fome, respectivamente) 3 (saúde), 4 (educação), 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades), 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 15 (vida terrestre) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) são

aqueles que apresentam maiores desafios para serem alcançados em sua totalidade. Assim, as questões de desigualdades sociais, número significativo de famílias em situação de vulnerabilidade, alguns indicadores de saúde, implementação dos ODSs na prática escolar, participação das mulheres na vida política, mobilidade urbana, emissão de CO² e reforço da política de paz e justiça, são aquelas que necessitam de uma maior atenção do Poder Público Local que deve priorizar essas áreas e sensibilizar o setor privado e a população a fim de trabalharem coletivamente nessas áreas, para não deixar ninguém para trás.

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, entende-se que o município de Barueri/SP apresenta boas condições para a consolidação dos ODSs até 2030, o que indica que o município possui uma perspectiva assertiva para um desenvolvimento urbano sustentável. Destaca-se a necessidade de uma maior sensibilização de todos os atores municipais, conforme exposto pelos entrevistados. Isto porque, a Agenda 2030 salienta a importância das parcerias para a implementação dos ODSs, evidenciando que todos os *stakeholders* possuem um papel a cumprir diante do desenvolvimento sustentável.

Sugere-se como contribuições para pesquisas futuras, a comparação dos resultados apresentados nas próximas gestões, a fim de compreender se de fato o município está avançando para a consolidação da Agenda 2030 e verificar se as relações com a Sociedade Civil Organizada, especificamente com o setor privado, estão se fortalecendo.

Indica-se estudos futuros que analisem o município de Barueri/SP enquanto uma cidade inteligente, visto que este conceito também tem sido um nicho explorado pela academia e que apresenta uma relação com o conceito de cidade sustentável. Reforça-se neste sentido, o fato do município ter se aprofundado nos últimos anos nas áreas de tecnologia e inovação.

Diante do exposto, espera-se que este estudo contribua também para o desenvolvimento de pesquisas futuras em outros municípios, a fim de identificar outras ferramentas e práticas de gestão que permitem um desenvolvimento urbano sustentável e resiliente de acordo com a realidade local, uma vez que a troca de ideias, informações e explanação de métodos são aspectos basilares para o sucesso da construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcela Nunes. **Proposta de método de análise de coerência de políticas na interface nacional global de agendas de desenvolvimento**: estudo aplicado ao ppa 2016-2019 do governo federal do brasil diante da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável. 2017. 112 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciência Ambiental, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <http://cienciaambiental.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/258/2018/09/TCC-ficha-Marcela-Nunes-Aguiar-Orienta%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-Prof-a-Patricia-Almeida-Ashley-Uff-Curso-de-Ci%C3%83%C2%A3ncia-Ambiental.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AKOBENG, Anthony. Understanding systematic reviews and meta-analysis. *Archives of Disease in Childhood*, 90, 845-848, 2005. <http://dx.doi:10.1136/adc.2004.058230>. Disponível em: <https://adc.bmj.com/content/90/8/845>. Acesso em 05 jul. 2020.

ALFONSIN, Betânia. O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas. **Revista Direito e Democracia**, Canoas, v. 2, n. 2, p. 309-317, jul. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/43236353_O_Estatuto_da_cidade_e_a_construcao_de_cidades_sustentaveis_justas_e_democraticas. Acesso em: 19 jul. 2020.

ARAÚJO, Ana Beatriz Arantes; MACHADO, Lucas Oliveira; FERREIRA, Marrielle Maia Alves. Entidades Fiscalizadoras Superiores e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Meridiano 47 - Journal Of Global Studies**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 1-17, 20 jul. 2020. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. <http://dx.doi.org/10.20889/m47e21008>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/29991/26646>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabete Melo (org). São Paulo: Cortez/IEE, p.29-39, 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). **Habituação**: Percentual de domicílios com água, esgoto e com coleta de lixo no município - Barueri/SP. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350570#sec-habitacao>. Acesso em: 01 maio. 2021.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM**: Metodologia. 2010. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?authkey=%21AHWsj%2DUGXcU7LKE&cid=124653557C0404EC&id=124653557C0404EC%2122849&parId=124653557C0404EC%2122848&o=OneUp>. Acesso em: 14 ago. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL).

Participação Política. 2017. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350570#sec-politica>. Acesso em: 01 maio. 2021.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (ATLAS BRASIL). **Saúde:**

Percentual de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/350570#sec-saude>.

Acesso em: 01 maio. 2021.

BACHENDORF, Cassiana Ferreira *et al.*, Municípios paranaenses sob a ótica dos indicadores de cidades inteligentes e sustentáveis: uma análise estatística. : uma análise estatística. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 206-222, dez. 2018. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6880/3897>. Acesso em: 13 maio 2020.

BARCELLOS, Silvia Helena.; ASSUNÇÃO, Juliano Junqueira. **Guerra Fiscal Municipal: uma estratégia de Desenvolvimento? O caso de Barueri e Santana de Parnaíba.** Brasília: ESAF, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edições 70: Presses Universitaires de France, 1977.

BARROS, Marcelo. O Papel do TCU na Implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista do Tcu**, São Paulo, v. 1, n. 136, p. 12-15, ago. 2016. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCUCU/article/view/1350>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BARUERI. **Atribuições da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SEMA).** 2020. Disponível em:

<http://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/secretaria-recursos-naturais-meio-ambiente/atribuicoes-sema>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BARUERI. **Barueri é a primeira no Brasil em Governança e Economia.** 2017. Disponível em:

<https://portal.barueri.sp.gov.br/noticia/28062017-barueri-e-primeira-no-brasil-em-governanca-e-economia>. Acesso em: 10 maio. 2020.

BARUERI. **Barueri traz ao Brasil o prêmio internacional de Cidade Inteligente.** 2018. Disponível em:

<https://portal.barueri.sp.gov.br/Noticia/12112018-barueri-traz-ao-brasil-premio-internacional-de-cidade-inteligente>. Acesso em: 12 maio 2020.

BARUERI. **Biodiversidade e Serviços**. 2021. Disponível em:
<https://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/secretaria-recursos-naturais-meio-ambiente/biodiversidade-servicos>. Acesso em: 01 maio. 2021.

BARUERI. **Cidade Inteligente**: Barueri recebe mais um prêmio por soluções tecnológicas. 2019. Disponível em:
<https://portal.barueri.sp.gov.br/Noticia/23072019-cidade-inteligente-barueri-recebe-mais-um-premio-por-solucoes-tecnologicas>. Acesso em: 10 maio 2020.

BARUERI. **Coleta Seletiva**. 2021. Disponível em:
<https://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/secretaria-recursos-naturais-meio-ambiente/coleta-seletiva-sema>. Acesso em: 01 maio. 2021.

BARUERI. **Comitê Barueri Cidade Sustentável (CBCS)**: Relatório 2017-2019. Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2019.

BARUERI. **Conselho Municipal da Mulher de Barueri**. 2021. Disponível em:
<https://portal.barueri.sp.gov.br/secretarias/secretaria-da-mulher/cmm>. Acesso em 02 maio 2021.

BARUERI. **Decreto nº 6.833 de 10 de maio de 2010**. 2010. Disponível em:
<https://leismunicipais.com.br/a/sp/b/barueri/decreto/2010/683/6833/decreto-n-6833-2010-aprova-o-plano-de-saneamento-basico-setorial-para-a-limpeza-urbana-e-manejo-dos-residuos-solidos-do-municipio>. Acesso em 02 maio. 2021.

BARUERI. **Decreto nº 8.633 de 22 de setembro de 2017**. 2017. Disponível em:
https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/leis/detalhe_Dec.asp?nlei=8633&nleicomp=8633&a. Acesso em: 02 maio. 2020.

BARUERI. **História de Barueri**. 2020. Disponível em:
<http://portal.barueri.sp.gov.br/cidadao/conheca-barueri/historia-de-barueri>. Acesso em 15 jun. 2020.

BARUERI. **Plano de Metas 2017-2020**. Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente. 2017.

BARUERI. **Plano Municipal de Mata Atlântica**. 2018. Disponível em:
<https://servicos.barueri.sp.gov.br/AudienciaPlanoDiretor/Download/PMMA/PMMA%20-%200BARUERI.pdf>. Acesso em: 02. maio. 2021.

BARUERI. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2014. Disponível em:
https://portal.barueri.sp.gov.br/arquivos/sites/ssm/downloads/planoSaneamento_final_2014.pdf. Acesso em: 02 maio. 2021.

BENCKE, Luciana Regina; PEREZ, Anderson Luiz Fernandes. Análise dos principais modelos de indicadores para cidades sustentáveis e inteligentes. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n.37, p. 68-85. 2018. Disponível em: http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1754/1742. Acesso em: 21 jul. 2020.

BENTO, Sarah Corrêa *et al.*, As Novas Diretrizes e a Importância do Planejamento Urbano para o Desenvolvimento de Cidades Sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 469-488, 9 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.5585/geas.v7i3.1342>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6786929>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BERCHIN, Issa Ibrahim; CARVALHO, Andreia de Simas Cunha. O papel das conferências internacionais sobre o meio ambiente para o desenvolvimento dos regimes internacionais ambientais: de Estocolmo à Rio+20. **VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 1-18, maio 2016. Disponível em: https://www.unisul.br/wps/wcm/connect/7c137789-3183-40e6-ac62-1dcca60f5b48/artigo_gt-ca_issa-andreia_vii-spi.pdf?mod=ajperes. Acesso em: 02 jul. 2020.

BICHUETI, Roberto Schoproni *et al.*, **Cidades Sustentáveis no Contexto Brasileiro: a importância do planejamento para o desenvolvimento urbano sustentável**. XIX Engema, São Paulo, dez. 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/113.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121, 2 dez. 2011. *Revista Gestao e Sociedade*. <http://dx.doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BOURSCHEIDT, Deise Maria. **Economia e sustentabilidade: um estudo sobre indicadores de desenvolvimento sustentável**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/5978>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRANDI, Carla. O papel das cidades: implementação da agenda 2030 e do acordo de Paris. : Implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. In: VARGAS, Fundação Getúlio. **Cidades Sustentáveis**. 32. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Cadernos Fgv Projetos, 2018. p. 1-367. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/caderno_cidades_sustentaveis_digital_0.pdf. Acesso em 17 maio. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.759/2019**. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 26.jul.2020.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Brasília, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257/2001- Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.249/2016 - Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019**. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13249.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.971/2019- Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023**. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13971.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

BRASIL. **Portaria TCU nº 383 de 05/08/1998**. 1998. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=181142>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. 2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRIGGS, Guy. *The intelligent city: ubiquitous network or humane environment?* In: JENKS, Mike.; DEMPSEY, Nicola. **Future forms and design for sustainable cities**. Amsterdam: *Architectural*, 2005.

BRÜSEKE, Franz Josef. A economia da sustentabilidade: o problema do desenvolvimento sustentável. : O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Inpsó/fundaj, 1994. p. 1-262. Disponível em: http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

CARLO, Sandra de. **Gestão Ambiental nos municípios brasileiros: impasses e heterogeneidade**. 2006. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2982>. Acesso em: 16 maio 2020.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. **Revista Sustentabilidade em debate**, Brasília, vol. 5, n. 3, p. 222- 244, dez. 2014. Disponível em: www.revista.sustentabilidade.unb.br. Acesso em: 20 Jun. 2020.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p.13-18, abr. 2014. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_ba8d5805e9_0000018457.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COIMBRA, Taís Vasconcelos; MÈRCHER, Leonardo. Controle externo da gestão ambiental: a importância da atuação do tribunal de contas da união na proteção ao meio ambiente. **Repositório Uninter**. Paraná, v. 2, n. 3, p. 1-16, ago. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/294/1306914%20-%20TAIS%20COIMBRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jul. 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 86, n. 737, p. 11-22, mar. 1997.

DALY, Herman. **Crescimento sustentável? Não, obrigado**. In: Ambiente & sociedade, juldez; ano/vol. 7, n. 002. Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e sociedade – ANPPAS, 2004. p. 197-201.

EMPLASA; GIP/CDI. **Sobre a RMSP**. 2019. Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>. Acesso em: 05 maio 2020.

FERREIRA, Maurício Lamano et al., *Soil Biodiversity in Urban Forests as a Consequence of Litterfall Management: Implications for São Paulo's Ecosystem Services*. **Sustainability**, 10(3), 684. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323531023_Soil_Biodiversity_in_Urban_Forests_a

s_a_Consequence_of_Litterfall_Management_Implications_for_Sao_Paulo's_Ecosystem_Ser
vices. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIRJAN. **O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em:
<https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=350570&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em 20 out. 2020.

FITZGERALD, Brian et al., *A quantitative method for the evaluation of policies to enhance urban sustainability*. **Ecological Indicators**, 18, 371-378. 2012. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1470160X11004043>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FRAGAS, Erika Giulia Costa; CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos. Acordos internacionais para o desenvolvimento com sustentabilidade. *Revista Caribeña*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 1-11, abr. 2019. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/04/desenvolvimento-sustentabilidade.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FREY, Klaus. **Democracia e sustentabilidade das cidades na era digital**. In: Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba-SP. Disponível em: www.anppas.org.br. Acesso em: 27 Jun. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 2009. 120 f. TCC (Graduação) - Curso de Planejamento e Gestão Para O Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>> Acesso em: 10 fev. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAESER, Edward. *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*. New York: Penguin. 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 335, p.20-29, jun. 1995. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GT AGENDA 2030). **Nota de preocupação do GT Agenda 2030- Veto presidencial excluiu a persecução dos ODS do PPA 2020-2023**. 2020. Disponível em:
<http://www.rnpvha.org.br/nota-de-preocupacao-do-gt-agenda-2030-veto-presidencial-excluiu-a-persecucao-dos-ods-do-ppa-2020-2023.html>. Acesso em: 26 jul. 2020.

GUERRA, Mariana Falcone. **Vende-se qualidade de vida:** Alphaville Barueri - implantação e consolidação de uma cidade privada. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2013.

HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 31, p. 57-78, dez. 1993. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451993000300004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 maio 2020.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES - BRASIL (IDSC-BR). **Perfis das cidades brasileiras:** Barueri. 2021. Disponível em: <https://idsc-br.sdgindex.org/profiles/barueri-SP>. Acesso em: 02 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM); MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). **Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis:** Integração Intersetorial, Federativa e Territorial. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cidadesustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Politicass%20Publicas%20para%20Cidades%20Sustentaveis.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo 2010.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 maio. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades e Estados.** 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 10 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 10 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Panorama Barueri.** 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barueri/panorama>. Acesso em: 10 junho 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Panorama Barueri - Economia.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barueri/panorama>. Acesso em: 01 maio. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Panorama Barueri - Proporção de pessoas ocupadas**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barueri/panorama>. Acesso em: 10 junho 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Panorama Barueri - Sistema Costeiro Marinho**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barueri/panorama>. Acesso em: 01 maio. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros**. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190802_atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Cidades Sustentáveis**. 2016. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/mudanca-do-clima/empresas-e-cidades-sustentaveis/>. Acesso em 22 jul. 2020.

JACOBI, Pedro. A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 31, p. 47-56, dez. 1993. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451993000300003>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000300003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 maio 2020.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003. p. 189-205.

JANUZZI, Paulo de Martino; DE CARLO, Sandra. **Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI**. Revista Bahia Análises e Dados, Salvador, v. 28, n. 2, p. 6-27, dez. 2018. Disponível em: http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/143/141?secao=Artigos&titulo=%20Da%20agenda%20de%20desenvolvimento%20do%20mil%C3%AAnio%20ao%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel:%20oportunidades%20e%20desafios%20para%20planejamento%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20no%20s%C3%A9culo%20XXI&numero=2&id=15&revista=Jul./Dez.2018&ilustracao=http://publicacoes.sei.ba.gov.br/public/journals/1/article_143_cover_pt_BR.jpg&autor=Paulo%20de%20Martino%20Jannuzzi,%20Sandra%20De%20Carlo. Acesso em: 24 Jun. 2020.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

KAMPHORST, Marlon André; ZAMBAM, Neuro José. Ética e Economia: reflexões a partir de amartya sen. : reflexões a partir de Amartya Sen. **Revista Clareira: Revista de Filosofia da Região Amazônica**, Amazônia, v. 1, n. 2, p. 90-109, dez. 2014. Disponível em:

<http://www.revistaclareira.com.br/index.php/clareira/article/view/29/22>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 202 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEMOS, André. Cidades Inteligentes: de que forma as novas tecnologia como a computação em nuvem, o big data e a internet das coisas podem melhorar a condição de vida nos espaços urbanos?. **FGV Executivo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-49, dez. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/20720/19454>. Acesso em: 17 jul. 2020.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LUFT, Rosangela Marina. **Políticas públicas urbanas: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Fórum, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARRUL FILHO, Simão. **Do desenvolvimento para além do desenvolvimento**. In: QUINTAS, J. S. (org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: IBAMA, 2000.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 1-28, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/2015nahead/0102-3098-rbepop-S0102-3098201500000027.P.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MATTOS, Crisvaldo Miranda de; ANTONIAZZI, Maria Terezinha Hanel. Gestão Pública: o plano diretor e sua importância no processo de desenvolvimento sustentável municipal. **Cadernos Uninter**, p. 66-81, jun. 2016. Disponível em: <https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/gestao-publica/article/view/514>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MEADOWS, Donella H. et al.,. The Limits to Growth. In: CONCA, Ken; DABELKO, Geoffrey D. **Green Planet Blues: Critical Perspectives on Global Environmental Politics**. New York, 2015 p. 1-386.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, nov. 2004. Disponível em: http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 26 jul.2020.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael Borim de. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. **Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254- 287, 2009. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/667>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NEVES, Arminda. **Serviço público para uma cultura de gestão na administração pública**. 2002. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2514/1/Recriar%20o%20Servi%c3%a7o%20P%c3%bablico%20Junho%202001.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NARDONE, José Paulo. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**, Bauru, p. 33-38, jun. 2018. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/59/48>. Acesso em: 01 maio 2020.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Revista Social & Sociedade**, São Paulo, v. 0, n. 101, p. 95-120, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/06.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

NOBRE, Eduardo. Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade: uma reflexão sobre a grande são paulo no começo do século xxi. **Nutau**, São Paulo, p. 1-11, ago. 2004. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/nobre_desenvolvimento_urbano_ustentabilidade.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

OBSERVATÓRIO DO FUTURO. **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio>. Acesso em 02 dez. 2020.

OCAMPO, José Antonio; ARTEAGA, Natalie Gómez. *Accountability in International Governance and the 2030 Development Agenda*. **Global Policy**, New Jersey, v. 7, n. 3, 10 mar. 2016. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12322>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1758-5899.12322>. Acesso em: 15 jul. 2020.

OLIVEIRA, Débora Tazinasso de; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; VICENTIN, Ivan. Participação social no planejamento governamental municipal: um estudo em planos

plurianuais de uma capital brasileira. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/09/planejamento-governamental.html> //hdl.handle.net/20.500.11763/cccss1809planejamento-governamental. Acesso em: 22 jul. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e o Meio Ambiente**. 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em 20 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. 2000. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Acesso em 20 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU: mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050. mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050**. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Roteiro para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. Brasília, DF: Brasília, ONU BR, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES (OLACEFS); COMISIÓN TÉCNICA ESPECIAL DE MEDIO AMBIENTE (COMTEMA); TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Auditoría Coordinada Objetivos de Desarrollo Sostenible: Resumen Ejecutivo**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.olacefs.com/resumen-ejecutivo-de-la-auditoria-coordinada-sobre-objetivos-de-desarrollo-sostenible/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PEARCE, David; TURNER, Ferry. **Economía de los recursos naturales y del medio ambiente**. Madrid: Colegio de Economistas de Madrid, Celeste Ediciones. 1995.

PESCI, Rubén. Sustentabilidad y levedad. **Revista Ambiente**, 2003. Disponível em: <http://www.revista-ambiente.com.ar/imagenes/92/sustentabilidad%20y%20levedad%201.pdf>
> Acesso em: 20 Jun. 2020.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e o meio ambiente. **Revista Iberoamericana de Bioética**, Madrid, n.1, p. 01-14, 2016. Disponível em: <https://www.razonyfe.org/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/6772/657>. Acesso em: 22 Jun 2020.

PRESTES, Fernando Figueiredo; POZZETTI, Valmir César. A primeira norma técnica para cidades sustentáveis: uma reflexão sobre a problemática urbana. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 117-134, dez. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565656.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Os 12 eixos temáticos do Programa Cidades Sustentáveis**. 2013. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/eixos-do-pcs>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Programa Cidades Sustentáveis**. São Paulo, 5 ed. 2012. Disponível em: https://www.fm.usp.br/biblioteca/conteudo/biblioteca_229_publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf#:~:text=O%20Programa%20Cidades%20Sustent%C3%A1veis%20tem%20o%20objetivo%20de,desenvolvam%20de%20forma%20econ%C3%B4mica%20social%20e%20ambientalmente%20sustent%C3%A1vel. Acesso em: 01 fev. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Guia GPS: Gestão Pública Sustentável**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/GPS_Guia_Gestao_Publica_Sustentavel.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Anexo Guia GPS: Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e Orientações para o Plano de Metas**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/GPS_Anexo.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS). **Plano de Metas**. 2020. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/plano-de-metas>. Acesso em: 28 jul. 2020.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: Evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica**. 1996. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Pós-Graduação em Educação na área de Concentração de Educação e Trabalho da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29517/D%20%20ELISABETH%20CHRISTMANN%20RAMOS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano II, n. 5, jul, 1999. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Programa Cidades Sustentáveis**. 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/programa-cidades-sustentaveis/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

REES, William; WACKERNAGEL, Mathis. *Monetary analysis: turning a blind eye on sustainability*. **Ecological Economics**, p. 47-63. 1999.

RUIZ, Mauro Silva et al., Conflitos socioambientais urbanos: um estudo prospectivo na região metropolitana de são paulo. : um estudo prospectivo na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 21-54, ago. 2016. Disponível em: https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/574/pdf_1. Acesso em: 13 maio 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 95 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: Contexto Social e Breve Histórico. **Revista FEE**, Porto Alegre: v20, n 18, p. 245-255. 1993. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/758/1013>. Acesso em 30 mar. 2020.

SANTOS, Aparecida de Paula; NASCIMENTO, José Orcélio do. O papel do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para o cumprimento da Agenda 2030. **Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/58/46>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SANTOS, Elinaldo Leal et al., Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p.44-61, jul. 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p.01-15, jun. 2009. Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51668112/6-14-1-PB_2.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPesquisa_documental_pistas_teoricas_e_me.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200211%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20200211T012045Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=2cee466414ca8ef3ae28650718fd407c2b02d94eb5e847346739896dec485e1d. Acesso em: 10 fev. 2020.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DE BARUERI. **Plano Diretor do município de Barueri - 2016: diagnóstico ambiental**. Diagnóstico Ambiental. 2016.

Disponível em:

<https://servicos.barueri.sp.gov.br/AudienciaPlanoDiretor/Download/2.4%20Meio%20Ambiente.pdf>. Acesso em: 01 maio 2020.

SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE (SEMA). **Planejamento 2020**. p. 01- 19. 2020.

SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE (SEMA)a.

Departamento Técnico de Planejamento Ambiental: apresentação e plano de trabalho preliminar. p. 01-10. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL (SEAS). **O Governo Brasileiro e a Agenda 2030**. 2020. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/o-governo-brasileiro-e-a-agenda-2030>. Acesso em: 26 jul. 2020

SEIDEL, Juliana Matos. Um Problema Urbano: gerenciamento de resíduos sólidos e as mudanças ambientais globais. : Gerenciamento de Resíduos Sólidos e as Mudanças Ambientais Globais. V **Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 1-8, out. 2010. Disponível em:

<http://anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT11-294-209-20100830220743.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 144 p.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. **Políticas públicas e desenvolvimento local**. In: SILVA, C. L. (Ed.). Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 15-38.

SILVA, Juliana da Rocha. **Agenda 2030 e Felicidade Interna Bruta: uma aproximação?**. 2016. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <http://cienciaambiental.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/258/2018/07/TCC-Juliana-da-Rocha-Silva-c.-ficha-catalografica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Luciana Cristina da. **Estratégia de capacitação junto aos técnicos do coletivo de planejamento da Prefeitura Municipal de Parauapebas – PA, como multiplicadores de conhecimento sobre a Agenda 2030**. 2019. 27 f. Projeto de Intervenção de Curso (Especialização) - Curso de Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4996/1/LUCIANA%20CRISTINA%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, Nicole Cavalcanti. **Contribuições das políticas públicas para a sustentabilidade urbana: estudo de caso na cidade de Campina Grande - PB**. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Recursos Naturais, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/1562/NICOLE%20CAVALCANTI%20SILVA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28PPGRN%29%202018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Painel Seade Emprego e Rendimento**. 2018. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/emprego/>. Acesso em 20 out. 2020.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Painel Seade PIB Municipal**. 2017. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/pib-municipal/>. Acesso em 20 out. 2020.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAVARES, Everkley Magno Freire. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Holos**, v. 1, p. 120-129, 25 dez. 2007. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2005.63>. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/63/69>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

TRAUB, Andrea. **Administração pública deliberativa como fator de desenvolvimento regional: a experiência da formação do servidor público da região metropolitana de Curitiba**.

2018. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento e Governança Pública, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3795/1/CT_PPGPGP_M_Traub%2c%20Andr%20ea_2018.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

TREJO NIETO, Alejandra. Crecimiento económico e industrialización en la Agenda 2030: perspectivas para México. **Revista Problemas del Desarrollo**, México, v. 8, n. 2, p. 83-111, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/prode/v48n188/0301-7036-prode-48-188-00083.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Portal INTOSAI**. 2003. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/relacoes-institucionais/relacoes-internacionais/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCESP). **Fiscalização do TCE checará implantação dos ODS nos municípios**. 2018. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/fiscalizacao-tce-checara-implantacao-ods-municipios>. Acesso em: 05 dez. 2020.

TURRA, Salete. **Capacidade de Resiliência de municípios afetados por eventos climáticos adversos**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Salete-Turra.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED NATIONS (UN). **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. 1972. Disponível em: <https://legal.un.org/avl/ha/dunche/dunche.html>. Acesso em: 15 Jun. 2020

UNITED NATIONS (UN). **Resolution adopted by the General Assembly on 22 December 2011**. 2012. Disponível em: <https://undocs.org/en/%20A/RES/66/209>. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNITED NATIONS (UN). **Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2014**. 2015. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/69/228>. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNITED NATIONS MILLENNIUM DECLARATION (UNMD). **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio, Nova Iorque, set. 2001. Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Declaracao-do-milenio-ONU.pdf>. Acesso em: 27 Jun. 2020.

URBAN SYSTEMS. *Ranking Connected Smart Cities*. 2019. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/48668/1568738869Ranking_CSC_Final.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 232 p.

XEREZ, Sebastião Regis Dias. **A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento**. 2013. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_regis_1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmeo Editora S.A, 2001. 164 p.

ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto *et al.* Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 97-104, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n1/12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

APÊNDICE A - CARTA COMPROMISSO



PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

Realização



CARTA COMPROMISSO - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS
alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Eu, RUBENS FURLAN, assumo, na condição de
Prefeito(a) eleito(a) na cidade BARUERI, Estado
de SÃO PAULO, pelo Partido PSDB - Partido da
Social Democracia Brasileira, o compromisso como Programa Cidade Sustentáveis
(www.cidadessustentaveis.org.br), de acordo com os itens relacionados abaixo:

1. Concordo em produzir um documento de Diagnóstico do Município que contenha, pelo menos, o número mínimo de indicadores do Programa Cidades Sustentável determinado para cada categoria populacional (vide explicação abaixo) e que sirva de referência para a consolidação de um Plano de Metas para os quatro anos da gestão. O documento deverá contemplar os 12 eixos temáticos do programa, já alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS/ONU). O Diagnóstico e o Plano de Metas serão apresentados em até 120 dias após a data da nossa posse. Uma revisão do Plano de Metas poderá ser feita no final do primeiro ano da gestão e deverá ser acompanhada de notas explicativas.
 - 1.1. O número mínimo de indicadores básicos varia de acordo com três categorias populacionais: 100 para cidades pequenas (de 500 a 100 mil habitantes), 125 para cidades médias (de 101 mil a 500 mil habitantes) e 150 para cidades grandes e metrópoles (acima de 500 mil habitantes). A seleção dos indicadores será de responsabilidade da nossa gestão a partir de um conjunto de 260 indicadores classificados como básicos pelo Programa Cidades Sustentáveis:
2. Concordo em atualizar e divulgar tais indicadores ao final de cada ano da gestão;
3. Concordo em publicar e divulgar um relatório de prestação de contas que contenha, no mínimo, os indicadores básicos selecionados de acordo com o item 1.1 deste documento e um primeiro balanço do Plano de Metas em andamento. As informações serão apresentadas em Audiência Pública, ao final do segundo ano da gestão;
4. Concordo em publicar e divulgar, no mínimo, os indicadores básicos selecionados de acordo com o item 1.1 deste documento e o balanço do Plano de Metas da gestão, assim como apresentá-los em Audiência Pública, em até cinco meses antes do final do mandato. (Esses compromissos podem comportar demandas locais extras, em documento anexo);

www.cidadessustentaveis.org.br

Rua Francisco Leitão, 469 - conj. 1407 - CEP 05414-020 - Pinheiros, São Paulo/SP - Telefone/Fax: +55 11 3894-2400



PROGRAMA
CIDADES
SUSTENTÁVEIS

Realização



5. Concordo em regulamentar e colocar em prática a Lei de Acesso à Informação no município e publicar as informações da administração pública em formato de dados abertos;

6. Concordo em divulgar o Plano de Metas, por meio eletrônico e publicar no Diário Oficial do Município no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o item 1 deste documento;

Local e data: Barueri, 02 de janeiro de 2017

Cargo: Prefeito eleito

E-mail: sema@barueri.sp.gov.br

Telefone: (11) 4199-1500

Assinatura: 



**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO
LOCAL SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEMA**

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SEMA- DEPARTAMENTO DE
PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

01- Quantos colaboradores a SEMA possui? Quantos fazem parte do Departamento de Planejamento Ambiental (DPA)?

02- Dentro do DPA existem 05 setores (diretoria técnica, assessoria administrativa, núcleo de educação ambiental, de informação ambiental e coleta seletiva). Destes setores, como se dá a relação hierárquica dentro do DPA, isto é, os núcleos são subordinados à assessoria, que por sua vez, é subordinada à diretoria, ou não há relação de subordinados dentro deste departamento?

03- Quantos colaboradores têm em cada setor do DPA?

04- O núcleo de informação ambiental é aquele responsável por trabalhar com os programas ambientais (Programa Município Verde Azul, Agenda 2030 e Programa Cidades Sustentáveis). Quais são as atividades deste núcleo para atender os objetivos destes programas?

05- Como acontece a comunicação dentro do DPA? Todos os núcleos conversam entre si? Como as decisões são tomadas?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO LOCAL**BLOCO I - PLANO DE METAS**

01- As áreas técnicas estabelecidas no Plano de Metas (saúde, esportes, assistência e desenvolvimento social, emprego e trabalho, cultura, meio ambiente, segurança pública, transporte público, pessoa com deficiência, educação e infraestrutura/trânsito) ficam sob responsabilidade de cada secretaria que faz parte do CBCS ou mais de uma secretaria trabalha nas áreas técnicas?

BLOCO II - PERSPECTIVA DO COMITÊ BARUERI CIDADE SUSTENTÁVEL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO MUNICÍPIO

02- Em relação ao alinhamento das metas municipais com as metas específicas de cada ODS da Agenda 2030, percebe-se que os ODSs 6 (água potável e saneamento básico), ODS 7 (energia elétrica) e o ODS 14 (proteger a vida marinha) não possuem nenhuma meta contemplada no Plano de Metas. Embora não existam metas relacionadas à estes ODSs no documento, foi possível identificar a partir de uma pesquisa documental, que Barueri já possui 100% da população atendida com água encanada, 99,97% da população com energia elétrica nos domicílios, além do fato de Barueri não fazer parte de nenhum sistema costeiro-marinho. Vocês consideram esses ODSs alcançados ou ainda possuem planos para ampliar ações e posteriormente avaliar o desempenho deles?

03- Em contrapartida, os ODSs 3 (saúde), ODS 10 (redução das desigualdades) ODS 4 (educação), ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 8 (trabalho e crescimento econômico), foram aqueles que tiveram mais de 70% de metas específicas da Agenda 2030 contempladas no Plano de Metas. São áreas prioritárias que precisam ser trabalhadas no desenvolvimento urbano do nosso município? Quais fatos e ações que explicam o desempenho apresentado pelos referidos ODSs?

04- Dentre os ODSs que apresentaram uma média aderência (de 50% a 69,99%), destacam-se os ODSs 5 (igualdade de gênero), ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), ODS 11 (cidades e assentamentos humanos sustentáveis), ODS 17 (parcerias para implementação dos ODSs) e ODS 1 (erradicar a pobreza). Para compreender melhor estes ODSs, as informações municipais coletadas mostraram a necessidade de mais ações para que estes ODSs sejam alcançados. Por exemplo, no ODS 5, foi identificado um baixo percentual de assentos ocupados por mulheres na Câmara Municipal, o que leva a uma questão: O CBCS pretende realizar ações que incentivem o papel das mulheres na vida política?

05- Uma das questões preocupantes em grandes cidades é a questão da mobilidade urbana, que é uma das metas específicas do ODS 11. Como a mobilidade urbana é pensada pelo CBCS e quais são os planos voltados para melhorar este indicador?

06- Tratando-se do ODS 2 (erradicação da fome), ODS 12 (produção e consumo sustentáveis), ODS 15 (proteger a vida terrestre) e o ODS 13 (ações para as mudanças climáticas) eles apresentaram uma baixa aderência, ou seja, poucas metas contempladas. Apesar da baixa aderência, percebe-se os esforços do Poder Público na criação de novas unidades de conservação e no fomento de muitos trabalhos voltados à proteção da biodiversidade, o que permite melhorias no alcance dos ODS 13 e 15. Já no ODS 12, Barueri tem 100% da população atendida com a coleta seletiva, além do fomento de compras públicas sustentáveis em algumas áreas. Porém, a erradicação da fome ainda é um objetivo que apresenta muitos desafios. Como o CBCS pretende trabalhar no alcance do ODS 2?

**BLOCO III - OBJETIVOS E DESAFIOS DO COMITÊ BARUERI CIDADE
SUSTENTÁVEL**

07- Quais os objetivos do CBCS a curto, médio e longo prazo para aprimorar a consolidação da Agenda 2030 no município?

08- Existem desafios dentro do CBCS que dificultam o trabalho do comitê nos próximos anos? Se sim, quais são eles?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

BLOCO I - RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO NÚCLEO ODS BARUERI

01- Qual foi o ponto de partida para a criação do Núcleo ODS Barueri e em qual ano ele foi criado?

02- Como vocês enxergam a aplicação dos ODSs no município?

BLOCO II - PERSPECTIVA DO NÚCLEO ODS BARUERI SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 NO MUNICÍPIO

03- Em relação aos resultados dessa pesquisa, foi possível identificar quais ODSs estão sendo mais ou menos contemplados no Plano de Metas do município. O ODS 6 (água potável e saneamento básico), ODS 7 (energia elétrica) e o ODS 14 (proteger a vida marinha) não possuem nenhuma meta contemplada no documento. Mas embora não tenham metas relacionadas à estes ODSs no documento, foi possível identificar a partir de uma pesquisa documental, que Barueri já possui 100% da população atendida com água encanada, 99,97% da população com energia elétrica nos domicílios, além do fato de Barueri não fazer parte de nenhum sistema costeiro-marinho. Na sua perspectiva, as áreas de saneamento básico, energia elétrica, vida marinha/tratamento de esgoto, são questões que já apresentam bons resultados e que não necessitam de um papel mais ativo da gestão pública ou a sociedade civil ainda percebe lacunas nestas áreas?

04- Quanto ao ODS 3 (saúde), ODS 10 (redução das desigualdades) ODS 4 (educação), ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 8 (trabalho e crescimento econômico), foram aqueles que tiveram mais de 70% de metas específicas da Agenda 2030 contempladas no Plano de Metas. Na sua perspectiva, essas são áreas prioritárias que precisam ser mais trabalhadas no desenvolvimento urbano do nosso município e por isso, há mais metas destinadas a estes ODSs?

05- Em relação ao ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), ODS 11 (cidades e assentamentos humanos sustentáveis), ODS 17 (parcerias para implementação dos ODSs) e ODS 1 (erradicar a pobreza), eles apresentaram uma média aderência (de 50% a 69,99%). Tratando-se especificamente do ODS 5, as eleições anteriores apresentaram um baixo percentual de assentos ocupados por mulheres na Câmara Municipal, o Núcleo ODS pretende realizar ações que incentivem o papel das mulheres na vida política?

06- Sobre o ODS 11, uma das questões preocupantes em grandes cidades é a questão da mobilidade urbana, que é uma das metas específicas deste ODS. Como o núcleo enxerga essa questão da mobilidade urbana no município?

07- Como vocês enxergam as questões atreladas ao ODS 1 (erradicar a pobreza), ODS 2 (erradicar a fome) e o ODS 10 (redução das desigualdades) no município?

08- Tratando-se do ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas) e o ODS 8 (trabalho e crescimento econômico), essas são áreas muito bem contempladas no município. Como vocês enxergam a questão do emprego, tecnologia e inovação em Barueri?

09- O ODS 12 (produção e consumo sustentáveis), ODS 15 (proteger a vida terrestre) e o ODS 13 (ações para as mudanças climáticas) apresentaram uma baixa aderência, ou seja, poucas metas contempladas. Os ODS 15 e 13, o município vêm trabalhando na criação de novas unidades de conservação e fomentam muitos trabalhos voltados à proteção da biodiversidade. Enquanto para o ODS 12 nós temos 100% da população atendida com a coleta seletiva e o fomento de compras públicas sustentáveis. Como o núcleo vê essa questão das mudanças climáticas no município? E a questão da consciência ambiental em relação ao descarte correto do lixo?

10- Em relação ao ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 17 (parcerias para implementação dos ODSs), como o núcleo enxerga a questão da segurança pública no município? E as parcerias público-privadas e a relação entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada na implementação da Agenda 2030?

11- As ações dos gestores públicos na implementação da Agenda 2030 foram perceptíveis para a sociedade civil nos últimos anos?

12- Quais ODSs que vocês enxergam como os mais distantes de serem alcançados e por quê?

13- Como é a relação entre a sociedade civil organizada (Núcleo ODS Barueri) com o CBCS?

14- A sociedade civil acompanha e cobra os gestores públicos locais na aplicação dos ODSs no município?

BLOCO III - OBJETIVOS E DESAFIOS DO NÚCLEO ODS BARUERI

15- Quais os objetivos do Núcleo ODS Barueri a curto, médio e longo prazo para aprimorar a consolidação da Agenda 2030 no município?

16- Existem desafios dentro do Núcleo ODS Barueri que dificultam ou limitam o trabalho do núcleo?